

GRADUAÇÃO EM DIREITO

**PROJETO
PEDAGÓGICO
DO CURSO**

2019

APRESENTAÇÃO

O Modelo Pedagógico da ESAMC Sorocaba é completo, estruturado e efetivo para preparar os alunos para o mercado de trabalho. O envolvimento com as empresas, por meio de pesquisas constantes, orienta nosso modelo pedagógico para o desenvolvimento de todas as competências necessárias para a atuação profissional do egresso de nosso curso no mercado de trabalho. Isso define um profissional completo, com maior capacidade de trabalho, decisão e com muito mais chances de sucesso profissional.

Um aspecto essencial para o sucesso do planejamento institucional é a abordagem factual à avaliação do nosso negócio e de nossa área de atuação. É claro que o ato final da avaliação e do futuro da educação superior onde estamos inseridos, possui um alto teor intuitivo. Talvez haja maneiras formais para melhorar a lógica da estratégia de nosso negócio, ou da criação de novos conceitos e políticas. Mas o essencial por trás da avaliação está em encontrar e reconhecer os fatos e as circunstâncias concernentes à tecnologia, ao mercado, ao aprendizado, ao grau de importância da eficiência, eficácia, grandeza e efetividade, entre outros fatores, em suas formas em contínua mutação. A rapidez das mudanças torna a busca por inovações uma característica permanentemente necessária, principalmente para um setor, como o da educação superior, que não está acostumado a trabalhar e a gerir suas instituições com a visão de negócio. As vantagens competitivas se modificam rapidamente e o ciclo de vida de qualquer estratégia passa a ser muito curto, surgindo, assim, novos enfoques. Estes enfoques refletem-se na economia, no mercado, na sociedade e novos pontos fortes tornam-se críticos provocando, simultaneamente, a abertura de janelas de oportunidades a serem aproveitadas.

Sumário

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES	5
1.1. MANTENEDORA: ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA	5
1.2. MANTIDA: FACULDADE ESAMC SOROCABA (SIGLA: ESAMC)	5
1.3. PERFIL, MISSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL ESAMC	7
1.4. DADOS SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO	11
1.5. HISTÓRICO DA ESAMC	16
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	18
2.1. CURSO DE GRADUAÇÃO (BACHARELADO) EM DIREITO	18
2.2. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	19
2.2.1. COORDENADOR DO CURSO	19
2.2.1.1. ATUAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO	19
2.2.2. COLEGIADO DO CURSO	21
2.2.3. CONSELHO ACADÊMICO	22
2.2.4. NDE – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	23
2.2.5. NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA - NPJ	24
2.3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	28
2.3.1. CONTEXTO EDUCACIONAL	28
2.3.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	29
2.3.3. OBJETIVOS DO CURSO	30
2.3.4. HISTÓRICO DO CURSO	31
2.3.5. PERFIL DO EGRESSO	32
2.3.6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	41
2.3.6.1. PROJETOS INTERDISCIPLINARES	44
2.3.6.2. PREPARAÇÃO PRÉVIA	44
2.3.6.3. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	44
2.3.6.4. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	45
2.3.6.5. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	46
2.3.6.6. FLEXIBILIZAÇÃO DO CURSO	46
2.3.6.7. METODOLOGIA DE ENSINO	47
2.3.7. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO	48
2.3.7.1. AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	50
2.3.8. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	53
2.3.9. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA MATRIZ CURRICULAR	54
2.3.10. MATRIZ CURRICULAR	54
2.3.11. EMENTÁRIO	59
3. CORPO DOCENTE	113
4. ATENDIMENTO DISCENTE	114
4.1. FORMAS DE ACESSO AO CURSO	114
4.2. APOIO PSICOPEDAGÓGICO AO DISCENTE – (PAPO)	115
4.3. MECANISMOS DE NIVELAMENTO	115
4.4. ATENDIMENTO EXTRACLASSE	115

4.5.	PARTICIPAÇÃO DISCENTE EM PROGRAMAS DE INTERCÂMBIO	116
4.6.	PROGRAMA DE MONITORIA	116
4.7.	PROGRAMA DE BOLSAS À DISPOSIÇÃO NO CURSO	117
4.8.	APOIO À PROMOÇÃO E EVENTOS.....	117
5.	INFRAESTRUTURA FÍSICA DO CURSO	117
5.1.	AS SALAS DE AULA	122
5.2.	INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS	123
5.3.	INSTALAÇÕES PARA DOCENTES.....	123
5.4.	AUDITÓRIO / SALA DE CONFERÊNCIA.....	123
5.5.	ÁREAS DE CONVIVÊNCIA E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS, DE RECREAÇÃO E CULTURAIS.	124
5.6.	CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PORTADORES COM NECESSIDADES ESPECIAIS	124
5.7.	INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA.....	124
5.8.	INFRAESTRUTURA DE ALIMENTAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS.....	125
6.	ANEXOS	125
6.1	ANEXO I – MATRIZ CURRICULAR – DIREITO	125
6.2	ANEXO II – PROJETOS INTERDISCIPLINARES.....	127
	ROTEIRO DE TRABALHO	131

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

1.1. **Mantenedora:** Escola Superior de Gestão de Negócios Ltda

Endereço: Rua Artur Gomes, 51, Centro, Sorocaba/SP

CNPJ: 03.363.565/0001-21

Contrato Social No Registro no.2.146 Geral do 1º. Registro Civil de Pessoa Jurídica de Sorocaba.

Representante Legal: Luiz Francisco Gracioso

1.2. **Mantida:** Faculdade ESAMC SOROCABA (sigla: ESAMC)

Endereço: Rua Artur Gomes, 51, Centro, Sorocaba/SP

Base Legal: Portaria de Credenciamento nº 1.544 de 29/09/2000 – DOU 04/10/2000 e Portaria de Recredenciamento Portaria no. 642 de 18/05/2012 – DOU 21/05/2012 e Portaria de alteração de nome no. 212 de 31/10/2012 – DOU 01/11/2012 .

Dirigentes:

Presidente: Luiz Francisco Gracioso

Graduado em Administração de Empresas, com especialização em Marketing e Finanças, pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, obteve o grau de Mestre em Administração de Empresas pelo IMD de Lausanne, Suíça, com especialização em Planejamento Estratégico. Ocupou cargos executivos e de direção em empresas tais como: Heublein, Monsanto, Booz Allen, ESPM e ESAMC.

Diretor Administrativo-Financeiro: Luiz Antonio Beldi Castanho

Formado em Engenharia Industrial Modalidade Mecânica pela FEI – Faculdade de Engenharia Industrial em 1970 – São Paulo/SP. Pós-Graduação em Administração de Empresas, área Economia de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da fundação Getúlio Vargas em 1976. Pedagogia com especialização em Administração Escolar pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Itapetininga em 1986. Engenheiro de Segurança do Trabalho, Registro n.º 1.897.

- Professor da Faculdade de Tecnologia de Sorocaba, da UNESP, de 1973 a 1977.

- Diretor da Faculdade de Engenharia de Sorocaba, de 1977 a 1979.

- Mantenedor e diretor do grupo Ágathos Educacional, entidade que congrega várias escolas de ensino fundamental, médio e superior nas cidades de Sorocaba, São Roque e Itapetininga, desde 1974.

- Sócio do grupo Ânima Educação, entidade que congrega os Centros Universitários UNA e UNI-BH em Belo Horizonte-MG e UNIMONTE em Santos-SP.

Diretor Geral: Sandro C. Vidotto

Administrador de Empresas, com especialização em Planejamento Empresarial e Estratégia Competitiva, Pós-graduado em Adm. de Recursos Humanos e Mestre em Educação Superior.

-Educador - foi Professor nos cursos de graduação e MBA da ESPM e da FACULDADE ESAMC.

-Consultor, treinador e conferencista - atendeu empresas como: Unibanco, Rede Bahia de Comunicação, RBS- Rede Brasil Sul, Lucent Technologies, Rede Bandeirantes de Rádio, SENAC, UNIMED, SERASA, Associação Comercial de São Paulo entre outras.

-Escritor - têm artigos e publicações nas áreas de Marketing, R.H., Comunicação e Estratégia, foi Colaborador do Jornal Diário de São Paulo e Colunista dos jornais Bom Dia Sorocaba e Bom Dia Jundiaí .É Autor ou Coautor dos Livros: Liderança Empresarial, Organização de Empresas de Beleza, Administração Tendências e Perspectivas, Comunicação Estratégica de Marketing e Miopias na escolha da carreira profissional.

-Executivo - Atuou nas seguintes organizações: AMA - American Management Association - Management Center do Brasil, Dinheiro Vivo Agência de Informações Ltda., Rede Bandeirantes de Rádio, WVCA Propaganda e Marketing, ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing e FACULDADE ESAMC.

Diretor Acadêmico: Maurício Luis Marra

Bacharel em Comunicação Social, na habilitação de Relações Públicas, pela Faculdade Cásper Líbero, de São Paulo – SP, Pós-Graduado em Teoria e Técnicas da Comunicação e Mestre em Comunicação na Contemporaneidade, também pela Faculdade Cásper Líbero.

Foi Sócio Diretor da Editora Rotor. Atuou em diversas agências de comunicação de São Paulo, como CL-A Comunicações, Inforpress Ltda, Pic SC Ltda e Sine Qua Non Ltda, para clientes como Grupo Brasmotor (Multibrás), Grupo Ultra, Sabesp (Alto Paranapanema), Filsan Equipamentos e Sistemas, Metagal, União pela Modernização da Indústria Automobilística, Universidade São Judas Tadeu, FASP – Faculdades Associadas São Paulo, Clube de Campo de São Paulo, Confederação Nacional do Trabalho (campanha “Nobel da Paz” pró Dom Paulo Evaristo Arns), Alcoa Embalagens, Associação Brasileira de Alcalis e Derivados do Cloro - ABICLOR, Associação Brasileira da Indústria de Base - ABDIB, Center Vale Shopping, Colégio Galileu Galilei e Associação dos Lojistas do Shopping Center 3, entre outros.

Atua na carreira docente desde 1995, lecionando na Graduação na Faculdade Cásper Líbero (São Paulo – SP), Fundação Karnig Bazarian (Itapetininga – SP) e ESAMC Sorocaba (Sorocaba – SP). É professor orientador e avaliador de TCCs e docente do MBA na Faculdade ESAMC Sorocaba. Foi professor pesquisador no CIP – Centro Interdisciplinar de Pesquisa da Faculdade Cásper Líbero por seis anos e coordenador dos cursos de comunicação na Faculdade ESAMC Sorocaba. Lecionou também diversas disciplinas nos cursos de MBA da Unimonte, em Santos – SP, e na Universidade Nilton Lins, em Manaus - AM. É Diretor Acadêmico da ESAMC Sorocaba desde Janeiro de 2012.

1.3. PERFIL E MISSÃO ESAMC

A ESAMC é um centro de excelência em educação nas áreas de Negócios, Comunicação, Engenharia, Tecnólogos e Direito. O grande diferencial dos nossos alunos é a sua visão completa do mercado, adquirida através do modelo pedagógico, corpo docente, parcerias internacionais e desenvolvimento das competências.

Formamos profissionais para atuar em um mercado altamente competitivo, em empresas que buscam atingir suas metas através da inovação e visão estratégica. A ESAMC está entre as 50 melhores Instituições de Ensino Superior do Brasil, o que reflete a consolidação de nossa imagem acadêmica.

Por trás do nosso sucesso, estão, sem dúvida alguma, os valores éticos, a inovação e a excelência acadêmica implantada em nossos cursos. Além disso, a política de investimento no desenvolvimento e no aprimoramento dos nossos professores e colaboradores, nas grades de curso e programas de disciplinas, métodos educacionais e instalações, sustenta nossa constante busca pela excelência.

O corpo docente da ESAMC está entre os melhores e mais experientes do país. Contamos com profissionais que buscam o aperfeiçoamento teórico / científico constante, além de se manterem atuantes no mercado, para que possam estar frente às necessidades dos nossos alunos e dos mercados, local e global. A ESAMC também tem por meta continuar a inovar, desenvolver e aprimorar seus programas com a frequência necessária, de modo a melhor preparar seus alunos para vencer os desafios de um ambiente competitivo, global e extremamente dinâmico.

ESAMC

Em resumo, acreditamos que a ESAMC representa a dedicação e os princípios éticos de nosso sonho. E continuaremos a trabalhar para superar cada vez mais os objetivos propostos.

VISÃO:

Torna-se a melhor instituição de Ensino Superior do Brasil, para a formação de líderes completos e prontos para ingressar no mercado de trabalho. Formar líderes que consigam ajudar o Brasil a alcançar todo o seu potencial de desenvolvimento e crescimento, tornando-o um país melhor e mais justo, mantendo os seus valores éticos e morais, através da inovação, da excelência do corpo docente e do modelo pedagógico.

MISSÃO:

Formar líderes comprometidos com o Brasil e a sustentabilidade das organizações, por meio do desenvolvimento das competências comportamentais, gerenciais e técnicas, que garantam o sucesso profissional; sempre focando no processo ensino - aprendizagem que possibilite atender às necessidades e expectativas do mercado e da sociedade, de modo a assegurar a perpetuação da Instituição.

VALORES:

- **Respeito:**

Conduta orientadora da convivência entre a organização e seus atores, na promoção da convergência aos objetivos da instituição.

- **Comprometimento:**

Somos Comprometidos com a Formação e o desenvolvimento de pessoas ,para que atuem profissionalmente, contribuindo para o crescimento das organizações e do país.

- **Acolhimento:**

Proporcionar a integração, a humanização, a hospitalidade, trabalhando o pertencimento e inclusão de todas as pessoas participantes da instituição.

- **Transparência:**

Consiste no acesso claro e irrestrito a processos e informações que evidenciam a conduta franca e previsível da instituição, perante a comunidade acadêmica e a Sociedade.

Responsabilidade Social.

Entendendo que a função social das IES não se limita à educação, a ESAMC Sorocaba desenvolve uma série de ações de cidadania corporativa. Tendo sido reconhecida por três anos consecutivos (2016-2017-2018) com o **Selo Social**, por seu papel dentro da cidade de Sorocaba.

Em apoio às entidades do terceiro setor na região de Sorocaba, tanto a ESAMC Júnior (empresa júnior), quanto a Agência ESAMC (Agência Experimental de Comunicação), prestam serviços para entidades como Banco de Olhos de Sorocaba - BOS, Associação Comercial de Sorocaba – ACS e Associação Sorocabana de Atividades para Deficientes Visuais - ASAC, entre outros. Essas entidades são também contempladas em ações do chamado “Trote Solidário”, evento de recepção dos calouros, e em atividades didáticas solicitadas por professores, como campanhas de adoção animal, exames de encaminhamento audiométrico, campanhas de arrecadação de alimentos e agasalhos entre outros.

Nessa mesma perspectiva de prestação de serviços à comunidade, o Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ ESAMC Sorocaba, já atua em ações de conciliação e está se capacitando para prestar serviços de mediação de conflitos na área jurídica.

Apoiando a descoberta de vocações profissionais, a ESAMC Sorocaba oferece palestras gratuitas a escolas públicas e privadas, com a presença de profissionais de diversos setores. Participa, ainda, de diversas feiras de profissões e oferece o programa Faculdade Aberta, onde alunos de diversas escolas da região visitam a faculdade e conhecem melhor as áreas de conhecimento disponíveis.

Também o trabalho promovido pelo Grupo de Estudos de Negócios Sustentáveis – GENS exerce papel social ao promover a pesquisa e inovação de soluções sustentáveis para os mais variados

ESAMC

.....

tipos de empreendimentos, como o reaproveitamento de bitucas de cigarros, de pneus usados e do uso de resíduos para o desenvolvimento de materiais para construção e sensor de altura para caminhões.

Junto aos poderes públicos, a faculdade apoia campanhas contra o trote em vias públicas, no combate a doenças como Dengue, ações antitabagismo etc. Em parceria com a Prefeitura Municipal de Sorocaba, oferece cursos de qualificação na Universidade do Trabalhador - UNITEM.

Programa UNITEM – Convênio com a Prefeitura Municipal de Sorocaba

Início do convênio – agosto de 2015

12 cursos oferecidos, em 6 diferentes áreas de formação

800 horas de curso ministradas

461 alunos certificados

Cede, ainda, suas instalações para eleições e exames públicos como ENEM, ENADE, OAB e Concursos Públicos.

No que se refere a parcerias, apoia as Associações Paulista e Brasileira de Recursos Humanos – APRH e ABRH, bem como a Associação Paulista de Propaganda – APP. Colabora também com a empresa Lenovo e a Associação Antonio José da Guarda na capacitação de jovens inscritos no programa Jovem Aprendiz, com a cessão de salas e equipamentos, sendo que alguns desses participantes passam a colaborar com a IES, aprendendo novas funções.

Convênios também foram estabelecidos com o Projeto Extensão Industrial Exportadora - PEIEx, junto à Agência Brasileira de Exportações e Investimentos - APEX-Brasil, para a auditoria e qualificação de empresas para exportação, e um acordo de cooperação internacional com um fundo cristão de fomento à educação de jovens na África, para recebimento de 200 alunos oriundos de países africanos de língua portuguesa, a partir de 2017.

A Revista Olhar destina-se à publicação de trabalhos de pesquisadores vinculados a programas de graduação e pós-graduação de diversas áreas do conhecimento.

A missão da Revista Olhar é publicar e divulgar a produção do conhecimento das mais diversas áreas de atuação da ESAMC-Sorocaba, prezando pela excelência e o respeito aos princípios éticos, propiciando aos profissionais e graduandos destas áreas, um espaço de acesso livre e gratuito para a socialização do conhecimento e de seus saberes específicos. A partir de 2017, a revista conta com duas seções: artigos e resenhas. São publicados artigos relativos ao tema previamente estabelecido, de autoria de discentes e docentes vinculados a programas de graduação e pós-graduação. Sua periodicidade é semestral e está disponível no endereço <http://www.esgn.edu.br/>

1.4. DADOS SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO

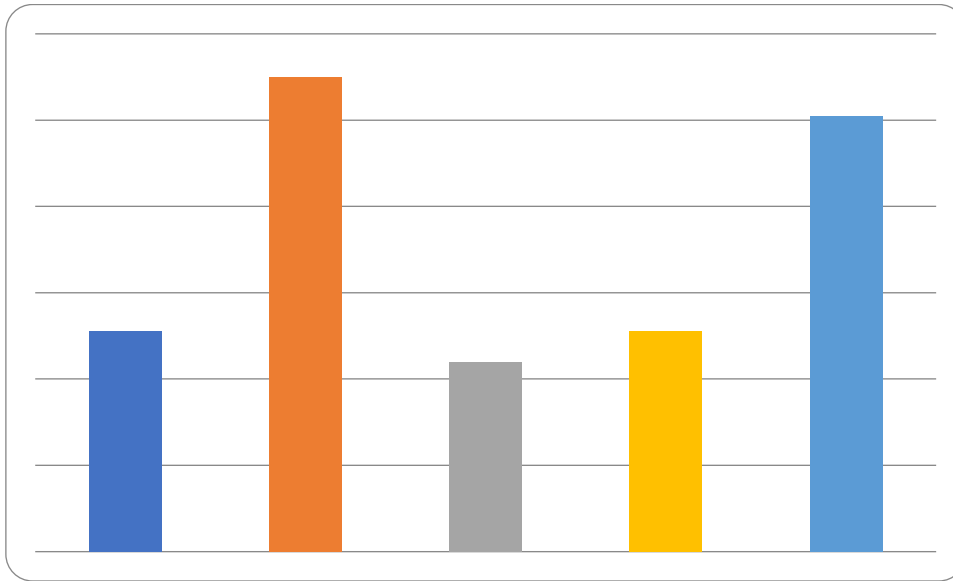
Brasil

Economia

Após um período favorável da economia brasileira, entre 2006 e 2010, principalmente no que se refere ao aumento do PIB e redução das taxas de desemprego, observa-se, desde então, uma redução no ritmo de crescimento do país, que deverá ficar próximo do Zero em 2015. Além do descontrole nos gastos públicos e da necessidade de reajustes em setores essenciais como energia e combustíveis, que devem colaborar para um aumento dos custos de produção e da inflação, colaboram ainda para uma perspectiva negativa a lenta recuperação da economia européia e a redução do crescimento da economia chinesa, alguns de nossos maiores parceiros comerciais.

Embora as previsões para o ano de 2015 apontem para um fraco desempenho econômico, as perspectivas de crescimento se mostram moderadamente positivas a partir do segundo semestre de 2016. Nesse cenário, merecem atenção ainda os índices de empregabilidade, crédito e inadimplência, que devem ter uma piora em seus resultados. Taxa Anual de Inflação

ESAMC



Taxa Anual de Inflação - Brasil

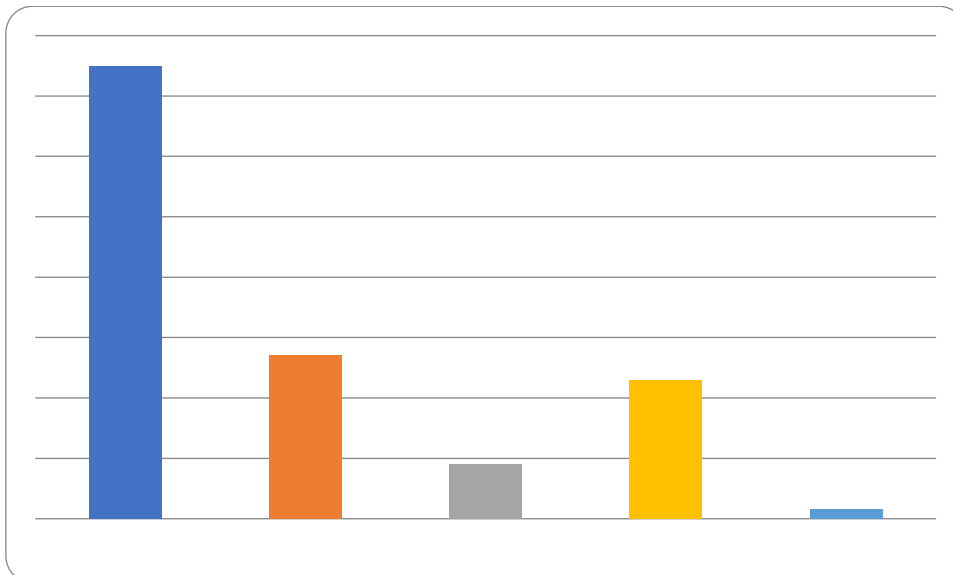
Unidade: %

Periodicidade: Anual - 2014

Fonte: Portal Valor Econômico – Base IBGE

Ainda assim, o Brasil permanece como uma das promessas de desenvolvimento mundial e um importante *player* nos jogos políticos e econômicos, principalmente pelas imensas oportunidades desse mercado e quando se olha para a perspectiva da retomada de crescimento mundial, a partir de 2015.

Crescimento Percentual do PIB Brasileiro



Crescimento Percentual do PIB – Brasil

Unidade: %

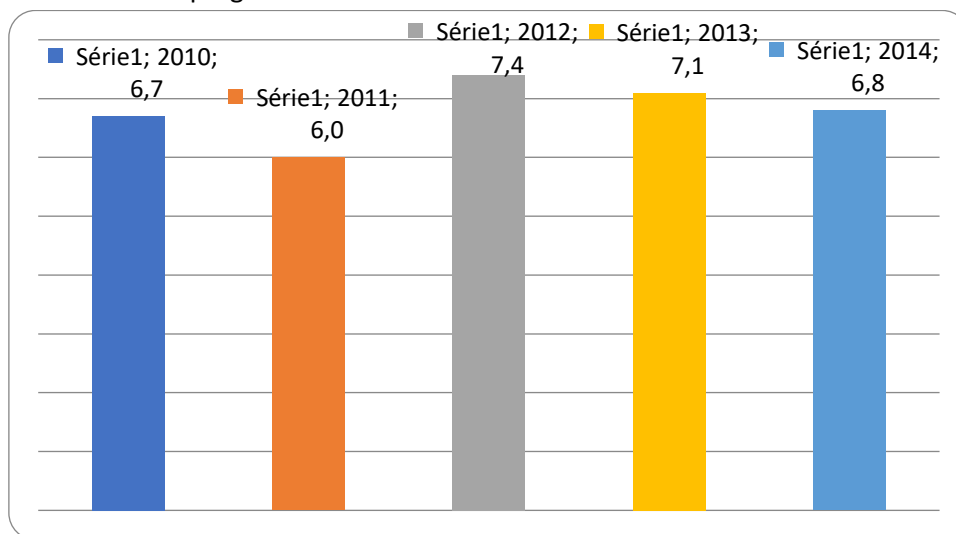
Periodicidade: Anual

Fonte: IBGE e Portal G1 – 2014

Emprego

A relativa estabilidade do cenário econômico brasileiro entre 2010 e 2014, e as medidas de estímulo à economia nesse período, acabaram por influir positivamente no índice de desemprego, que vem se mantendo baixo. Ao mesmo tempo, o rendimento do trabalhador cresce desde 2008. Com isso a renda média do trabalhador chegou a R\$ 2.055,55 em agosto de 2014.

Taxa de Desempregados em %



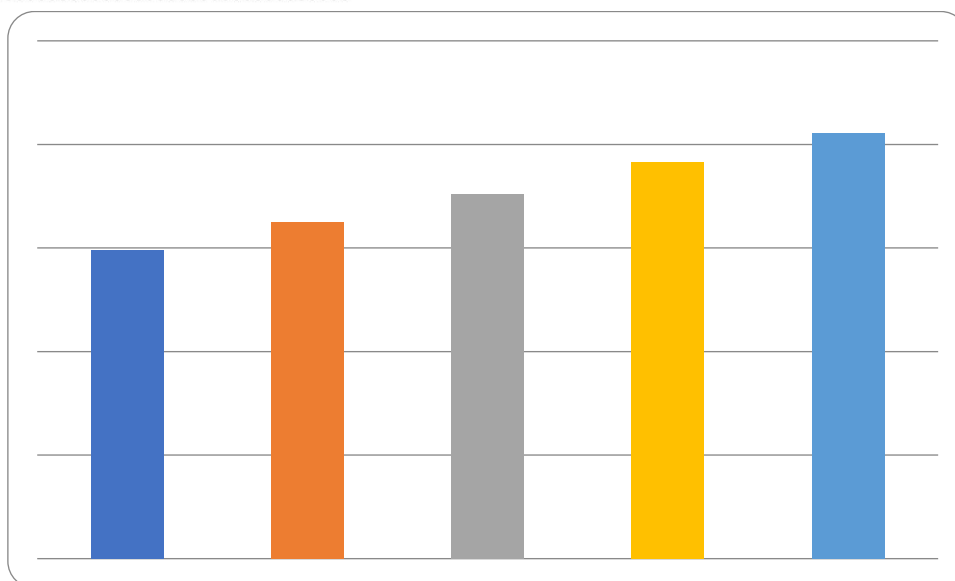
Desemprego - Brasil

Unidade: %

Periodicidade: Anual - * 2014 - Novembro

Fonte: IBGE

Evolução do salário médio do brasileiro em reais



Salário Médio do Trabalhador - Brasil

Unidade:

Periodicidade: Anual - *2012 e 2014 - Agosto

Fonte: IBGE

Demografia

O desenho da pirâmide etária brasileira vem demonstrando uma queda de natalidade, bem como o avanço no período médio de vida do brasileiro, fruto de políticas de saneamento básico e saúde. Mesmo assim, o país pode ser considerado uma nação de jovens com grande potencial de produção e consumo. O gráfico que segue mostra a distribuição etária da população brasileira em números absolutos:

Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade

BRASIL - 2010

Idade	População	Homens (%)	Mulheres (%)	Total
Mais de 100 anos	7.247	0,0%	0,0%	16.989
95 a 99 anos	31.529	0,0%	0,0%	66.806
90 a 94 anos	114.964	0,1%	0,1%	211.595
85 a 89 anos	310.759	0,2%	0,3%	508.724
80 a 84 anos	668.623	0,4%	0,5%	998.349
75 a 79 anos	1.090.518	0,6%	0,8%	1.472.930
70 a 74 anos	1.667.373	0,9%	1,1%	2.074.264
65 a 69 anos	2.224.065	1,2%	1,4%	2.616.745
60 a 64 anos	3.041.034	1,6%	1,8%	3.468.065
55 a 59 anos	3.902.344	2,0%	2,3%	4.373.875
50 a 54 anos	4.834.995	2,5%	2,8%	5.305.407
45 a 49 anos	5.692.013	3,0%	3,2%	6.141.338
40 a 44 anos	6.320.570	3,3%	3,5%	6.888.797
35 a 39 anos	6.766.665	3,5%	3,7%	7.121.916
30 a 34 anos	7.717.657	4,0%	4,2%	8.026.855
25 a 29 anos	8.460.995	4,4%	4,5%	8.643.418
20 a 24 anos	8.630.227	4,5%	4,5%	8.614.963
15 a 19 anos	8.558.868	4,5%	4,4%	8.432.002
10 a 14 anos	8.725.413	4,6%	4,4%	8.441.348
5 a 9 anos	7.624.144	4,0%	3,9%	7.345.231
0 a 4 anos	7.016.987	3,7%	3,6%	6.779.172

Fonte: IBGE / Censo 2010

ESAMC

As constatações primeiras, mais as projeções do quadro anterior, permitem-nos construir cenários bastante favoráveis para o país no que diz respeito a desenvolvimento, educação, economia, trabalho, consumo, exportação e importação. Essa tendência indica um período de necessidade de diversos profissionais, dentre eles: engenheiros, administradores, advogados, pedagogos, comunicadores, gestores financeiros etc.

Região de Sorocaba

Como reflexo direto dessas transformações recentes na economia e na demografia brasileira está Sorocaba, uma das cinquenta maiores cidades do Brasil, localizada no Estado de São Paulo. Cidade, esta, que nasceu com vocação para fomentar negócios - na indústria, no comércio e na prestação de serviços. Serviu como cenário para o embrião da siderurgia brasileira com a exploração e fundição do ferro. Fundada em 1654, por um bandeirante, foi entreposto comercial e ponto de partida de expedições rumo ao interior. Depois, graças à sua localização estratégica, tornou-se a capital mercantil da Colônia, no período em que o Brasil conheceu a “febre do ouro”. Foi, ainda, precursora da industrialização paulista, registrando, já em 1852, a primeira experiência de se implantar uma fábrica de fiação e tecelagem no Estado de São Paulo. É, por fim, berço de uma das primeiras ferrovias do Brasil com a fundação, em 1875, da Estrada de Ferro Sorocabana, que se tornou a mais importante do setor antes da unificação da malha ferroviária estadual.

O desafio nestes últimos anos, porém, tem sido crescer sem comprometer a qualidade de vida. Para se ter uma ideia, em Sorocaba o abastecimento de água e o serviço de saneamento básico atendem aproximadamente 99% da população. Para isso, o município tem códigos que disciplinam a ocupação e o uso do solo e precisa estar em modernização constante para que a infraestrutura urbana acompanhe o fluxo populacional.

A região administrativa de Sorocaba comporta 79 municípios e possui uma população de quase três milhões de habitantes, gerando um PIB per capita superior a R\$ 21.500,00. Dentro dessa região, a área de influência direta da cidade comporta cerca de 1,5 milhão de habitantes, com IDH de 0,705 (alto) e PIB per capita de R\$ 20,438,12 (2011). O índice de analfabetismo é de 4,40% e a população entre 18 e 24 anos com ensino médio completo é de 60,33%. Em relação ao PIB Estadual, a região responde por 2,87% e a 3,65% das exportações.

Isoladamente, Sorocaba tem uma população de mais de 630.000 habitantes, IDH de 0,798, superior ao índice estadual que é de 0,783. Segundo o Ministério do Trabalho (2012), o salário médio no município é de R\$ 1667,47 e o PIB per Capita (2011) de R\$ 30.166,23. O município responde por 1,32% do PIB estadual e 2,67% das exportações. O analfabetismo está em 3,10% (diante de 4,33% no Estado) e 66,87% da população entre 18 a 24 anos possui ensino médio completo (58,68 no Estado). Ainda no que se refere à educação, a cidade possui 89 escolas de ensino médio e mais de 28.000 matrículas no ensino médio (2012).

ESAMC

Com mais de 63.000 organizações ativas, Sorocaba é a 26ª cidade do país em número de empresas. Em relação ao PIB nacional, o município ocupava a 32ª posição em 2010, segundo o IBGE. É considerada uma das 50 melhores cidades brasileiras para se viver e desenvolver carreira, segundo a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) e a Revista Exame. Ainda segundo o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) - (Edição 2012, último dado disponível), Sorocaba é considerada como uma cidade de alto desenvolvimento em todos os quesitos analisados, com nota acima de 0,8, para um limite de 1. No que se refere especificamente à educação, seu índice passa de 0,9.

Diferentemente de outros municípios de porte semelhante, Sorocaba possui sua atividade econômica mais concentrada no setor de serviços e na indústria, possuindo pouca atividade rural de porte. Hoje a cidade se destaca por possuir uma indústria diversificada, que inclui empresas automobilísticas, montadoras de escavadeiras e retroescavadeiras, produção de pás para usinas eólicas, montagem de aparelhos eletrônicos, bebidas etc. No setor de serviços, oferece empresas de logística, centro de distribuição de peças da GM, SPAs, grandes Shopping Centers e, mais recentemente, tem se destacado no setor de manutenção aeronáutica, com a presença de centros de serviços dos maiores fabricantes mundiais de jatos executivos, como Bombardier, Dassault-Falcon, Gulfstream e Embraer, entre outros. Devido a essas características, Sorocaba é um dos poucos municípios do Estado de São Paulo que possui um Parque Tecnológico em funcionamento.

A posição geográfica do município também contribui para o desenvolvimento. Sorocaba se encontra a cerca de 100 km de distância das cidades de São Paulo e Campinas e a menos de 200 km do porto de Santos. Sua infraestrutura de Transporte inclui um grande centro ferroviário, duas importantes estradas (Raposos Tavares e Castelo Branco), um aeroporto de médio porte, além da proximidade com Viracopos, cerca de 70 km, maior centro de distribuição de carga aérea do país e que oferece voos para as principais cidades brasileiras.

1.5. HISTÓRICO DA ESAMC

A Faculdade ESAMC SOROCABA, é mantida pela ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA., que é uma Sociedade Civil com fins lucrativos.

Sua história remonta o ano de 1999, quando personalidades do mundo acadêmico e empresarial, com uma tradição de anos de experiência na ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing resolvem criar uma Escola nos mesmos moldes e padrões e com a chancela da ESPM. A intenção era de levar o mesmo padrão de excelência para cidades que tivessem massa crítica, demanda e potencial econômico capaz de entender o diferencial oferecido e viabilizar a nova escola.

Assim, a primeira unidade da ESAMC é inaugurada em 1.999 em Campinas – SP. Seguem-se as unidades de Uberlândia em 2.000, Sorocaba em 2.001, Santos em 2.004 e São Paulo em 2.013.

A Faculdade ESAMC Sorocaba, a exemplo das outras unidades, tem como propósito, zelar por valores éticos como Instituição voltada para o mercado, objetivando ser um centro de educação dentre os melhores do país. Tem por finalidade cooperar com os setores produtivos, em consonância com as atuais demandas socioeconômicas e culturais da região na qual está inserida, oferecendo cursos de formação em nível superior para atender as demandas educacionais, em particular, da cidade de Sorocaba e da sua macro região.

Assim, oferece os seguintes cursos:

GRADUAÇÃO - BACHARELADO

GRADUAÇÃO - BACHARELADO

- Administração
- Ciências Contábeis
- Ciências Econômicas
- Comunicação Social com habilitação em Jornalismo
- Comunicação Social com habilitação em Publicidade e

Propaganda

- Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas
- Design Gráfico
- Design - Moda
- Direito
- Relações Internacionais
- Engenharia Ambiental
- Engenharia Civil
- Engenharia de Computação
- Engenharia Elétrica
- Engenharia Mecânica
- Engenharia Civil
- Engenharia Química

GRADUAÇÃO – TECNOLÓGICA

- Graduação Tecnológica - Gestão Comercial
- Graduação Tecnológica em Comércio Exterior
- Graduação Tecnológica em Comunicação Institucional
- Graduação Tecnológica em Gestão de Recursos Humanos
- Graduação Tecnológica em Gestão Financeira
- Graduação Tecnológica em Logística
- Graduação Tecnológica em Marketing
- Graduação Tecnológica em Produção Publicitária
- Graduação Tecnológica em Qualidade

- Graduação Tecnológica em Processos Gerenciais

PÓS-GRADUAÇÃO -MBA

- *Gestão da Comunicação com o Mercado*
- *Gestão da Produção*
- *Gestão da Tecnologia da Informação*
- *Gestão de Marketing*
- *Gestão de Marketing Digital*
- *Gestão de Projetos*
- *Gestão de Recursos Humanos*
- *Gestão de Vendas e Trade Marketing*
- *Gestão Empreendedora de Negócios*
- *Gestão Financeira*
- *Logística Nacional e Internacional*
- *Negócios Internacionais*

Reconhecendo a importância da aproximação da ESAMC com Instituições de Ensino sediadas fora do país, assim como, o estreitamento da sua relação com empresas e organizações de renome no mercado de trabalho, para poder possibilitar aos nossos alunos uma vivência e atualização do conhecimento adquirido em sala de aula, a ESAMC firmou os seguintes acordos:

Acordos Internacionais de Cooperação Acadêmica

- Escola Superior de Comunicação Social, do Instituto Politécnico de Lisboa (ESCS).
- O Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL), originário do Instituto Industrial de Lisboa, é atualmente uma referência no panorama nacional, contribuindo para a formação de engenheiros, em várias áreas, de elevada competência técnica. Já a ESCS é a maior escola de comunicação em Portugal, com cerca de 3.500 alunos.
- A NAU, *National American University* é considerada uma das principais escolas de negócios dos Estados Unidos e possui parcerias com instituições de vários países como Japão, Grécia, Malásia, Índia, Emirados Árabes, República Tcheca, Chile e Bolívia.
- A Universidade de Barcelona é uma das mais tradicionais e respeitadas instituições de ensino superior em todo o mundo. Possui 555 anos de vida e sua trajetória está intimamente ligada à história de Barcelona e da Catalunha.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

2.1. CURSO DE GRADUAÇÃO (BACHARELADO) EM DIREITO

ATOS LEGAIS	
Ato Autorizativo	Portaria de Reconhecimento no. 446 de 01/11/2011 Publicada no DOU 03/11/2011
ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO	
Local	Rua Artur Gomes, 51, Centro, Sorocaba
VAGAS	
Vagas Anuais	160 vagas anuais
Regime	Seriado semestral/presencial
Turnos de Funcionamento	Diurno e noturno
Modalidade	Presencial
CARGA HORÁRIA DO CURSO	
Total Disciplinas	3.800
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	160
Estágio	560
Atividades Complementares (gerais)	60
TOTAL	4.580
Disciplina Optativa de Libras	40
TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	
Tempo mínimo de integralização	8 semestres
Tempo máximo de integralização	15 semestres

2.2. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

2.2.1. COORDENADOR DO CURSO

Professora Daniele Cristina Pavin, Doutora em Direitos Difusos e Coletivos pela Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES), Mestre em Direito Civil pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Especialista em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Direito Constitucional (IBDC). Possui experiência acadêmica de 19 anos como docente e de 12 anos como Coordenadora de Curso de Direito e de Extensão. Atualmente, também é Coordenadora da Escola Superior da Advocacia (ESA – Sorocaba). Exerce há 22 anos atividade jurídica na advocacia civilista. O regime de trabalho na ESAMC é de tempo Integral no total de 40 horas semanais, exercendo 24 horas dedicadas à Coordenação e 16 horas no ensino.

2.2.1.1. ATUAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO

I - Gestão do Curso

A Coordenação do Curso é exercida por um professor, indicado pelo Diretor Acadêmico para orientar e acompanhar o estudante desde o ingresso na Instituição até a sua formatura. As competências do Coordenador de Graduação da ESAMC foram fixadas pelo Regimento Interno, conforme seção III, artigos 9º, 10º, 11º e 12º, copiados abaixo:

Art. 9º. O coordenador do Curso será responsável pela coordenação acadêmica e técnico-pedagógica do curso a ele vinculado.

Art. 10º. O Coordenador do Curso será indicado pelo Diretor Acadêmico, para mandatos por tempo indeterminado.

Art. 11º. O Coordenador do Curso responsabilizar-se-á pela qualidade e eficácia do curso.

Art. 12º. Compete ao Coordenador do Curso:

I - presidir as reuniões do Colegiado do Curso;

II - propor à Diretoria Acadêmica medidas visando ao aprimoramento constante da qualificação do corpo docente;

III - dirimir dúvidas e resolver eventuais conflitos decorrentes na docência e com os demais colaboradores, em sua área de atuação;

IV - propor para discussão da Diretoria Acadêmica da ESAMC Sorocaba medidas necessárias visando assegurar um processo contínuo de melhoria de ensino-aprendizagem;

V - cumprir e fazer cumprir todas as determinações emanadas dos órgãos superiores;

VI - sugerir modificações para o currículo pleno dos cursos em atividade na ESAMC Sorocaba, encaminhando-as à Diretoria Acadêmica;

VII - sugerir normas de funcionamento dos estágios curriculares;

VIII - sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da ESAMC Sorocaba, bem como opinar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos pelo Diretor Acadêmico;

IX - sugerir a contratação e dispensa de pessoal docente;

X - exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

II - Relação com os docentes

Compete ao Coordenador a seleção do corpo docente que integrará a grade de professores do curso, tendo a importante função de disseminar entre eles os propósitos do modelo pedagógico, o perfil do profissional a ser formado, o devido cumprimento dos programas e a orientação didático pedagógicas em situações que assim o requeiram.

III - Relação com os discentes

Cabe ao Coordenador do Curso o exercício do diálogo continuado que perpassa a vida acadêmica do estudante, exercendo papel fundamental na orientação acadêmica, a motivação ao aprendizado e o alinhamento constante para que a formação do egresso proposta no projeto do curso.

IV - Representatividade nos órgãos colegiados

O Coordenador do curso possui representatividade nos órgãos colegiados da Faculdade ESAMC Sorocaba, sendo o presidente do Colegiado de seu Curso e membro do conselho Superior da Instituição, que é o órgão máximo de deliberação, conforme consta do Regimento Interno da ESAMC, copiado a seguir:

2.2.2. COLEGIADO DO CURSO

CAPÍTULO II – DO COLEGIADO DOS CURSOS

Art. 23º O Colegiado dos Cursos de Graduação tem por objetivo promover amplo diálogo e integração dos educadores com os discentes, numa estreita colaboração em benefício do educando, visando o aprimoramento de sua formação intelectual, cultural e moral, auxiliando a Direção Acadêmica em defesa da qualidade do ensino e da coerência com a proposta da Instituição e sua prática pedagógica.

§ 1º Os colegiados dos Cursos de Graduação funcionarão como órgão de apoio à Direção Acadêmica, Corpo Docente e Discente, em assuntos relacionados à conduta, métodos de ensino e critérios de avaliação, efetivando de modo constante e cooperativo a aproximação dos interesses das partes neles representadas.

Art. 24º O colegiado de cada curso de graduação será composto por 2 (dois) membros permanentes e 3 (três) membros efetivos eleitos, quais sejam:

1. Como membros permanentes:

- a) Coordenador do Curso, seu presidente;*
- b) Assessor Pedagógico do Curso, como seu secretário.*

2. Como membros efetivos eleitos:

- a) 2 (dois) representantes do Corpo Docente do Curso, eleito por seus pares;*
- b) 1 (um) representante do Corpo Discente do Curso, eleito pelos representantes de turma;*

§ 1º Os membros eleitos terão mandato de 1 (um) ano de duração, com direito a recondução.

Art. 25º São Atribuições dos Colegiados dos Cursos:

- I Sugerir quanto ao perfil do curso e diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas;*
- II Sugerir quanto à estrutura curricular do curso e suas alterações, com a indicação das disciplinas e respectivas cargas-horárias;*
- III Promover a avaliação do curso;*
- IV Formular a Direção Acadêmica sugestões de encaminhamento das solicitações recebidas;*

V *Discutir temas ligados a educação e ao ensino, a partir da realidade vivida na Instituição de Ensino, constatada por docentes e discentes e encaminhar suas sugestões a Diretoria Acadêmica;*

VI *Exercer outras atividades de sua competência ou que lhe forem delegadas pelo Conselho Acadêmico.*

Art. 26º *O Colegiado de cada Curso reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez em cada semestre letivo e extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do Diretor Acadêmico.*

§ 1º *Todos os membros têm direito a voto, cabendo ao Coordenador do Curso o de qualidade, vedado voto por procuração.*

§ 2º *Salvo motivo de força maior, os membros do Conselho Acadêmico serão convocados com antecedência mínima de vinte e quatro horas, recebendo previamente a pauta dos trabalhos a serem analisados.*

§ 3º *As reuniões do Colegiado de cada Curso deverão ser abertas, no mínimo, com a presença de 3 (três) de seus membros, sempre com a presença do presidente do Colegiado ou de seu substituto.*

§ 4º *De todas as sessões realizadas serão lavradas atas em livro próprio, pelo secretário do colegiado do curso respectivo.*

Art. 27º *Doravante os Colegiados dos Cursos serão ouvidos pela Diretoria Acadêmica nos assuntos relacionados com recursos didático-pedagógicos, critérios de avaliação e conteúdo dos planos de ensino, e outros assuntos pertinentes ao processo de ensino-aprendizagem.*

O Colegiado do Curso tem a seguinte composição:

Profa. Dra. Daniele Cristina Pavin - Coordenadora do Curso

Prof. Me Carlos Roberto Sanches de Oliveira - Secretário do Colegiado

Profa. Me Cláudia Marchetti da Silva- Representante Docente

Prof. Esp. Fábio Cenci Marines - Representante Docente

Angelo Pepe Agulha - Representante Discente

2.2.3. CONSELHO ACADÊMICO

Conforme o artigo 13 do Regimento Interno da ESAMC, o Conselho Acadêmico é órgão superior da ESAMC Sorocaba, de competência consultiva, deliberativa e normativa, composto em sua maioria por docentes da ESAMC Sorocaba, para a supervisão do ensino, da pesquisa e da extensão, composto por:

I - Diretor Acadêmico, seu presidente;

II - Coordenadoria dos Cursos;

III - um representante docente;

IV - pelo Secretário Geral;

V - um representante discente.

Art. 14º. São atribuições do Conselho Acadêmico:

I - sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da ESAMC Sorocaba;

II – aprovar a concessão de dignidades acadêmicas e títulos honoríficos;

III - opinar sobre a criação de cursos de graduação, extensão e de pós-graduação, encaminhando a proposta ao Presidente da Instituição;

IV - aprovar o Regimento Interno e sugerir modificações, quando couber, encaminhando ao órgão federal competente nos termos da legislação vigente;

V - propor a criação de comissões especiais para o estudo de quaisquer problemas ligados ao ensino, pesquisa e extensão;

VI - exercer as demais funções previstas neste regimento e na legislação de ensino superior.

Art. 15º. O Conselho Acadêmico reunir-se-á ordinariamente uma vez em cada semestre letivo e extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do Presidente do Conselho, com a presença de pelo menos um terço de seus membros.

§ 1º Todos os membros têm direito a voto, cabendo ao presidente o de qualidade, sendo vedados votos por procuração.

§ 2º Salvo motivo de força maior, os membros do Conselho Acadêmico serão convocados com antecedência mínima de vinte e quatro horas, recebendo previamente a pauta dos trabalhos a serem analisados.

§ 3º De todas as sessões realizadas serão lavradas atas em livro próprio, por pessoa previamente indicada pelo(a) Secretário(a) Geral.

2.2.4. NDE – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O NDE do Curso de Direito é formado por um conjunto de 5 (cinco) docentes do curso, titulados e contratados em regime de tempo integral ou parcial e responde mais diretamente pela concepção, implementação e consolidação do Projeto pedagógico do Curso, conforme Resolução CONAES No- 1, de 17/06/2010 e Regulamento Interno próprio.

Composição Núcleo Docente Estruturante:

Profa. Doutora Daniele Cristina Pavin - Coordenadora do Curso

Prof. Mestre Carlos Roberto Sanches - Membro do NDE

Prof. Mestre Eduardo Antônio Munhoz - Membro do NDE

Profa. Mestre Rosângela Gamba de Angelis - Membro do NDE

Prof. Mestre Denis Donoso - Membro do NDE

2.2.5. NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA - NPJ

De acordo com o Regulamento Interno, o Núcleo de Prática Jurídica, é o órgão de coordenação e supervisão das atividades de estágio do Curso de Direito da Faculdade ESAMC Sorocaba, conforme copiamos abaixo:

Art. 8º O Núcleo de Prática Jurídica é o órgão de coordenação e supervisão das atividades de estágio do Curso de Direito, respeitadas as competências específicas da direção da ESAMC.

Parágrafo único. O Núcleo de Prática Jurídica é formado pelo conjunto dos professores orientadores de estágio e pelo Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica, que está sob a direção e supervisão do Coordenador do Curso de Direito e pela Diretoria Acadêmica da ESAMC.

Art. 09. Compete ao Núcleo de Prática Jurídica:

I - aprovar os modelos dos formulários necessários para o funcionamento do estágio;

II - fixar os critérios e condições a serem exigidos para o credenciamento de escritórios de advocacia, órgãos, entidades e empresas públicas e privadas para receberem alunos do Curso de Direito como estagiários;

III - fixar a forma e os critérios de seleção de estagiários para ocuparem vagas no estágio profissional;

IV - aprovar projetos de extensão, em primeira instância, que preencham os requisitos legais e práticos necessários ao seu desenvolvimento, e remetê-los à Direção da Faculdade;

V - aprovar alterações em trabalhos simulados do Laboratório Jurídico;

VI - indicar professores de estágio para orientação dos trabalhos simulados do Laboratório Jurídico e para supervisão dos trabalhos dos estagiários desenvolvidos no estágio profissional;

VII – propor à Diretoria Acadêmica a aprovação de projetos de trabalho interdisciplinar a serem desenvolvidos com outras unidades acadêmicas da ESAMC junto ao Núcleo de Prática Jurídica;

VIII - manifestar-se e deliberar sobre assuntos pertinentes às diversas atividades de estágio, sempre que isso lhe for solicitado;

X - aprovar, em primeira instância, alterações neste Regulamento.

III - DA COORDENAÇÃO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

Art. 10. As atividades do Núcleo de Prática Jurídica são coordenadas pelo Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica, sob supervisão do Coordenador do Curso de Direito e da Direção Acadêmica da ESAMC.

Art. 11. O Diretor Acadêmico da ESAMC escolhe um professor para, em regime de dedicação de Tempo Integral, coordenar as atividades do Núcleo de Prática Jurídica.

§1º Deverão ser escolhidos entre professores que comprovem experiência no magistério superior no Curso de Direito de, pelo menos, 2 (dois) anos, e com prática profissional há pelo menos, 5 (cinco) anos.

§3º A Coordenadoria do Núcleo de Prática Jurídica é avaliada pela Direção Acadêmica da ESAMC, periodicamente, a cada 2 (dois) anos.

§4º O mandato do Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica tem duração determinada por Regulamento Interno próprio.

Art. 12. Compete ao Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica:

I - coordenar e supervisionar todas as atividades do Núcleo de Prática Jurídica na forma deste Regulamento e da legislação vigente;

II - indicar ao Coordenador do Curso de Direito, no âmbito de sua competência, convênios com órgãos e empresas públicas ou privadas, visando à implementação de programas de estágio;

III - organizar e manter atualizados os arquivos de avaliação dos programas de estágio e dos estagiários a eles vinculados;

IV - convocar e presidir reuniões dos orientadores de estágio, visando a avaliações globais e implementação de ações comuns;

V - disciplinar o uso dos Laboratórios Jurídicos e espaços físicos destinados às atividades do Núcleo de Prática Jurídica;

VI - propor à Diretoria Acadêmica da ESAMC modificações neste Regulamento, aprovadas pelo Núcleo de Prática Jurídica;

VII - implementar as decisões do Núcleo de Prática Jurídica e do Colegiado do Curso de Direito, referentes aos estágios;

VIII – assinar, as correspondências, certidões e declarações referentes aos estágios;

IX - encaminhar à Diretoria Acadêmica da ESAMC, as propostas de convênios de estágio aprovados pelo Núcleo de Prática Jurídica;

X - submeter ao Diretor Acadêmico para a autorização, atividade externa de estágio, para estagiários selecionados na forma e de acordo com os critérios estabelecidos pelo Núcleo de Prática Jurídica;

XI - dar parecer sobre a viabilidade didática e prática dos projetos de extensão para fins de estágio encaminhados ao Núcleo de Prática Jurídica;

XII - submeter ao Diretor Acadêmico para a autorização, a participação em projetos de extensão, para fins de estágio, devidamente aprovados;

XIII - visitar os escritórios de advocacia, órgãos, entidades e empresas conveniadas para avaliar a forma como está se desenvolvendo o estágio profissional;

XIV - levantar a bibliografia indicada pelos orientadores junto à biblioteca da ESAMC, para eventuais aquisições;

XV - ministrar no mínimo 8 (oito) horas-aula, no curso de graduação ou pós-graduação em Direito podendo orientar monografia de conclusão de curso;

XVI - cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

IV - DO PROFESSOR ORIENTADOR

Art. 13. O professor orientador das atividades práticas é vinculado ao Núcleo de Prática Jurídica, lotado na ESAMC, em regime de dedicação I (Tempo Integral) ou P (Tempo Parcial).

Parágrafo único. A contratação dar-se-á através de seleção com critérios definidos pela ESAMC.

Art. 14. Compete ao professor orientador de prática jurídica:

I - informar aos estagiários todas as normas pertinentes ao Estágio de Prática Jurídica, dando-lhes conhecimento deste Regulamento;

II - programar para serem executadas pelos estagiários, atividades de prática jurídica simulada e real, nas quais se incluam ações inerentes à advocacia, à magistratura, ao ministério público e à segurança pública;

III - organizar e manter atualizado, para fins de acompanhamento e avaliação, cadastro com dados relativos aos estagiários vinculados ao programa de estágio;

IV - orientar estagiários quanto às possíveis formas de encaminhamento de problemas jurídicos;

V - solicitar, regularmente, relatórios aos estagiários;

VI - avaliar individualmente os estagiários, segundo critérios estabelecidos neste Regulamento;

VII - efetuar o controle de frequência dos estagiários;

VIII - apresentar nota final do estagiário à Secretaria Acadêmica com cópia para a Coordenação de estágio;

IX - indicar bibliografia ao Núcleo de Prática Jurídica, para eventuais aquisições;

X - ministrar aulas no curso de graduação ou pós-graduação em Direito podendo orientar monografia de conclusão de curso;

XI - cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

V - DA SECRETARIA.

Art. 15. *Compete à secretaria:*

I - manter arquivos de toda a correspondência recebida e expedida, bem como de toda a documentação e legislação referentes ao estágio;

II - expedir todas as declarações e certidões pertinentes ao estágio, respeitadas as competências específicas da Coordenação do Núcleo de Prática Jurídica e da Direção Acadêmica da ESAMC previstas na legislação vigente;

III - manter arquivos de controle de todos os convênios que a ESAMC possui para estágios na área do Direito, bem como fichas individuais de todos os estagiários que estiverem realizando seus estágios com base nesses convênios;

IV - desempenhar demais atividades de sua competência e as que lhe forem solicitadas pelo Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica na forma deste Regulamento.

VI - DO ESTAGIÁRIO

Art. 16. *Estagiário é o aluno do Curso de Direito que se vincula a um programa de Estágio de Prática Jurídica em qualquer das modalidades previstas no artigo 5º deste Regulamento.*

Art. 17. *Compete ao estagiário:*

I - cumprir a carga horária mínima do Estágio de Prática Jurídica, conforme definido neste Regulamento;

II - executar as atividades que forem programadas pelos orientadores de estágio;

III - entregar, nos prazos fixados pelo Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica, relatórios dos Estágios III e IV ao orientador de estágio, descrevendo detalhadamente todas as atividades realizadas durante o período respectivo e efetuando uma auto-avaliação de seu desempenho;

IV - agir de acordo com a ética profissional;

V - submeter-se às avaliações programadas pelos orientadores de estágio, executando as tarefas que lhe forem requeridas;

VI - cumprir este Regulamento e as demais determinações legais referentes ao Estágio de Prática Jurídica.

VII - DA AVALIAÇÃO

Art. 18. *A avaliação do estagiário, para fins de aprovação, é realizada pelo orientador de estágio.*

Art. 19. *São considerados como elementos de avaliação das atividades de prática:*

I - capacidade de apresentar soluções para os casos simulados ou reais;

II - técnica redacional de peças processuais;

III - assiduidade às sessões de orientação e supervisão;

IV - conteúdo dos relatórios das atividades realizadas.

Art. 20. É considerado aprovado o estagiário que:

I - obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete) atribuído pelo professor orientador;

II - cumprir pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária determinada nos programas das respectivas atividades, que são elaborados pelo Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica e aprovadas pelo Coordenador do Curso.

VIII – Núcleo de Prática Jurídica

Art. 21. O Núcleo de Prática Jurídica destina-se a proporcionar e promover atividades simuladas e ou reais em atividades programadas pelo Núcleo de Prática Jurídica.

Art. 22. O Núcleo de Práticas Jurídicas compõe-se de espaço físico destinado às atividades respectivas com mobiliário e equipamentos próprios.

Art. 23. O Núcleo de Prática Jurídica desenvolve atividades em consonância com o projeto pedagógico do curso, assegurando ao exercício experimental da advocacia e conciliação englobando a totalidade de suas atividades, incluindo as forenses.

Art. 24. O Núcleo de Práticas Jurídicas desenvolve, ainda, atividades extrajudiciais, com ênfase nas técnicas de conciliação, mediação, negociação e arbitragem.

2.3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.3.1. CONTEXTO EDUCACIONAL

Segundo dados da organização Todos pela Educação, a População em idade escolar, na faixa dos 15 aos 17 anos, na cidade de Sorocaba, é hoje superior a 123.338 indivíduos (IBGE 2010). Ainda segundo esses dados, estavam matriculados no ensino médio, em 2014, 29.753 jovens. Considerando-se que um terço desses prestem vestibular (os concluintes do ensino médio), temos cerca de 10.000 candidatos ao ensino superior por ano.

No caso específico do bacharelado em Direito, existem hoje, em Sorocaba, quatro IES que oferecem o curso, conforme quadro abaixo:

	IGC	ENADE	CPC	Horas Aula do Curso	Duração do Curso	Vagas Ano	OAB*

Faculdade de Direito de Sorocaba – FADI	3	4	3	3.700	5 anos	200	30%
Faculdade ESAMC Sorocaba	3	3	3	4.364	5 anos	160	41%
Universidade de Sorocaba – Uniso	3	2	3	4.440	5 anos	240	18%
Universidade Paulista – UNIP	4	4	4	3.700	5 anos	460	13%

* Média de aprovações nos exames VIII, IX e X

Como se pode ver, os cursos na cidade oferecem um total de 1060 vagas anuais para ingressantes em Direito, ou 10% do total de candidatos da cidade. E supondo-se um índice de somente 10% de alunos evadidos entre o início e o final do curso, teremos algo como 954 formandos ano.

Se considerarmos também as IES de municípios próximos, como Itu, Itapetininga, Tatuí, Tietê e Boituva, teremos mais cerca de meia dúzia de cursos de bacharelado em Direito.

Nesse cenário, a ESAMC Sorocaba se destaca por oferecer um curso que oferece aos alunos conhecimentos sobre todas as áreas do direito, além de ter um forte apelo ao direito empresarial, buscando contemplar a demanda por profissionais especializados nessa área, em um município com forte característica industrial e de serviços. E visando a qualidade do ensino, a ESAMC é, na cidade, a instituição com menor número de vagas ofertadas, mas a de melhor desempenho junto aos exames da OAB, em toda região, com índices de aprovação muito acima da média nacional e bastante próximos daqueles obtidos pelas mais tradicionais IES do país, mesmo sendo um curso com somente onze anos de existência e oito turmas formadas.

2.3.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Considerando a importância da implantação do curso de Direito na ESAMC a instituição tem se preocupado, como de costume, com conjunto de recursos e capacitações e infraestrutura que possa garantir a formação de um excelente profissional, nos moldes do mercado, como definido no perfil do egresso desejado.

Assim, em relação à capacitação docente, a instituição criou e oferece, semestralmente, um conjunto de treinamentos denominados de “Academias ESAMC”, com o propósito de auxiliar o corpo docente, em especial aqueles professores que ingressam na atividade acadêmica e carecem de orientação didático-pedagógica. Da mesma forma, a instituição tem, também, “academias” destinadas aos colaboradores com o objetivo de auxiliá-los na sua atuação junto à instituição e aos cursos.

Outra importante atenção é destinada à infraestrutura necessária para o funcionamento dos cursos e o pleno desenvolvimento de todas as atividades e experiências de aprendizado propostas neste projeto pedagógico, no que se relaciona a construção e ampliação de salas de aula, laboratórios e aquisição de literatura e equipamentos.

Estimulo ao estabelecimento de convênios de estágio e parcerias com empresas e instituições, com vistas a facilitar a introdução do ingresso no mercado de trabalho, incluindo aí, também, a realização de eventos e palestras dessas empresas para os alunos da ESAMC, com vistas ao entendimento das capacidades buscadas pelas empresas junto aos colaboradores que contratam.

2.3.3. OBJETIVOS DO CURSO

O Curso de Direito da ESAMC, objetiva formar o profissional-cidadão, comprometido com os princípios do Estado Democrático de Direito, com sólidos conhecimentos sócio-políticos, dotado de padrão ético-social e profissional, que lhe permita compreender o meio onde atuará, de tal modo que se sinta estimulado a contribuir para a preservação dos direitos do cidadão e da comunidade e a uma adequada administração da justiça, além de atuação gabaritada na área dos negócios (advogado de empresa).

Pretende formar profissional com qualificações técnico-jurídicas e práticas, com capacitação para o domínio das técnicas de pesquisa dogmática, jurisprudencial e doutrinária, bem como leitura e interpretação de textos jurídicos (hermenêutica jurídica), na busca de solução de conflitos que afloram no seio da sociedade, por meios extrajudiciais e/ou judiciais, com capacitação para o exercício das profissões jurídicas, no setor público e privado, mediante a prática jurídica supervisionada, a ser desenvolvida através do programa de estágio, integrado ao NPJ, visando à habilitação do futuro bacharel para a operacionalização do direito, no contexto sócio-político e econômico nacional.

Para tanto, implementa-se um sistema de ensino e aprendizagem das estruturas jurídicas, políticas e sociais do país e de nossa região, predominantemente crítico e criativo, que enfoque um direito que se adapte à realidade e ao desenvolvimento nacional e latino-americano.

Desta forma, este profissional estará apto a atuar nas seguintes áreas:

- Empresas privadas de setores industriais, comerciais ou de serviços, na área jurídica;
- Instituições públicas: atuando como Juiz, Promotor de Justiça, Delegado de Polícia e Procurador, ou em quaisquer Órgãos Públicos, atuando como Fiscal, Analista Judiciário, Assessor Jurídico, Auditor, entre tantos cargos possíveis.
- Consultorias: em escritórios, atuando na advocacia extrajudicial, que tem caráter preventivo e na advocacia judicial, caracterizada pela relação que envolve litígios, chamada contenciosa.

2.3.4. HISTÓRICO DO CURSO

EVOLUÇÃO DO CURSO	No. de alunos matriculados
2019-2	415
2019-1	405
2018-2	391
2018-1	413
2017-2	394
2017-1	414
2016-2	383
2016-1	415

TOTAL DE ALUNOS POR SEMESTRE	
Período do Curso (Atualmente)	No. de alunos matriculados no período
1º.	33
2º.	70
3º.	22
4º.	61
5º.	39
6º.	44
7º.	28

8º.	29
9º.	26
10º.	63
TOTAL DE ALUNOS	415

TOTAL DE DISCIPLINAS	
Total de Disciplinas no curso	67

2.3.5. PERFIL DO EGRESSO

Os cursos da ESAMC são atuais e eficazes, pois a ESAMC utiliza o moderno conceito de ensino no qual todas as disciplinas são organizadas por intermédio dos eixos de conhecimento, de interdisciplinaridade e de um programa de desenvolvimento de competências gerenciais e comportamentais, o que garante a formação de um profissional completo. A ESAMC acredita que uma boa formação acadêmica, aliada a uma forte aproximação com o mercado de trabalho, são fundamentais para a formação dos profissionais que o Brasil precisa para os próximos anos.

Através dos eixos de conhecimento, da interdisciplinaridade, da avaliação 360º e da visão global, o modelo pedagógico da ESAMC garante que os profissionais formados possuam não somente a base acadêmica, mas desenvolvam outras competências técnicas, gerenciais e comportamentais necessárias para o sucesso no mercado. O que chamamos de “DNA ESAMC”, mostra o perfil geral do nosso aluno:

Perfil Técnico

- Tem boa capacidade de expressão oral e escrita.
- Sabe utilizar o raciocínio quantitativo e lógico em questões jurídicas.
- Possui visão crítica e analítica.
- Conhece o ambiente em que as organizações estão inseridas.
- Possui profundo conhecimento de legislação.
- É um especialista em sua área de atuação.

Perfil Gerencial

- Sabe alinhar e conduzir equipes aos objetivos definidos;
- Pensa estrategicamente e tem visão global do funcionamento da empresa;
- Sabe gerenciar equipes e projetos;

- Sabe apresentar e negociar projetos com eficácia, sempre com visão ganha-ganha;
- Sabe trabalhar em equipes multifuncionais;
- Sabe planejar, organizar, implementar e controlar projetos com foco em resultados;
- Tem capacidade analítica, de identificação de problemas, planejamento e encaminhamento de soluções;
- Sabe representar uma empresa em ocasiões sociais;
- Sabe identificar, conhecer e respeitar o código de conduta de uma organização.

Perfil Comportamental

- É Empreendedor;
- Conhece a fundo os princípios de Ética pessoal e Corporativa;
- É comprometido, cumpre prazos e busca sempre atingir resultados;
- Tem equilíbrio e busca resultados mesmo em situações adversas;
- Sabe trabalhar com pessoas e construir relacionamentos profissionais;
- Reconhece e convive de forma construtiva com a diversidade cultural;
- Aceita novos desafios, novas formas de trabalho e aceita mudar de posição – quando convencido.

Perfil Específico

A Análise sucinta da realidade atual, mostra que o Curso de Direito encontra-se ligado a um processo político, ideológico e econômico globalizante, não escapando desta forma dos intercâmbios que se produzem na arena mundial, recebendo, por consequência, os impactos das modificações e dos avanços tecnológicos que se produzem. Esta situação exige formação alicerçada em conhecimentos multidisciplinares, que caracterizará o profissional em direito preparado para assessorar e apoiar a sociedade em suas necessidades vitais; profissional com competência sócio-política, técnico-jurídica, prática do direito e com forte sensibilidade social e consciência da formação para a cidadania e para os negócios, capaz de responder às demandas de uma sociedade dinâmica e heterogênea cada vez mais exigente.

O Curso de Direito da ESAMC buscará permanentemente formar profissionais competentes para o exercício das profissões jurídicas (advocacia geral, advocacia empresarial, magistratura, promotoria de justiça, defensoria pública, dentre outras), identificados com uma visão transcendente aos aspectos técnicos dessas profissões, com capacidade para aplicar o direito, dotado de postura crítica fornecendo os meios para sua modificação, preparados para participar de equipes interdisciplinares de entidades

destinadas a planejar, coordenar, implementar, executar, avaliar políticas, programas e projetos públicos e/ou privados, capazes de criar novos métodos para a mediação de conflitos, quer na esfera judicial ou extrajudicial.

Competências e habilidades

Respeitando as diretrizes curriculares do Conselho Nacional de Educação (RESOLUÇÃO CNE/CES N° 9, DE 29 DE SETEMBRO DE 2004), as competências e habilidades do egresso em Direito da ESAMC são:

- I - leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- II - interpretação e aplicação do Direito;
- III - pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- IV - adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- V - correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- VI - utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- VII - julgamento e tomada de decisões; e,
- VIII - domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

Coerência dos conteúdos curriculares com o perfil desejado do egresso

PERFIL DO EGRESSO	CONTEÚDOS
I - leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;	<ul style="list-style-type: none">• Direito Civil I - Teoria Geral (1º semestre)• Direito Civil II - Teoria Geral (2º semestre)• Direito Civil III – Obrigações(3º. Semestre)• Direito Civil IV – 4º. Semestre – Contratos• Direito Civil V – 5º. Semestre – Coisas• Direito Civil VI – 6º. Semestre – família• Direito Civil VI – 7º. Semestre – sucessões• Direito Civil VII – 8º. Semestre – Responsabilidade Civil

	<ul style="list-style-type: none"> • Estágio Supervisionado I – Lab. de Red. e Práticas Forenses (6º semestre) • Estágio Supervisionado II – Lab. de Red. e Práticas Forenses (7º semestre) • Estágio Supervisionado III – Lab. de Red. e Práticas Forenses (8º semestre) • Estágio Supervisionado IV – Lab. de Red. e Práticas Forenses (9º semestre) • Práticas Jurídicas Supervisionada (6º.,7º.,8º, 9º,10º. semestres) • Filosofia do Direito (2º semestre) • Língua Portuguesa I (1º semestre) • TCC (monografia) 10º. Semestre • Teoria Geral do Direito (1º semestre)
<p>II - interpretação e aplicação do Direito;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Antropologia (2º semestre) • Ciência Política - Teoria Geral do Estado (1º semestre) • Ética Geral e Jurídica (8º semestre) • Filosofia do Direito (2º semestre) • História do Direito (1º semestre) • Língua Portuguesa I (1º semestre) • TCC (monografia) 10º. semestre • Sociologia Geral e Jurídica (1º semestre) • Teoria Geral do Direito (1º semestre) • Direito Penal I – 1º. Semestre • Direito Penal II – 2º. Semestre • Direito Penal III – 3º. Semestre • Direito Penal IV – 4º. Semestre • Direito Penal V – 5º. Semestre • Direito Penal VI – 6º. Semestre
<p>III - pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ciência Política - Teoria Geral do Estado (1º semestre) • Direito Civil I - Teoria Geral (1º semestre) • Direito Civil II - Teoria Geral (2º semestre)

	<ul style="list-style-type: none"> • Direito Civil I - Teoria Geral (1º semestre) • Direito Civil II - Teoria Geral (2º semestre) • Estágio Supervisionado I – Lab. de Red. e Práticas Forenses (6º semestre) • Estágio Supervisionado II – Lab. de Red. e Práticas Forenses (7º semestre) • Estágio Supervisionado III – Lab. de Red. e Práticas Forenses (8º semestre) • Estágio Supervisionado IV – Lab. de Red. e Práticas Forenses (9º semestre) • Práticas Jurídicas Supervisionada (6º.,7º.,8º, 9º,10º. semestres) • Filosofia do Direito (2º semestre) • História do Direito (1º semestre) • Sociologia Jurídica (3º semestre) • TCC – monografia 10º. semestre • Teoria Geral do Direito (1º semestre)
<p>IV - adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos Difusos e Coletivos 4º. semestre • Direito Processual Civil I – (3º.semestre) • Direito Processual Civil II – 4º. semestre • Direito Processual Civil – III – 5º. semestre • Direito Processual Civil – IV – 6º. semestre • Direito Processual Civil – V – 7º. semestre • Direito Processual Penal I (5º semestre) • Direito Processual Penal II (6º semestre) • Direito Processual Penal III (7º semestre)

	<ul style="list-style-type: none"> • Direito Processual Trabalhista (8º semestre) • Prática Supervisionada I – Lab. de Red. e Práticas Forenses (6º semestre) • Prática Supervisionada II – Lab. de Red. e Práticas Forenses (7º semestre) • Prática Supervisionada III – Lab. de Red. e Práticas Forenses (8º semestre) • Prática Supervisionada IV – Lab. de Red. e Práticas Forenses (9º semestre) • Estágio Supervisionado (6º., 7º., 8º., 9º. semestres) • Negociação, Mediação e Arbitragem (10º semestre)
<p>V - correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Prática Supervisionada I – Lab. de Red. e Práticas Forenses (6º semestre) • Prática Supervisionada II – Lab. de Red. e Práticas Forenses (7º semestre) • Prática Supervisionada III – Lab. de Red. e Práticas Forenses (8º semestre) • Prática Supervisionada IV – Lab. de Red. e Práticas Forenses (9º semestre) • Estágio Supervisionado (6º., 7º., 8º., 9º semestres) • Ética Geral e Jurídica (8º semestre) • Filosofia do Direito (2º semestre) • TCC monografia 10º. semestre • Sociologia Geral e Jurídica (1º semestre) • Teoria Geral do Direito (1º semestre)
<p>VI - utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ciência Política - Teoria Geral do Estado (1º semestre) • Direito Constitucional I – 2º. Semestre • Direito Constitucional II – 3o. Semestre

	<ul style="list-style-type: none"> • Direito Constitucional III – 4º semestre • Prática Supervisionada I – Lab. de Red. e Práticas Forenses (6º semestre) • Prática Supervisionada II – Lab. de Red. e Práticas Forenses (7º semestre) • Prática Supervisionada III – Lab. de Red. e Práticas Forenses (8º semestre) • Prática Supervisionada IV – Lab. de Red. e Práticas Forenses (9º semestre) • Estágio Supervisionado (6º.,7º.,8º, 9º. semestres) • Ética Geral e Jurídica (8º semestre) • Filosofia do Direito (2º semestre) • História do Direito (1º semestre) • Competências Empresariais 10º. Semestre • TCC monografia 10º. semestre • Sociologia Geral e Jurídica (1º semestre) • Teoria Geral do Direito (1º semestre)
<p>VII - julgamento e tomada de decisões; e,</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Prática Supervisionada I – Lab. de Red. e Práticas Forenses (6º semestre) • Prática Supervisionada II – Lab. de Red. e Práticas Forenses (7º semestre) • Prática Supervisionada III – Lab. de Red. e Práticas Forenses (8º semestre) • Prática Supervisionada IV – Lab. de Red. e Práticas Forenses (9º semestre) • Estágio Supervisionado (6º.,7º.,8º, 9º. semestres) • Ética Geral e Jurídica (8º semestre) • Filosofia do Direito (2º semestre) • História do Direito (1º semestre)

	<ul style="list-style-type: none"> • Competências Empresariais 10º. Semestre • TCC monografia 10º. semestre • Sociologia Geral e Jurídica (1º semestre) • Teoria Geral do Direito (1º semestre) • Psicologia Jurídica 10º. semestre
<p>VIII - domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Prática Supervisionada I – Lab. de Red. e Práticas Forenses (6º semestre) • Prática Supervisionada II – Lab. de Red. e Práticas Forenses (7º semestre) • Prática Supervisionada III – Lab. de Red. e Práticas Forenses (8º semestre) • Prática Supervisionada IV – Lab. de Red. e Práticas Forenses (9º semestre) • Estágio Supervisionado (6º., 7º., 8º., 9º. semestres) • Ética Geral e Jurídica (8º semestre) • Filosofia do Direito (2º semestre) • História do Direito (1º semestre) • Competências Empresariais 10º. Semestre • TCC monografia 10º. semestre • Sociologia Geral e Jurídica (1º semestre) • Teoria Geral do Direito (1º semestre) • Direito Tributário I – 7º. Semestre • Direito Tributário II – 8º. Semestre • Direito Tributário III – 9º. Semestre
<p>Perfil gerencial</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sabe alinhar e conduzir equipes aos objetivos definidos; - Pensa estrategicamente e tem visão global do funcionamento da empresa; 	<p>Economia Geral e Jurídica 10º. semestre</p> <p>Competências Empresariais 10º. Semestre</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Empreendedorismo. ▪ Ética pessoal e corporativa.

<ul style="list-style-type: none"> - Sabe gerenciar equipes e projetos; - Sabe apresentar e negociar projetos com eficácia, sempre com visão ganhadora; - Sabe trabalhar em equipes multifuncionais; - Sabe planejar, organizar, implementar e controlar projetos com foco em resultados; - Tem capacidade analítica, de identificação de problemas, planejamento e encaminhamento de soluções; - Sabe representar uma empresa em ocasiões sociais; - Sabe identificar, conhecer e respeitar o código de conduta de uma organização. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comprometimento e responsabilidade (accountability). ▪ Equilíbrio emocional para trabalho sob pressão, agilidade e busca de resultados. ▪ Relacionamento interpessoal. ▪ Consciência e diversidade intercultural. ▪ Flexibilidade. ▪ Liderança estratégica e para alinhamento. ▪ Visão global, pensamento estratégico e gestão empresarial. ▪ Gestão de pessoas e conflitos. ▪ Processo de vendas – apresentações, negociação e persuasão. ▪ Trabalho em equipe. ▪ Gerenciamento e entrega. ▪ Processo de tomada de decisão ▪ Etiqueta empresarial. ▪ Cultura e valores organizacionais.
<p>Perfil Comportamental</p> <ul style="list-style-type: none"> - É Empreendedor; - Conhece a fundo os princípios de Ética pessoal e Corporativa; - É comprometido, cumpre prazos e busca sempre atingir resultados; - Tem equilíbrio e busca resultados mesmo em situações adversas; - Sabe trabalhar com pessoas e construir relacionamentos profissionais; - Reconhece e convive de forma construtiva com a diversidade cultural; 	

- Aceita novos desafios, novas formas de trabalho e aceita mudar de posição – quando convencido.	
--	--

Além destas competências, o advogado formado pela ESAMC terá uma base empresarial e as habilidades descritas no programa de desenvolvimento de competências gerenciais e comportamentais.

2.3.6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso de Graduação em Direito está organizado de forma semestral, com aulas presenciais, composto por disciplinas com conteúdos estabelecidos, respeitado as Diretrizes Nacionais do Curso, tendo por finalidade alcançar os objetivos do curso, assim como desenvolver nos alunos um conjunto amplo de competências e habilidades, traçados no perfil do egresso.

A integralização curricular será de 10 (dez) semestres, no mínimo, e 15 (quinze) semestres, no máximo, e deverá ocorrer através do cumprimento da carga horária total do curso que soma 4.528 h/a. É facultado ao aluno cursar a disciplina optativa de Libras com 40h/a.

Levando-se em conta as Diretrizes Nacionais, a organização curricular do Curso de Direito da ESAMC está delineada no perfil do egresso que pretendemos formar e no desenvolvimento de conhecimentos e habilidades, de acordo com os “Eixos de Conhecimento”: Base jurídica, Interesses difusos e direito internacional, Direito civil, Direito do trabalho, Criminologia, Direito público, Direito empresarial, Raciocínio qualitativo, Ambiente de Negócios e Aplicação e projeto.

Assim, visando à compatibilidade legal e a melhor operacionalização da grade curricular para se alcançar os objetivos estabelecidos para o curso, desenvolvemos a seguinte organização curricular, de acordo com os eixos de conhecimento que possibilita desenvolver todas as competências que serão necessárias para a formação do profissional exigido pelo mercado de trabalho, em cada uma das disciplinas, conforme segue abaixo:

São dez os “eixos” de conhecimento, claramente demarcados e em perfeita interação entre si, a saber:

- 1) Base jurídica
- 2) Interesses difusos e direito internacional
- 3) Direito civil
- 4) Direito do trabalho
- 5) Criminologia

- 6) Direito público
- 7) Direito empresarial
- 8) Raciocínio qualitativo
- 9) Ambiente de negócios
- 10) Aplicação e projeto

Em cada um desses “Eixos de Conhecimento”, o aluno desenvolve todas as competências que serão necessárias para a formação do perfil exigido pelo mercado de trabalho, em cada uma das disciplinas, como segue:

- 1) Base jurídica
 - Teoria Geral do Direito
 - História do Direito
 - Ética Geral e Jurídica
 - Filosofia do Direito
- 2) Interesses difusos e direito internacional
 - Direito Internacional Público e Privado
 - Direito Ambiental
 - Direito Previdenciário
- 3) Direito Civil
 - Direito Civil I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII
 - Teoria Geral do Processo
 - Direito Processual Civil I, II, III, IV, V
- 4) Direito do trabalho
 - Direito do Trabalho I, II e III
 - Direito Processual Trabalhista I
- 5) Criminologia
 - Direito Penal I, II, III, IV, V e VI
 - Direito Processual Penal I, II e III
- 6) Direito público
 - Direito Constitucional I, II e III
 - Direito Administrativo I e II
 - Direito Tributário I, II e III
- 7) Direito empresarial
 - Direito Empresarial I, II, III e IV

- 8) Raciocínio qualitativo
 - Sociologia geral e jurídica
 - Ciência Política – Teoria Geral do Estado
 - Antropologia
 - Psicologia jurídica
 - Língua Portuguesa I

- 9) Ambiente de Negócios
 - Economia Geral e Jurídica
 - Competências Empresariais
 - Negociação Mediação e Arbitragem

- 10) Aplicação e projeto
 - TCC – monografia – 10º. semestre

CONTEÚDOS CURRICULARES

Os conteúdos curriculares traduzem as competências e habilidades, flexibilidade e mutabilidade que demonstram o conjunto de saberes e conhecimentos dentro de uma visão global do campo do Direito, observando-se as especificidades locais e regionais.

I - CONTEÚDOS CURRICULARES EM ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS

Conteúdo para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”

Em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP N° 01 de 17/06/2004), a disciplina de Sociologia (1º semestre) abordará respectivo conteúdo, como forma de entender a questão racial como tema da identidade nacional. A constituição de alguns símbolos da nacionalidade. Os lugares e as posições de poder de alguns grupos na sociedade brasileira. Tomando a questão negra e as relações raciais como centrais, realizar um panorama sociológico dos modos como a identidade nacional e os seus símbolos foram pensados e discutir os modos como as identidades sociais passaram a ser acionadas no contexto das mudanças pelas quais vem passando a sociedade brasileira. Analisar a questão da indiferença, injustiça e desqualificação com que os negros, os povos indígenas e também as classes populares às quais os negros, no geral, pertencem, são comumente tratados.

Entre as ações de conscientização das relações étnico-raciais foi contemplado no curso de Direito como Trabalho Interdisciplinar (discriminado abaixo) elaborado pelos alunos do 1º. Semestre do curso.

Conteúdo Curricular : Disciplina Relações Étnicas, Raciais e Indígenas (40 horas) 10º. Semestre

II - Conteúdo para a Educação ambiental

No intuito de atender as Políticas de educação ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4., 281 de 25 de junho de 2002), os conteúdos de Educação Ambiental, Sustentabilidade e Produção Socialmente responsável foram incorporados, de forma transversal, contínua e permanente aos componentes curriculares nas seguintes disciplinas: Teoria Geral do Direito (1º. Semestre), Direito Constitucional I (2º. Semestre), Direito Civil V – Direito das Coisas (5º. Semestre), Direito Penal VI (6º. Semestre) e Direito Ambiental (9º. Semestre).

III – Conteúdo para Educação em Direitos Humanos

Em atendimento ao disposto no Parecer CNE/CP No. 8 de 06/03/2012 que originou a Resolução CNE/CP No. 1 de 30/5/2012, o conteúdo de Educação em Direitos Humanos foram incorporados na disciplina de Direito Constitucional II no 3º. Semestre, sendo objeto de ação como a realização da “Feira de Direito Constitucional” que ocorre regularmente neste componente curricular.

Conteúdo Curricular: Direito Humanos e Cidadania – 40 horas – 10º Semestre

2.3.6.1. PROJETOS INTERDISCIPLINARES

Anexo II

2.3.6.2. PREPARAÇÃO PRÉVIA

Esta atividade é uma forma de estudo individualizado, que exige do aluno preparação anterior (extraclasse) ao período da aula propriamente dita. Assim, amplia-se o tempo de estudo do aluno reservando mais tempo para a discussão, trabalho em grupo, exercícios experimentação durante o período de aula.

2.3.6.3. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Para a conclusão do Curso é obrigatória a realização de monografia final individual, sustentada perante banca examinadora, com tema e orientador escolhidos pelo aluno. Os critérios e procedimentos exigíveis para o projeto, a orientação, a elaboração e a defesa da monografia final, estão previstos no Regulamento para o Desenvolvimento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Monografia do Curso de Direito.

2.3.6.4. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares representam um conjunto de práticas com o objetivo de complementar e flexibilizar o currículo pleno do curso e propiciar aos seus alunos a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar.

A composição curricular do curso prevê a realização de 120 horas-aulas em atividades diversas que incluem: pesquisa, extensão, seminários, simpósios, congressos, conferências, iniciação científica, grupos de estudo, representação estudantil, cursos de língua entre outros.

Às atividades complementares serão atribuídas o equivalente de créditos (ou horas-aula) da seguinte forma:

ATIVIDADE	CARGA ATRIBUÍDA
Atividades de pesquisa orientadas por docente do Curso e aprovadas pela Diretoria do Curso.	Será atribuído o equivalente a 100% da carga horária de dedicação, devidamente comprovada;
Grupos de estudos orientados por docente do Curso e aprovado pela Diretoria Acadêmica	Será atribuído o equivalente a 100% da carga horária de dedicação, devidamente comprovada;
Eventos diversos na área, tais como: palestras, seminários, congressos, conferências, simpósios, visitas técnicas, etc.	Será atribuído o equivalente a 100% da carga horária do evento participado;
Apresentação de trabalhos em eventos científicos da área.	Será atribuído 1 (um) crédito, equivalente a 20 horas por trabalho apresentado;
Participação em concursos de monografias.	Será atribuído 1 (um) crédito, equivalente a 20 horas por trabalho apresentado;
Publicação de artigos científicos na área.	Será atribuído 1 (um) crédito, equivalente a 20 horas por artigo publicado;

Apresentação de criação artística e cultural em exposições e concursos, relacionados à área de formação.	Será atribuído 1 (um) crédito, equivalente a 20 horas por evento participado;
Participação na diretoria de representações estudantis da ESAMC – Centro Acadêmico, Diretório Acadêmico e/ou Atlética.	Será atribuído 1 (um) crédito, equivalentes a 20 horas para cada semestre de atividades comprovadas;
Estágio nas organizações estudantis mantidas pela ESAMC – Empresa Jr., Agência Jr., ESAMC Social, TV ESAMC e Jornal ESAMC.	Será atribuído 1 (um) crédito, equivalentes a 20 horas para cada semestre de atividades comprovadas;
Cursos de línguas estrangeiras.	Será atribuído 1 (um) crédito, equivalentes a 20 horas para cada semestre de estudo, devidamente comprovado;
Atividade voluntária de responsabilidade social.	Será atribuído o equivalente a 100% da carga horária da atividade participada, devidamente comprovada.
Audiências e Tribunal de Juri	Será atribuído o equivalente a 100% da carga horária da atividade participada, devidamente comprovada.

2.3.6.5. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular supervisionado obedecerá as normas estabelecidas em Regulamento Interno próprio e legislação vigente. No âmbito da Instituição consideram-se Estágios Curriculares as atividades programadas que proporcionam, ao aluno, aprendizagem profissional, social e cultural, através da sua participação em atividades de trabalho em seu meio, vinculadas a sua área de formação acadêmico-profissional.

2.3.6.6. FLEXIBILIZAÇÃO DO CURSO

O Curso de Direito da ESAMC permite uma flexibilização curricular vertical, isto é, a possibilidade de organização do saber ao longo do tempo do curso, acrescentando aos conteúdos originais que compõe o curso nos seus eixos de formação.

Já a flexibilização curricular horizontal poderá ser estruturada através de atividades de iniciação científica, empresa Júnior (sustentável), monitorias, projetos de extensão, visitas técnicas e outras que complementem a formação recebida em sala de aula, que sejam

estimuladas e contribuam para fazer a articulação da formação recebida com a prática do visando o atendimento das demandas do mercado.

Vale ressaltar que a ESAMC promove, semestralmente, atividades como “Desafios ESAMC”, entre outras. Em muitas delas busca-se a integração do conhecimento Inter e multidisciplinar para a solução de problemas. Um dos exemplos é a chamada “Maratona Esamc”, espécie de desafio entre equipes integradas por alunos dos diversos cursos oferecidos na ESAMC. Nessa atividade os alunos são desafiados a solucionar problemas específicos de empresas/organizações reais em prazo limitado de tempo. São problemas que exigem a atuação em equipe e o pensar complexo.

2.3.6.7. METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia de ensino a ser utilizada é caracterizada pela variedade de experiências as quais o aluno é exposto, dentro e fora da sala de aula.

Dentro da sala de aula, imprimindo ao alunado não só a concepção e filosofia do curso, mas também as características da Instituição, será utilizado o Método do Caso, adaptado ao ensino da graduação.

O professor é chamado a ocupar, o papel de facilitador das discussões, de fonte de exemplos, e de referências, e de esclarecimentos conceituais, que não substituem a leitura pelos alunos dos textos de referência de cada sala de aula.

Para a plena realização do curso proposto, o aluno deverá realizar atividades extra-classe, para sua inserção gradativa na realidade onde irá atuar e para a busca de problemas desta realidade para discussão na sala de aula. Isto se concretiza em diversas oportunidades, facultativas e obrigatórias. Dentro das primeiras, Atividades dos Órgãos Estudantis: Agência Jr., a Empresa Jr., a ESAMC Social e o Centro Acadêmico. Dentro das vias obrigatórias, nossos alunos deverão realizar trabalhos distintos para a consecução do TCC – Monografia Jurídica. Tais atividades serão orientadas por professores das áreas respectivas. Inclui-se as Atividades Complementares, onde os alunos poderão complementar seus conhecimentos em: pesquisa, através de cursos de extensão, seminários, simpósios, congressos, conferências, iniciação científica, grupos de estudo, representação estudantil, cursos de língua, assistência de defesas de monografia, dissertações e teses, computando-se as atividades através de créditos, conforme regulamento interno.

2.3.7. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O projeto pedagógico do curso de graduação em Direito passa regularmente por avaliação, assegurando o alcance do objetivo de contribuir para a reformulação e o enriquecimento da proposta curricular inicialmente elaborada. Para tanto, juntamente ao NDE e participação do Colegiado do Curso, realiza-se sessões de estudo e planejamento, observando as seguintes dimensões: Organização didático-pedagógico, Corpo docente e Instalações.

Em cada dimensão ocorre o desdobramento de indicadores, com o propósito de obter informações necessárias para a avaliação global do PPC e a tomada de decisões.

Ações decorrentes dos processos de avaliação do projeto do curso

Para oferecer subsídios para a melhoria contínua da prática pedagógica são utilizados os seguintes instrumentos:

1. Relatório do ENADE sobre o desempenho global dos alunos
2. Relatório da CPA (Auto Avaliação)
3. Relatório de Avaliação Externa – (Avaliação do MEC in loco)
4. Avaliação do Perfil do Egresso
5. Avaliação dos Eixos de Conhecimento

1. Relatório do ENADE sobre o desempenho global dos alunos

Em relação ao ENADE - Exame Nacional do Desempenho Estudantil, a instituição tem como prática, em seus diversos cursos, a análise das provas e a avaliação da cobertura e profundidades dos itens que foram avaliados, para verificar se estão ou não contemplados no plano de ensino das disciplinas. No caso dos itens contemplados, eles são incorporados nas disciplinas as quais tem aderência. Após a divulgação do desempenho dos alunos nas provas, procede-se a análise do desempenho deles. Verificando-se, sobretudo, onde o desempenho foi mais fraco (conteúdo geral, específico, questões dissertativas, etc.) observa-se ainda que nível de aprendizado e competências foi exigido (conhecimento, compreensão, análise, aplicação, etc.) as conclusões servem para orientar os professores nas habilidades que devem desenvolver em seus alunos em cada disciplinas.

2. Relatório da CPA – Auto Avaliação

O Curso de Direito participa do processo de avaliação pedagógica em conformidade com o sistema de avaliação institucional.

A avaliação interna da CPA tem como objetivos principais:

-Traçar o perfil de qualidade acadêmica, através do levantamento de informações e elaboração de indicadores de desempenho da faculdade, dos cursos, em particular do curso de Direito;

- Aferir potencialidades e pontos frágeis de atuação dos diferentes segmentos da instituição, contribuindo, assim, para a necessária reflexão crítica de suas ações;
- Contribuir para a adoção de medidas com vista à mudança de rumos e ao aprimoramento do trabalho acadêmico.

Através da dimensão 2, é possível observar alguns parâmetros de avaliação do curso, conforme segue:

DIMENSÃO 2 - ENSINO E EXTENSÃO

2.1. ENSINO

- *Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da Instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área;*
- *Práticas Pedagógicas;*
- *Pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais) e as necessidades individuais;*
- *Práticas Institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.*

2.2. A EXTENSÃO

- *Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI;*
- *Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social;*
- *Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.*

O Resultado da avaliação de todas essas dimensões tem oferecido um quadro detalhado da Instituição e do curso, permitindo que sejam estabelecidas metas a serem alcançadas nas diversas áreas, sobretudo nas dimensões de ensino e extensão, como explicitado na dimensão 2 da auto avaliação institucional.

Incluindo:

- Melhorias na concepção do currículo e da organização didático pedagógica, suas práticas e metodologias;
- Formação docente, através do desenvolvimento de “academias de professores”
- Inovações didático pedagógicas e uso das tecnologias de ensino;
- Apoio discente;
- Articulação de atividades de ensino, extensão e intervenção social.

3. Relatório de Avaliação Externa – (Avaliação do MEC in loco)

Na avaliação externa são verificadas a organização didático pedagógica, corpo docente e infraestrutura e se as mesmas estão de acordo com os padrões qualidade exigidos pelo INEP/MEC. O Relatório de avaliação externa reproduz um “retrato” do curso, isto é nos mostra quais são os pontos que acertamos e quais os que precisamos melhorar. Este relatório é apreciado pelo NDE e colegiado do Curso e caso haja pontos que devem ser melhorados e/ou recomendações sugeridas pela Comissão de Especialistas, as mesmas entram na pauta de discussões em reuniões de estudo destes órgãos, tendo como objetivo melhorar constantemente o projeto e as práticas pedagógicas do curso.

4. Avaliação dos eixos de conhecimento

Como dito, a Matriz Curricular do Curso está organizada por eixos de conhecimento. Os eixos são frequentemente avaliados pelo NDE que consulta os professores do Curso como forma de atualizar e alinhar, semestralmente, os conteúdos, objetivos, demanda de tempo e processo avaliativo de cada disciplina de seu eixo.

Esse processo é feito através de uma ficha de *feedback* encaminhada semestralmente, para todos os professores.

O NDE alinha as adaptações e adequações que porventura tenham sido identificadas junto aos seus professores.

De posse desses *feedbacks*, é atualizado o plano de ensino de cada disciplina no que consiste aos temas a serem cobertos, habilidades e competências que deverão ser desenvolvidas e forma de avaliação.

Esse plano de ensino serve como base para o desenvolvimento do programa da disciplina, onde constam seus objetivos, ementas, bibliografias e, em muitos casos, material de apresentação, exercícios, experimentos e preparação prévia que o aluno deverá desenvolver para cada módulo da disciplina.

Vale ressaltar que o processo avaliativo tem grande importância no modelo pedagógico dos cursos da ESAMC.

Assim, em alguns eixos são realizadas as chamadas “provas de eixo”.

2.3.7.1. AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

1. Avaliação do desempenho escolar
2. Provas de Eixo
3. Provas Unificadas
4. Preparação Prévia (Estudo Individualizado)

1. Avaliação do Desempenho Escolar

As avaliações devem medir o desempenho dos alunos frente aos objetivos traçados nas atividades de ensino-aprendizagem. A boa avaliação atribui uma boa pontuação ao bom desempenho, e uma pontuação ruim ao mau desempenho. Fundamentalmente, o valor do instrumento de avaliação encontra-se no seu poder de discriminar estes dois pontos. Para conseguir um mínimo de objetividade e eficiência nestes instrumentos, algumas regras deverão ser observadas, previstas no Título VI – Do Regime Escolar, Capítulo V – Da Avaliação e do desempenho Escolar, conforme descrito abaixo:

CAPÍTULO V - DA AVALIAÇÃO E DO DESEMPENHO ESCOLAR

Art. 62. A avaliação do desempenho escolar será feita mediante elementos que comprovem, simultaneamente, assiduidade e aproveitamento.

Art. 63. A frequência às aulas e demais atividades será obrigatória, sendo vedado o abono de faltas.

§ 1º Independentemente dos demais resultados obtidos, será considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha frequência de, no mínimo, setenta e cinco por cento das aulas e demais atividades.

§ 2º A verificação e registro de frequência serão de responsabilidade do professor, e seu controle, para efeito do parágrafo anterior, da Secretaria Geral.

Art. 64. O aproveitamento escolar será avaliado através do acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nos exercícios escolares.

§ 1º Compete ao professor da disciplina elaborar provas, aplicá-las e determinar os demais trabalhos, bem como efetuar a avaliação, nos termos da regulamentação interna.

§ 2º O número de avaliações por período e sua natureza são objeto de regulamentação específica.

Art. 65. A cada verificação de aproveitamento será atribuída uma nota, expressa em grau numérico de zero a dez, que deverá ser transcrita inteira ou em meio ponto.

§1º Atribuir-se-á nota zero ao aluno que deixar de submeter-se à verificação de aproveitamento, prevista na data fixada, bem como àquele que se utilizar de meio fraudulento.

§2º Ao aluno que deixar de comparecer à verificação de aproveitamento, por motivo justo, na data fixada, pode ser concedida prova substitutiva desde que requerida no prazo de cinco dias.

§3º Fica vedada a concessão de mais de uma prova por disciplina, em segunda chamada, no mesmo semestre letivo.

§4º A prova em segunda chamada será concedida somente na perda da prova regimental, não sendo permitida para substituição de nota.

Art. 66. Atendida em qualquer caso a frequência mínima de setenta e cinco por cento às aulas e demais atividades escolares, o aluno será aprovado se obtiver média igual ou

superior a sete nos trabalhos e provas do período letivo, de acordo com normatização referente à avaliação discente.

§1º As médias serão apuradas até a primeira decimal, sem arredondamentos.

§2º Caso o aluno não tenha tido a frequência mínima de setenta e cinco por cento às aulas e/ou não obtiver média igual ou superior a sete nos trabalhos e provas do período letivo, ele será reprovado na disciplina.

§3º Conforme disposto no Artigo 51, no caso de três reprovações na mesma disciplina, o aluno será jubilado.

Art. 67. A matrícula será feita por semestre, podendo o aluno, se assim o desejar, antecipar disciplinas de outros semestres, desde que não possua dependências ou adaptações, desde que não sejam disciplinas consideradas pré-requisitos, desde que haja capacidade física nas salas de aula, desde que sejam as disciplinas de no máximo 2 (dois) semestres a frente daquele que o aluno está matriculado e atendendo as regras de antecipação de disciplinas.

Art. 68. Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrando por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.

No contexto das avaliações, os professores da ESAMC, são motivados a desenvolverem suas avaliações a partir dos conceitos da Taxinomia de Bloom, que apresenta um modelo de cobrança com diferentes níveis de complexidade e exigência mental, a partir dos objetivos de aprendizado desejados. A saber:

- **Conhecimento** – Refere-se à habilidade do Estudante em recordar, definir, reconhecer ou identificar informação específica, a partir de situações de aprendizagem anteriores;
- **Compreensão** – Refere-se à habilidade do Estudante em demonstrar compreensão pela informação, sendo capaz de reproduzir a mesma por ideias e palavras próprias;
- **Aplicação** – Refere-se à habilidade do Estudante em recolher e aplicar informação em situações ou problemas concretos;
- **Análise** – Refere-se à habilidade do Estudante em estruturar informação, separando as partes das matérias de aprendizagem e estabelecer relações, explicando-as, entre as partes constituintes;
- **Síntese** – Refere-se à habilidade do Estudante em recolher e relacionar informação de várias fontes, formando um produto novo;
- **Avaliação** – Refere-se à habilidade do Estudante em fazer julgamentos sobre o valor de algo (produtos, ideias, etc.) tendo em consideração critérios conhecidos.

2. Provas de Eixo

Provas de Eixo são provas que avaliam cumulativamente o conhecimento apreendido no eixo. São preparadas e aplicadas no mesmo dia e horários para todos os alunos que estejam cursando aquela disciplina de fechamento de eixo. O resultado dessas avaliações é utilizado para verificar o desempenho dos alunos do curso de Direito, assim

como dos demais cursos e das diversas Faculdades ESAMC e necessidades de adequação, correção ou reforço de conteúdo.

As notas de prova de eixo compõe parte da média da disciplina que fecha o eixo. Ela tem um peso entre 20 e 30% da nota de acordo com o plano de ensino de cada disciplina.

3.Provas Unificadas

Além das provas de eixo existem as chamadas “provas unificadas”, trata-se de uma avaliação aplicada em todas as unidades em disciplinas escolhidas pelos Coordenadores de eixo entre aquelas que não são avaliadas em provas de eixo. Eles servem como uma medida de avaliação de escolha aleatória entre as disciplinas do curso, permitindo aos Coordenadores de Curso correção e alinhamento em suas unidades.

4.Preparação Prévia

Ainda dentro do contexto de avaliação continuada, parte da nota dos alunos nas disciplinas, depende da realização do que chamamos “Preparação Prévia”, um tipo de estudo individualizado, como atividade complementar e, que deve ser realizado como atividade pré-aula, conforme já citado anteriormente, tem como objetivos: ampliar tempo de estudo do aluno; permitir que ele aprenda no seu tempo e do seu modo; mudar papel do professor que passa a ser condutor, mediador, motivador; aproveitar melhor o tempo da aula para que o aluno possa participar e tirar dela o melhor.

As questões desse estudo individualizado avaliam a habilidade do Estudante em recordar, definir, reconhecer ou identificar informação específica, a partir de situações de aprendizagem anteriores e em demonstrar compreensão pela informação, sendo capaz de reproduzir a mesma por ideias e palavras próprias.

2.3.8. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A tecnologia da informação tem sido instrumento de apoio essencial à aplicação do modelo pedagógico da instituição, desde o seu começo. Assim, na falta de um sistema que pudesse atender às demandas, foi desenvolvida uma plataforma própria (Atlas) que integrava todo o sistema de gerenciamento de secretaria, financeiro, biblioteca e pedagógico. Com a ampliação do número de alunos e a sofisticação de possibilidades oferecidas por fornecedores externos, adotamos o sistema WAE da Empresa WISE, assim, nesse sistema, no chamado “Portal do Aluno” é possível acessar via WEB:

Academia Virtual ESAMC - O Método do Caso

Arquivos em geral

Biblioteca

Calendário Escolar

Calendário Nacional de Provas Unificadas
Disciplinas x Coordenadores de Disciplina
Extrato Curricular Por Aluno
Grade de Horários
Manual Acadêmico
Material de Apoio para Calouros
Pasta de Professores
Pasta dos Programas das Unidades
Central de Cases
Dados Cadastrais
Mural de Vagas
Programa PAPO
Rematrícula Online
Requerimentos

Por esse portal é possível também todo o contato com o aluno por parte dos professores e da instituição.

Neste momento estamos negociando a aquisição da ferramenta para suporte à aprendizagem. Ela será utilizada para facilitar o processo de avaliações bem como pretendemos utiliza-la em programas de nivelamento na forma EAD.

2.3.9. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA MATRIZ CURRICULAR Anexo I

2.3.10. MATRIZ CURRICULAR

DIURNO E NOTURNO		
1o. Semestre	Créditos	Carga Horária
Teoria Geral do Direito	4	80
História do Direito	2	40
Direito Civil I - Teoria Geral	4	80
Direito Penal I	4	80
Ciência Política - Teoria Geral do Estado	2	40
Sociologia Geral e Jurídica	2	40

Língua Portuguesa I	2	40
Total	20	400
2o. Semestre	Créditos	Carga Horária
Filosofia do Direito	2	40
Direito Civil II - Teoria Geral	4	80
Teoria Geral do Processo	4	80
Direito Penal II	4	80
Direito Constitucional I	4	80
Antropologia Jurídica	2	40
Total	20	400
3o. Semestre	Créditos	Carga Horária
Direito Civil III - Obrigações	4	80
Direito Processual Civil I	4	80
Direito Penal III	4	80
Direito Constitucional II	4	80
Direito Administrativo I	4	80
Total	20	400
4o. Semestre	Créditos	Carga Horária
Direito Civil IV - Contratos	2	40
Direito Processual Civil II	4	80
Direito do Trabalho I	2	40
Direito Penal IV	4	80
Direito Constitucional III	2	40
Direito Administrativo II	4	80
Direito Difusos e Coletivos	2	40

Total	20	400
5o. Semestre	Créditos	Carga Horária
Direito Civil V - Direito das Coisas	4	80
Direito Processual Civil III	4	80
Direito do Trabalho II	2	40
Direito Penal V	4	80
Direito Processual Penal I	2	40
Direito Empresarial I	4	80
Total	20	400
6o. Semestre	Créditos	Carga Horária
Direito Civil VI - Direito de Família	4	80
Direito Processual Civil IV	4	80
Direito do Trabalho III	2	40
Direito Penal VI	2	40
Direito Processual Penal II	2	40
Direito Empresarial II	2	40
Práticas Jurídicas Supervisionadas I	2	40
PCJM I	2	40
Estágio Curricular I – NPJ	7	140
Total	27	540
7o. Semestre	Créditos	Carga Horária
Direito Civil VII - Direito das Sucessões	4	80
Direito Processual Civil V	2	40
Direito Processual Penal III	4	80

Direito Tributário I	2	40
Direito Empresarial III	2	40
Práticas Jurídicas Supervisionadas II	2	40
PCJM II	4	80
Estágio Curricular II - NPJ	7	140
Total	27	540
8o. Semestre	Créditos	Carga Horária
Ética Geral e Jurídica	2	40
Direito Civil VIII - Responsabilidade Civil	2	40
Direito Processual Trabalhista I	4	80
Direito Tributário II	4	80
Direito Empresarial IV	2	40
Práticas Supervisionadas III	2	40
PCJM – III	4	80
Estágio Curricular III – NPJ	7	140
Total	27	540
9o. Semestre	Créditos	Carga Horária
Direito Internacional Público e Privado	2	40
Direito Previdenciário	2	40
Direito Ambiental	2	40
Direito Tributário III	2	40
Língua Portuguesa II: Redação Jurídica	2	40
Práticas Jurídicas Supervisionadas IV	2	40
PCJM IV	4	80
TCC - I	4	80

Estágio Curricular IV - NPJ	7	140
Total	27	540
10o. Semestre	Créditos	Carga Horária
Negociação, Mediação e Arbitragem	2	40
Psicologia Jurídica	2	40
Economia Geral e Jurídica	2	40
Competências Empresariais	2	40
TCC II	4	80
PCJM - V	2	40
Relações Étnicas, Raciais e Indígenas	2	40
Direitos Humanos e Cidadania	2	40
Total	27	540

INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR	CARGA HORÁRIA HORAS/AULA	CARGA HORÁRIA HORAS/ RELÓGIO
Total Disciplinas	3.800	3167
Trabalho de Conclusão de Curso	160	133
Estágio Supervisionado	560	467
Atividades Complementares	60	50
TOTAL GERAL	4.580	3817

DISCIPLINA OPTATIVA DE LIBRAS	40	33
-------------------------------	----	----

2.3.11. EMENTÁRIO

CIÊNCIA POLÍTICA e TEORIA GERAL DO ESTADO

EMENTA

Conceito de ciência política. Ciência Política e Teoria do Estado. Evolução histórica do pensamento político. Análise crítico-política do Estado Moderno e do Estado Contemporâneo. A caracterização do fenômeno do Poder Estatal e do Poder Social. Doutrinas políticas e sua incorporação aos regimes. Partidos políticos e sufrágio.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina o aluno deve ser capaz de: - Compreender o funcionamento do Estado. - Entender a articulação entre os diferentes organismos do Estado. - Apresentar uma compreensão holística dos elementos conceituais da Teoria Geral do Estado. - Contribuir para desenvolver as habilidades analíticas de interpretação dos fenômenos sociais contemporâneos, onde o Estado tem um papel fundamental. - Empregar os elementos teóricos do estudo do Estado com a sociedade civil e suas representações organizacionais.

Bibliografia Básica

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. Saraiva, São Paulo, 2013
BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 13ª ed. São Paulo: Malheiros; 2015
MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2015

Bibliografia Complementar

RIBEIRO BASTOS, Celso: (curso de) Teoria do Estado e Ciência Política. 6ª edição, Celso Bastos Editores, São Paulo,
SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2014

DIREITO PENAL I

EMENTA

Fundamentos históricos do Direito Penal. Fontes do Direito Penal. Hermenêutica penal. Eficácia da lei penal no tempo e no espaço. Criminologia.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina o aluno deve ser capaz de: - Entender os fundamentos jurídicos do Direito Penal; - Entender a evolução histórica dos institutos penais, suas espécies e divisões, aliados a exemplos práticos; - Conhecer todos os princípios constitucionais que permeiam o Direito Penal. - Entender a aplicação do Direito Penal no tempo e no espaço. Compreender as relações entre Direito

Penal, Criminologia e Política Criminal. - Iniciar o estudo da Teoria Geral do Crime, conhecendo seus primeiros elementos.

Bibliografia Básica

MIRABETE, Julio Fabrini; MIRABETE, Renato N. Manual de Direito Penal: parte geral volume I. São Paulo. Atlas. 2010
JESUS, Damásio Evangelista. Direito Penal, volume I, parte geral. São Paulo. Saraiva. 2013
CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal-parte geral. São Paulo. Saraiva. 2015

Bibliografia Complementar

CUNHA, Rogério Sanches. Manual de Direito Penal, parte geral, volume único. Juspodivum. 2019
DELMANTO, Celso. Código Penal comentado. Rio de Janeiro. Saraiva. 2002
GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal, parte geral, volume I. São Paulo. Imperatus. 2019
ISHIDA, Valter Kenji. Curso de Direito Penal. Parte Geral e Parte Especial. São Paulo: Atlas, 2019.
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2015

DIREITO CIVIL I

EMENTA

Primeiros estudos do Direito Civil, iniciando-se com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, passando por pessoas, personalidade e bens.

OBJETIVOS

Ao final desta Disciplina, o aluno deverá ter apreendido as noções elementares da parte geral do Código Civil, bem como as classificações e conceitos pertinentes, com análise de casos concretos, a fim de demonstrar o direito na teoria e na prática.

Bibliografia Básica

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2017.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil. São Paulo: Saraiva, 2010.

GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2016.

Bibliografia Complementar

WALD, Arnaldo., AZEVEDO, Álvaro Villaça., DONNINI, Rogério Ferraz. Direito civil. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: parte geral. São Paulo: Atlas, 2010.

FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Coleção curso de direito civil. v. 1, v. 2, v. 3, v.4, v. 5, v.6, v.7. São Paulo: Atlas, 2017.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

HISTÓRIA DO DIREITO

EMENTA

História e Direito; Fundamentos culturais e jurídicos das sociedades antigas: a Mesopotâmia e os Hebreus, o antigo mundo clássico: Grécia e Roma; A formação da Europa Medieval e a convivência das matrizes Romana, Germânica, Canônica e Feudal. Da idade média às construções jurídicas da modernidade. Aspectos gerais das instituições jurídicas do império ao início do século XXI no Brasil.

OBJETIVOS

Ao final desta Disciplina o aluno deve ser capaz de: - Possuir uma compreensão do Direito como manifestação histórica; - Compreender o Direito não apenas enquanto processo interpretativo, mas sobremaneira em razão de sua historicidade; - Avançar quanto ao desenvolvimento de um raciocínio crítico acerca do Direito, por meio de inevitáveis comparações emergentes do processo histórico; - Desenvolver um raciocínio generalizante acerca do Direito, concebido este enquanto fenômeno dotado da característica da evolução.

Bibliografia Básica

JOSÉ FÁBIO RODRIGUES MACIEL, RENAN AGUIAR -História do Direito - Coleção Direito Vivo, São Paulo Saraiva– 10 jul 2017.
RODRIGO FREITAS PALMA, História do Direito, São Paulo, Ed. Saraiva - 7ª Ed. 2018
BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. História do Direito brasileiro. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, Luiz Carlos. Introdução à história do Direito. 4ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

WOLKMER, Antonio Carlos. (Org.). Fundamentos de história do direito. 4 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

LINGUA PORTUGUESA I

EMENTA

A redação. Estruturas redacionais. Redação jurídica. Produção e compreensão de texto a partir das especificidades do curso jurídico. Argumentação na prática discursiva. Signo verbal e não verbal.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina o aluno deve ser capaz de: -

Relacionar os fatos da língua com as experiências linguísticas do cotidiano.

Discutir e analisar um sistema comunicativo vivo e dinâmico, presente em diferentes níveis de fala do português contemporâneo: textos literários modernos, letras de músicas, histórias em quadrinhos, notícias de jornais, grafites, anúncios publicitários. –

Estar motivado a usar corretamente a língua portuguesa, adequando-se a diferentes contextos, a partir de uma concepção de leitura mais ampla, que leve-o a interrogar-se sobre as condições de produção e consumo de um texto, considerando aspectos sócio-históricos, como a constituição das relações étnico-raciais brasileiras e a relação entre fatores socioeconômicos e o uso da língua –

Aplicar esses conhecimentos no campo profissional de sua graduação.

Bibliografia Básica

ABREU, Antônio Suárez. Curso de redação. 11. ed. São Paulo: Ática, 2002.

INFANTE, Ulisses. Curso de gramática aplicada aos textos. São Paulo: Scipione, 2005..

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. 46ª Edição. Companhia Editora Nacional, 2008.

Bibliografia Complementar

NICOLA, José., INFANTE, Ulisses. Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 1997.

ANDRADE, Maria Margarida de.; HENRIQUES, Antonio. Língua portuguesa: noções básicas para cursos superiores. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FIORIN , José Luiz., SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2003.

GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: Aprenda a escrever, aprendendo a pensar. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA

EMENTA

O desenvolvimento da Sociologia. A Sociologia positivista. A Sociologia e as novas teorias sociológicas. Sociologia Jurídica. Contexto histórico. Sociologia Jurídica como Ciência. Direito-Sociedade. Sociologia do Direito Natural. A eficácia do Direito e a legitimidade da ordem jurídica. Conscientização de problemas étnico-racial. A constituição de alguns símbolos da nacionalidade. Os lugares e as posições de poder de alguns grupos na sociedade brasileira. Tomando a questão negra e as relações raciais como centrais, realizar um panorama sociológico dos modos como a identidade nacional e os seus símbolos foram pensados e discutir os modos como as 60 identidades sociais passaram a ser acionadas no contexto das mudanças pelas quais vem passando a sociedade brasileira. Analisar a questão da indiferença, injustiça e desqualificação com que os negros, os povos indígenas e também as classes populares às quais os negros, no geral, pertencem, são comumente tratados.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina o aluno deve ser capaz de:

Apresentar uma compreensão dos elementos conceituais da sociologia jurídica

Entender o acesso da sociedade ao processo da justiça

Possuir um entendimento da discussão entre a sociedade política e a sociedade civil –

Desenvolver a produção escrita dos conhecimentos históricos apresentados na disciplina –

Contribuir para desenvolver as habilidades analíticas de interpretação dos fenômenos sociais contemporâneos e relacioná-los com a justiça

Empregar os elementos teóricos do estudo da sociedade e relacioná-los com as organizações da sociedade civil

Bibliografia Básica

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 23. ed. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

RODRIGUES, Rosiane. Nós do Brasil: estudos das relações étnico-raciais. Editora moderna, 2013.

SOUTO, Cláudio e FALCÃO, Joaquim: Sociologia e Direito: textos básicos para a disciplina de sociologia jurídica. 2ª edição.:São Paulo: Thomson/Pioneira, 2002.

Bibliografia Complementar

IANNI, Octavio. A sociedade global. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ROSA, Felipe Augusto de Miranda. Sociologia do direito: o fenômeno jurídico como fato social. 16 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CASTRO, Celso A. Pinheiro. Sociologia do direito. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ARNAUD, André-Jean.,DULCE, Maria José Fariñas. Introdução à análise sociológica dos sistemas jurídicos. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

ROCHA, José Manuel de Sacadura. Sociologia jurídica: fundamentos e fronteiras. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

TEORIA GERAL DO DIREITO

EMENTA

Noções introdutórias do fenômeno jurídico. O direito como objeto do conhecimento. Acepção do termo "direito". Direito natural e direito objetivo. A ciência dogmática do Direito e a Ciência do Direito como Teoria da Norma. Fontes 61 do Direito. Técnica de interpretação. Norma jurídica e lei. Lacunas da lei, meios de interpretação, analogia, costumes, princípios gerais do direito. Conteúdos de Educação Ambiental, Sustentabilidade e Produção Socialmente responsável.

OBJETIVOS

Ao final desta Disciplina o aluno deve ser capaz de: - Possuir uma compreensão do Direito como manifestação fenomenológica; - Prosseguir na construção do conhecimento jurídico a partir de postulados científicos e de base, gerados por meio de uma verdadeira Teoria; - Avançar para além do normativismo legalista; - Desenvolver um raciocínio generalizante acerca do Direito, a partir de uma matriz analítica e com destinação crítica.

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral do Direito Civil. São Paulo: Saraiva, 2015.
--

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. 4a. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
--

KELSEN, Hans. Teoria Geral do Direito e do Estado. 1a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Bibliografia Complementar

REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 27ª ed. São Paulo: Saraiva; 2003.
BERGEL, Jean-Louis. Teoria Geral do Direito. 1a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
COELHO, Luiz Fernando. Fumaça do bom direito: ensaios de filosofia e teoria do direito. CURITIBA: Bonijuris, 2008.
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2015.
GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao Estudo do Direito. 40ª Ed. São Paulo. Forense, 2008.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

EMENTA

Conceito de Teoria do Processo. Os institutos fundamentais do processo. Fontes do direito processual civil. A norma processual: aplicação no tempo e no espaço. Jurisdição. A jurisdição voluntária. A organização judiciária. Competência. Processo e procedimento. Norma jurídica processual. Atos processuais. Atos judiciais. Dinâmica do processo. O desenvolvimento procedimental de cada tipo ou ainda, o resultado da prestação jurisdicional. Eficácia e autoridade da sentença. Execução.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina o aluno deve ser capaz de compreender os conceitos fundamentais de processo e procedimentos.

Bibliografia Básica

DONIZZETI, Eupídio. Curso Didático de Direito Processual Civil. São Paulo: Atlas. 2010.
MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de Processo civil: Teoria do Processo Civil. vol. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais; 2012.
MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de Direito Processual Civil: Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. 1ª Edição. São Paulo: Editora Atlas. 2012.
WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso Avançado de Processo Civil: Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. 16ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016

Bibliografia Complementar

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo, GRINOVER, Ada Pellegrini e DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Malheiros, 2013.
ALVIM, J.E. Carreira. Teoria Geral do Processo. 21ª Edição.
DIDIER JR, Fredie. Curso de direito processual civil. 17ª ed. Vol. I. Salvador: Juspo 2015.
BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria De; OLIVEIRA, Rafael Alexandria De; DIDIER JR, Fredie. Curso De Direito Processual Civil: V.01. 18ª Edição. Salvador: Juspodovm.
GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil: volume 1. 13ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro – Vol. 1. São Paulo: Sa
2003.

THEODORO JR., Humberto. Curso de Direito Processual Civil: volume I. 57ª Edição. Rio de Ja
Forense, 2009.

FILOSOFIA DO DIREITO

EMENTA

Divisão da Filosofia. Elementos característicos. A filosofia ao longo da história. Ser e dever ser. Os valores e suas características. Ciências naturais e ciências culturais. Situação do Direito no mundo da cultura. O Direito como objeto da Filosofia. Filosofia do Direito e Ciência do Direito.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina o aluno deve ser capaz de: - Entender o nascimento da Filosofia, diferenciando mito e razão. - Conhecer a Filosofia Antiga através do estudo da tragédia, da Justiça em Platão, Aristóteles e Cícero. - Conhecer a Filosofia Medieval através do estudo do Cristianismo, de Santo Agostinho e de Santo Tomás de Aquino - Conhecer a Filosofia Moderna através do estudo de Hobbes, Rousseau e Locke - Conhecer a Filosofia Contemporânea através do estudo de Hegel. - Conhecer Marx e a crítica da Economia, do Estado e do Direito - Desenvolver a capacidade de raciocínio jurídico sistemático, agregando os aspectos teóricos do conteúdo e suas possíveis aplicações práticas. - Empregar um pensamento crítico, sabendo questionar determinado ponto de vista levantado pela doutrina e/ou jurisprudência

Bibliografia Básica

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca; ALMEIDA, Guilherme Assis de. Curso de Filosofia do Direito. 4ª
São Paulo: Atlas, 2018

BOBBIO, Norberto. O positivismo jurídico – Lições de Filosofia do Direito. São Paulo: Ícone, 20

NADER. Paulo. Filosofia do Direito. 23a. Ed. São Paulo: Forense. 2003

Bibliografia Complementar

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 11a Ed. São Paulo: Ática, 2004

REALE, Miguel. Filosofia do Direito. São Paulo: Saraiva, 2015

ARANHA, Maria Lúcia A. Filosofando – Introdução à Filosofia. 2a Ed. São Paulo: Moderna, 2001

PLATÃO: “A República”, SP: Ed. Cia das Letras, 2006

GAARDER, Jostein. O mundo de Sofia – romance de História da Filosofia. São Paulo: Cia. das Letras, 2002

DIREITO PENAL II

EMENTA

Teorias do crime; tipicidade; ilicitude; culpabilidade.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina o aluno deve ser capaz de: - Partindo dos conceitos históricos básicos de Direito Penal já estudados, chegar ao conceito de crime como entidade jurídica no Estado Democrático de Direito. - Distinguir um FATO TÍPICO e conhecer seus elementos e divisões, aliados a exemplos práticos; - Conhecer o conceito de ILICITUDE e entender a aplicação do Direito Penal no caso real. - Entender todas as possibilidades de EXCLUSÃO DA ILICITUDE, seus elementos e suas conseqüências. - Entender todas as possibilidades de EXCLUSÃO DA ILICITUDE, seus elementos e suas conseqüências. - Desenvolver a capacidade de raciocínio jurídico sistemático, agregando os aspectos teóricos do conteúdo e suas possíveis aplicações práticas. - Empregar um pensamento crítico, sabendo questionar determinado ponto de vista levantado pela doutrina e/ou jurisprudência.

Bibliografia Básica

MIRABETE. Julio Fabrini; MIRABETE, Renato N. Manual de Direito Penal: parte geral volume I. São Paulo. Atlas. 2010

JESUS, Damásio Evangelista. Direito Penal, volume I, parte geral. São Paulo. Saraiva. 2013

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal-parte geral. São Paulo. Saraiva. 2015

Bibliografia Complementar

CUNHA, Rogério Sanches. Manual de Direito Penal, parte geral, volume único. Juspodivum. 2019

DELMANTO, Celso. Código Penal comentado. Rio de Janeiro. Saraiva. 2002

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal, parte geral, volume I. São Paulo. Imperatus. 2019

ISHIDA, Valter Kenji. Curso de Direito Penal. Parte Geral e Parte Especial. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2015

ANTROPOLOGIA

EMENTA

Conceito, objeto, desenvolvimento, método do estudo antropológico. Antropologia e Direito. Contato cultural. Mudança social e desenvolvimento. Globalização. Direito como instrumento da mudança, influência nas estruturas sociais e no contexto cultural.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina o aluno deve ser capaz de: - Analisar os principais temas postos pela reflexão antropológica enfocando principalmente a questão da cultura, identidade e organização simbólica remetendo para a esfera das organizações empresariais, entendidas como sistemas culturais. - Promover de modo crítico e atualizado a aplicação desses conhecimentos para o campo profissional de sua graduação.

Bibliografia Básica

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2014.

LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2000.

CANCLINI, Nestor Garcia. Consumidores e cidadãos: os conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

Bibliografia Complementar

CAMPBELL, Joseph. O poder do mito. 20.ed. São Paulo: Palas Athena, 1990.

DAMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1987. MARCONI, Marina Andrade de., PRESOTTO, Zelia Maria Neves. Antropologia: uma introdução. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ULLMANN, Reinhold Aloysio. Antropologia: o homem e a cultura. Petrópolis: Vozes, 1991.

BAUDRILLARD, Jean. A transparência do mal: ensaio sobre os fenômenos extremos. Campinas: Papyrus, 1990.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

DIREITO CONSTITUCIONAL I

EMENTA

Teoria da Constituição: conceito de constituição. O Poder Constituinte. A Supremacia Jurídica da Constituição: jurisdição constitucional - controle de constitucionalidade e garantias dos direitos fundamentais. Poder constituinte. Processo legislativo. Conteúdos de Educação Ambiental, Sustentabilidade e Produção Socialmente responsável .

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina, o aluno deverá compreender os elementos iniciais do Direito Constitucional, assimilando o significado dos conceitos e categorias fundamentais do conteúdo da Constituição e o Processo Legislativo.

Bibliografia Básica

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas 2015

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros 2014

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva 2015

Bibliografia Complementar

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros 2014.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2013.

MENDES, Gilmar Ferreira., COELHO, Inocêncio M., BRANCO, Paulo Gustavo G. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIREITO CIVIL II

EMENTA

Atos e fatos jurídicos. Negócio jurídico. Prescrição e decadência.

OBJETIVOS

Ao final desta Disciplina, o aluno deverá ter apreendido as noções elementares da parte geral do Código Civil, bem como as classificações e conceitos pertinentes, que serão fundamentais para o desenvolvimento das disciplinas subsequentes.

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil. São Paulo: Saraiva, 2015.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: parte geral. São Paulo: Atlas, 2015.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Constitucional Esquematizado.: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2018.

GAGLIANO, Pablo Stolze., PANPLONA FILHO. Rodolfo. Novo curso de direito civil. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar

WALD, Arnaldo; AZEVEDO, Álvaro Villaça; DONNINI, Rogério Ferraz. Direito civil. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FARIAS, Cristiano Chaves de. , ROSENVALD, Nelson. Coleção curso de direito civil. v. 1, v. 2, v. 3, v.4, v. 5, v.6, v.7. São Paulo: Atlas, 2015.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

DIREITO CIVIL III

EMENTA

Relações jurídicas pessoais de natureza patrimonial. Obrigações resultantes da vontade e obrigações resultantes da lei. Origem, modalidades, efeitos, 67 transferência e extinção das obrigações. Débito e responsabilidade: fundamentos históricos e aplicações modernas.

OBJETIVOS

Superados os elementos essenciais e fundamentais da parte geral do Direito Civil, ao final da Disciplina de Direito das Obrigações, o aluno deverá ter apreendido a estrutura jurídica das relações obrigacionais, que serão fundamentais para o desenvolvimento das disciplinas subsequentes.

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil. São Paulo: Saraiva, 2015.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: parte geral. São Paulo: Atlas, 2015.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Constitucional Esquematizado.: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2018.

GAGLIANO, Pablo Stolze., PANPLONA FILHO. Rodolfo. Novo curso de direito civil. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar

WALD, Arnoldo; AZEVEDO, Álvaro Villaça; DONNINI, Rogério Ferraz. Direito civil. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FARIAS, Cristiano Chaves de. , ROSENVALD, Nelson. Coleção curso de direito civil. v. 1, v. 2, v. 3, v.4, v. 5, v.6, v.7. São Paulo: Atlas, 2015.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

DIREITO PENAL III

EMENTA

Penas e sua fixação; concurso de crimes; sursis; livramento condicional; ação penal; punibilidade.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina o aluno deve ser capaz de: - Fazer o estudo da pena como instrumento de punição, reeducação, ressocialização e reintegração à sociedade do indivíduo que foi condenado por prática de infração penal; - Aprender a fazer a correta aplicação da pena de acordo com o sistema trifásico, analisando as circunstâncias judiciais, as agravantes e as atenuantes e as causas de aumento e causas de diminuição de pena; - Entender todas as formas de concurso de crimes, seus elementos e suas conseqüências;

Bibliografia Básica

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal – Parte Geral vol.1.12ª. Ed. São Paulo. Saraiva, 2015.
--

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2015.

JESUS, Damásio E. de. Direito penal: parte geral: volume 1. São Paulo. Saraiva, 2013. Paulo: Saraiva, 2011
--

Bibliografia Complementar

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2015.

DELMANTO, Celso. Código Penal Comentado. 8ª. Ed. Rio de Janeiro. Saraiva.

DIREITO CONSTITUCIONAL II

EMENTA

Controle de Constitucionalidade; Teoria Geral dos Direitos Fundamentais: a doutrina dos direitos fundamentais e sua evolução. A Constituição de 1988: os direitos e as garantias individuais e coletivos. Direitos Sociais. Direitos da Nacionalidade. Temas e histórico sobre os Direitos Humanos

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina, o aluno deverá compreender o controle de constitucionalidade, os direitos fundamentais de primeira, segunda e terceira geração, assimilando o significado dos conceitos e categorias previstas na Constituição Federal

Bibliografia Básica

MORAES, Alexandre. Direito Constitucional. São Paulo. Atlas. 2014

SILVA, José Afonso da. Direito Constitucional Positivo. São Paulo. Malheiros, 2014
--

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquemático. São Paulo. Saraiva. 2013
--

Bibliografia Complementar

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo. Malheiros. 2014

FERREIRA FILHO. Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. São Paulo. Saraiva. 1999

TAVARES. André Ramos. Curso de Direito Constitucional. São Paulo. Saraiva. 2015

BULOS, Uadi Lammego. Curso de Direito Constitucional. São Paulo. Saraiva. 2017
--

DIREITO ADMINISTRATIVO I

EMENTA

Noções Gerais de Direito Administrativo. Princípios Básicos da Administração Pública. Descentralização, desconcentração, privatização e publicização da atividade administrativa. Estrutura Administrativa: Administração Pública Direta e Indireta. Agências executivas. Atividade Administrativa. O Ato Jurídico Estatal. O Ato Administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. Responsabilidade Civil do Estado, Bens Públicos, Serviços Públicos.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina, o aluno deve ser capaz de compreender os elementos iniciais do Direito Administrativo, a administração pública direta, regime jurídico, serviços públicos, os atos administrativos, os órgãos públicos e as restrições do Estado sobre a propriedade privada.

Bibliografia Básica

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CRETELLA JR., José. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2015

Bibliografia Complementar

GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. São Paulo, 2010.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 1999.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2008.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

EMENTA

Finalidade do Processo de Conhecimento. O Procedimento Sumário. O Procedimento Ordinário: Petição inicial. Resposta do réu.

OBJETIVOS

Superados os conceitos iniciais da Teoria Geral do Processo, ao final desta disciplina, o aluno deverá assimilar os primeiros elementos do processo de conhecimento, em especial da fase dispositiva do processo civil

Bibliografia Básica

DONIZZETI, Eupídio. CURSO DIDÁTICO de Direito Processual Civil. São Paulo: Atlas.

THEODORO JR., Humberto. Curso de Direito Processual Civil: volume I. Rio de Janeiro: Forense. 2016
--

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. Vol. Único. 8ª Ed. São Paulo: Juspodivm.
--

Bibliografia Complementar

WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso Avançado de Processo Civil: Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. São Paulo: Revista dos Tribunais
--

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil. V. 1, São Paulo: Saraiva

DIDIER JR, Fredie. Curso de direito processual civil. 17. ed. Vol. I. Salvador: Jus Podivm; 2015
--

BUENO, Cássio Scarpinella. Novo Código de Processo Civil Anotado. São Paulo: Saraiva
MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de Processo civil: Tutela dos direitos mediante procedimento comum. vol. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais
MEDINA, José Miguel Garcia. Curso de Direito Processual Civil Moderno. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2015.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL II

EMENTA

Petição inicial; Citação; Julgamento Antecipado da Lide; Resposta do Réu; Revelia; Providências Preliminares; Julgamento conforme o Estado do Processo; Audiência.

OBJETIVOS

Superados os conceitos iniciais do Processo de Conhecimento, ao final desta disciplina, o aluno deverá assimilar conceitos relacionados com a fase probatória, instrutória e decisória do processo de conhecimento.

Bibliografia Básica

DONIZZETI, Elpídio. Curso Didático de Direito Processual Civil. São Paulo: Atlas. 2010.
NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil, 8ª Ed. São Paulo: Juspodivm. 2015.
THEODORO JR., Humberto. Curso de Direito Processual Civil: volume I. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso Avançado de Processo Civil: Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. 16ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016

Bibliografia Complementar

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2018
GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil: volume 1. São Paulo: Saraiva, 2009.
NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo CPC - Código de Processo Civil - Lei 13.205/2015. 3ª Ed. São Paulo: Método. 2015.

DIREITO DO TRABALHO I

EMENTA

Teoria Geral do Direito Social. Conceito e princípios do Direito do Trabalho. Direito individual do Trabalho. Contrato individual de trabalho. Empregado e empregador.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina, o aluno deverá compreender as relações individuais de trabalho e muitas de suas peculiaridades.

Bibliografia Básica

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. 16.ed. São Paulo:Atlas, 2010.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho. São Paulo. Saraiva, 2010.

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. São Paulo. LTR, 2015.

Bibliografia Complementar

MARTINS, Sérgio Pinto. Comentários à CLT. São Paulo: Atlas, 2010. 72

MARTINS, Adalberto. Manual didático de direito do trabalho. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho. 35 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MARTINS FILHO, Ives Gandra. Processo coletivo do trabalho. 4 ed. São Paulo: LTR.

PINTO, José Augusto Rodrigues. Processo trabalhista de conhecimento. 7 ed. São Paulo: LTR.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

DIREITO CIVIL IV – CONTRATOS

EMENTA

Estudo da teoria geral dos contratos e a análises de contratos civis em espécie.

OBJETIVOS

Superados os elementos essenciais e fundamentais da teoria das obrigações, ao final desta Disciplina, o aluno deverá compreender o escopo das obrigações contratuais, abrangendo o conceito de negócio jurídico resultante do acerto de vontades.

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria das obrigações contratuais e extracontratuais. São Paulo: Saraiva, 2017.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. v. 3. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

GAGLIANO, Pablo Stolze.,PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil. v. 3. São Paulo: Saraiva, 2017.

Bibliografia Complementar

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: contratos em espécie. São Paulo: Atlas, 2015.

FARIAS, Cristiano Chaves de. , ROSENVALD, Nelson. Coleção curso de direito civil. v. 1, v. 2, v. 3, v.4, v. 5, v.6, v.7. São Paulo: Atlas, 2015.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar

DIREITO ADMINISTRATIVO II

EMENTA

Contratos Administrativos. Licitação. Controle da Administração Pública. Intervenção do Estado na Propriedade. Processo Administrativo. Coisa Julgada Administrativa.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina, o aluno deverá compreender os contratos administrativos, os processos licitatórios, os órgãos da administração indireta, a relação dos servidores públicos com o Estado e o controle da administração pública, dando continuidade ao estudo desenvolvido na disciplina anterior.

Bibliografia Básica

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas 2017
--

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros 2016
--

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros 2015
--

Bibliografia Complementar

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva 2006
--

MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2018

MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. São Paulo, Saraiva 2018

DIREITO CONSTITUCIONAL III

EMENTA

Organização do Estado e dos Poderes. Direito Políticos.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina, o aluno deverá compreender a estrutura e a organização do Estado e dos poderes.

Bibliografia Básica

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas 2015

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros 2014

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva 2015

Bibliografia Complementar

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros 2014.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2013.

MENDES, Gilmar Ferreira., COELHO, Inocêncio M., BRANCO, Paulo Gustavo G. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIREITO PENAL IV

EMENTA

Crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra a propriedade imaterial, contra a organização do trabalho, contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina o aluno deve ser capaz de: - Conhecer os crimes contra a pessoa e todas as suas formas. - Conhecer os crimes contra o patrimônio e todas as suas formas. - Conhecer os contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos e todas as suas formas. - Desenvolver a capacidade de raciocínio jurídico sistemático, agregando os aspectos teóricos do conteúdo e suas possíveis aplicações práticas. - Empregar um pensamento crítico, sabendo questionar determinado ponto de vista levantado pela doutrina e/ou jurisprudência;

Bibliografia Básica

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal, parte especial, volume II. São Paulo. Imperatus. 2019
DELMANTO, Celso. Código Penal comentado. Rio de Janeiro. Saraiva. 2002
NUCCI. Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. Parte geral e especial. São Paulo. Ed. RT. 2015

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal-parte especial. Volume 2. São Paulo. Saraiva. 2017

Bibliografia Complementar

CUNHA, Rogério Sanches. Manual de Direito Penal, parte especial, volume único. Juspodivum. 2019
ISHIDA, Valter Kenji. Curso de Direito Penal. Parte Geral e Parte Especial. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2019.
JESUS, Damásio Evangelista. Direito Penal, volume II, parte especial. São Paulo. Saraiva. 2010
MIRABETE. Julio Fabrini; MIRABETE, Renato N. Manual de Direito Penal: parte especial volume 2. São Paulo. Atlas. 2015

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

EMENTA

História e definição dos direitos ou interesses difusos e coletivos, lato sensu e strictu sensu. Características dos direitos ou interesses coletivos. Competência. Legitimidade. Espécies de tutela jurisdicional. Coisa julgada. Execução civil. Tutela penal e administrativa.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina, o aluno deve ser capaz de compreender os Direitos Difusos e Coletivos sendo que, o primeiro tema abordará uma visão geral do que vem a ser direitos difusos e coletivos ou interesses metaindividuais como é mais comumente conhecido, a quem se dirige e o que é protegido por eles. Em seguida estudaremos a Ação Civil Pública, principal meio de proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Nesse tópico será abordada a importância do Ministério Público para essa Ação, seus legitimados, competência dentre outros assuntos. O assunto seguinte é o Inquérito Civil, com suas características, natureza jurídica, fases etc. Outros três assuntos relevantes, que serão apresentados são: Estatuto do Idoso, Direito do Consumidor e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Estudaremos suas características, a tutela protetiva, penal e processual.

Bibliografia Básica

MARTINS, Plínio Lacerda. (Org.) Código de defesa do consumidor. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2015.

ALMEIDA, João Batista de. Manual de direito do consumidor. São Paulo: Saraiva, 2015.

JACOBINA, Paulo Vasconcelos. A Publicidade no direito do consumidor. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

NUNES, Rizzato. Curso de direito do consumidor. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Bibliografia Complementar

FERNANDES, Daniela Bacellar. Responsabilidade civil & direito do consumidor. Curitiba: Juruá, 2005.

NUNES JR, Vidal Serrano., MATOS, Yolanda Alves Pinto Serrano de. Código de defesa do consumidor interpretado. São Paulo: Saraiva, 2009.

COELHO, Fábio Ulhoa. O empresário e os direitos do consumidor. São Paulo: Saraiva, 1994.

RIOS, Josué. A defesa do consumidor e o direito como instrumento e mobilização social. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

ALMEIDA, João Batista de. A proteção jurídica do consumidor. São Paulo: Saraiva, 2003.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

DIREITO DO TRABALHO II

EMENTA

Contrato, salário e remuneração. Relação de emprego. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Proteção do trabalhador. Duração do Trabalho. Estabilidade. Contratos afins. Períodos de Descanso. Regulamentações especiais.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina, o aluno deverá compreender os tipos de contrato de emprego e sua extinção, o salário e a equiparação salarial, os tipos especiais de remuneração e fundo de garantia do tempo de serviço.

Bibliografia Básica

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. 16.ed. São Paulo: Atlas.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho. São Paulo. Saraiva.

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. São Paulo. LTR, 2015.

Bibliografia Complementar

MARTINS, Sérgio Pinto. Comentários a CLT. São Paulo: Atlas, 2008.

CARRION, Valentin. Comentários á Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo: Saraiva.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. São Paulo: Atlas.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho. São Paulo. Saraiva, 2010.

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. São Paulo. LTR, 2010.

PINTO, José Augusto Rodrigues. Processo trabalhista de conhecimento. 7 ed. São Paulo: LTR, 2005.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL III

EMENTA

Provas; Sentença e Coisa Julgada; Recursos; ação rescisória.

OBJETIVOS

Superados os conceitos iniciais do Processo de Conhecimento, ao final desta disciplina, o aluno deverá assimilar conceitos relacionados com sentença, coisa julgada, sistema recursal e ação rescisória, dentro do processo de conhecimento

Bibliografia Básica

DONIZZETI, Elpídio. Curso Didático de Direito Processual Civil. 21. Edição - São Paulo: Atlas. 2010.
NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil, 8ª Ed. São Paulo: Juspodivm. 2015.
THEODORO JR., Humberto. Curso de Direito Processual Civil: volume I. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso Avançado de Processo Civil: Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. 16ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016

Bibliografia Básica

BUENO, Cássio Scarpinella. Novo Código de Processo Civil Anotado. 3ª. edição - São Paulo: Saraiva, 2017.
FILHO, Misael Montenegro. Curso de Direito Processual Civil. Volume 1. São Paulo. Atlas. 2018
GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil: volume 1. São Paulo: Saraiva, 2009.
NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo CPC - Código de Processo Civil - Lei 13.205/2015. 3ª Ed. São Paulo: Método. 2015.

DIREITO CIVIL V

EMENTA

Direito das coisas e direitos reais. Posse. Conceito e natureza jurídica. Classificação da posse. Aquisição e perda. Proteção possessória. Usucapião. Propriedade. Aquisição e perda da propriedade imóvel. Direitos de Vizinhança. Condomínio de edificações. Incorporações. Propriedade resolúvel. Propriedade móvel. Direitos reais sobre coisas alheias. Direito de superfície. Direitos reais de garantia. Conteúdos de Educação Ambiental, Sustentabilidade e Produção Socialmente responsável.

OBJETIVOS

Ao final desta Disciplina, o aluno deverá compreender o complexo de normas jurídicas disciplinadoras das relações pertinentes à posse ao direito real pleno, que abrange a propriedade.

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas. V4. São Paulo: Saraiva 2015
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: volume V. São Paulo: Saraiva 2015
VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: Direitos Reais. São Paulo: Atlas. V4 2015

Bibliografia Complementar

MONTEIRO, Washington de Barros e MALUF, Carlos Alberto Dabus. Curso de Direito Civil: Vol. 3 - Direito das Coisas
RODRIGUES, Sílvio. Direito Civil: Direito das Coisas. São Paulo: Saraiva.V5
MONTEIRO, Washington de Barros e MALUF, Carlos Alberto Dabus. Curso de Direito Civil: Vol. 3 - Direito das Coisas
RODRIGUES, Sílvio. Direito Civil: Direito das Coisas. São Paulo: Saraiva.V5

DIREITO PROCESSUAL PENAL I

EMENTA

Inquérito Civil e inquérito penal. Ação penal. Pressupostos processuais. Atos processuais. Processo e procedimento.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina o aluno deve ser capaz de:

- Conhecer os fundamentos jurídicos do Direito Processual Penal.

- Conhecer os princípios constitucionais que embasam o Processo Penal.
- Aprender os conceitos e fundamentos do Inquérito Policial.
- Conhecer as formas de prisões cautelares e diferenciá-las.
- Aprender os conceitos e fundamentos da Ação Penal.
- Entender as regras de jurisdição e competência.
- Conhecer o procedimento comum.
- Desenvolver a capacidade de raciocínio jurídico sistemático, agregando os aspectos teóricos do conteúdo e suas possíveis aplicações práticas.
- Empregar um pensamento crítico, sabendo questionar determinado ponto de vista levantado pela doutrina e/ou jurisprudência;

Bibliografia Básica

- CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 10. ed. São Paulo: Saraiva. 2008.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. São Paulo: RT, 2015.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2015.

Bibliografia Complementar

- NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de processo penal comentado**. São Paulo: RT, 2008.
- BONFIM, Edilson Mougnot. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva. 2011.
- NORONHA, E. Magalhães. **Curso de direito processual penal**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- JESUS, Damásio E. **Código de processo penal anotado**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. parte geral. v. 1. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. **Direito Penal**. parte geral. v. 1. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

DIREITO PENAL V

EMENTA

Crimes contra a dignidade sexual, contra a fé pública, contra a administração pública, contra a administração da justiça.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina o aluno deve ser capaz de:

- Conhecer os crimes contra a dignidade sexual, todas as suas formas e as novidades introduzidas pela Lei 12015/2009.
- Conhecer os crimes contra a fé pública e todas as suas formas.
- Conhecer os crimes contra a administração pública e todas as suas formas.
- Conhecer origem da Criminologia Científica, o conceito de Criminologia e seus métodos.
- Saber aplicar a Criminologia na realidade criminal atual.
- Desenvolver a capacidade de raciocínio jurídico sistemático, agregando os aspectos teóricos do conteúdo e suas possíveis aplicações práticas.
- Empregar um pensamento crítico, sabendo questionar determinado ponto de vista levantado pela doutrina e/ou jurisprudência.

Bibliografia Básica

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2015.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa; Manual de Processo Penal. 16ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2013.
NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 12ª Edição. São Paulo: RT, 2009, 2015
JESUS, Damásio E. de. Código de Processo Penal Anotado. Saraiva, 2008, 2015

Bibliografia Complementar

BONFIM, Edilson Mougnot. Curso de Processo Penal. 8ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2013.
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. 10ª Edição. São Paulo: RT, 2013.
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. São Paulo: Forense; 2014
OLIVEIRA, Eugenio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 19ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015
NORONHA, E. Magalhães. Curso de Direito Processual Penal, Saraiva, 2002
REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito Processual Penal Esquemático. 3ed. rev e atual. São Paulo: saraiva, 2015

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

DIREITO EMPRESARIAL I

EMENTA

Estudo do direito societário, com a análise das diversas espécies de empresas.

OBJETIVOS

Ao final desta Disciplina, o aluno deverá compreender as regras de direito societário, em especial, o funcionamento e a estrutura legal da sociedade limitada e da sociedade anônima.

Bibliografia Básica

BERTOLDI, Marcelo. RIBEIRO, Márcia Clara. Curso Avançado de Direito Comercial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
--

MAMEDE, Gladston. Direito empresarial brasileiro: empresa e atuação empresarial: volume 1. São Paulo: Atlas, 2013.
--

MAMEDE, Gladston. Direito empresarial brasileiro: direito societário: sociedades simples e empresárias: volume 2. São Paulo. Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial: Volume 1. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.
--

NEGRÃO, Ricardo. Direito Empresarial. Estudo Unificado. 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
--

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial: volume: 1. São Paulo: Editora Saraiva; 2010, 2012, 2014.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial: Volume 2. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.
--

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial: volume: 2. São Paulo: Editora Saraiva; 2010, 2012, 2014.

DIREITO EMPRESARIAL II

EMENTA

Análise conceitual dos institutos da falência e da recuperação de empresas, dentro do Direito Empresarial.

OBJETIVOS

Superados os estudos do direito empresarial, ao final desta disciplina, o aluno deverá compreender os institutos da falência e da recuperação judicial e extrajudicial de empresas.

Bibliografia Básica

BERTOLDI, Marcelo. RIBEIRO, Márcia Clara. Curso Avançado de Direito Comercial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MAMEDE, Gladston. Direito empresarial brasileiro: títulos de crédito: volume 3. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial: direito de empresa. Volume 1. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

NEGRÃO, Ricardo. Direito Empresarial. Estudo Unificado. 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial: Volume 2. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

VIDO, Elisabete. Curso de Direito Empresarial. 4ª Edição. Revista dos Tribunais, 2015.

TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial - Títulos de Crédito. Vol. 2. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARTINS, Fran. Títulos de Crédito. Volumes I e II. Rio de Janeiro. Forense

DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV

EMENTA

Execução forçada. Execução de títulos extrajudiciais. Das diversas espécies de execução. Execução de dar e fazer. Execução por quantia certa. Execução contra devedor solvente. Execução contra a fazenda pública. Oposição à execução forçada. Embargos do devedor. Embargos de retenção por benfeitorias. Execução contra devedor insolvente. Concurso de credores.

OBJETIVOS

Superado o estudo do Processo de Conhecimento, nesta Disciplina o aluno deverá assimilar conceitos relacionados com o Processo de Execução, especificamente em relação a sua teoria geral e os procedimentos de satisfação executiva das obrigações específicas.

Bibliografia Básica

THEODORO Júnior, Humberto. **Curso de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. {et al}. **Curso avançado de processo civil**. v.2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**: parte geral. v. 1. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo de execução**. parte geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro** V. 3. São Paulo: Saraiva, 2003.

ALVIM, Arruda. **Direito processual civil**. V. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

ASSIS, Araken. **Manual do processo de execução**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de direito processual civil**: teoria geral dos recursos em espécie e processo de execução. São Paulo: Atlas, 2011.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

DIREITO PENAL VI

EMENTA

Estudo de crimes em leis penais especiais.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina o aluno deve ser capaz de:

- Conhecer a lei de CRIMES HEDIONDOS, suas características e aplicações.
- Conhecer a LEI DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, suas características e aplicações.
- Conhecer a LEI DE DROGAS, suas características e aplicações.
- Conhecer os CRIMES DE TRÂNSITO e todas as suas formas.
- Conhecer a LEI DO CRIME ORGANIZADO, seus conceitos e suas características.
- Desenvolver a capacidade de raciocínio jurídico sistemático, agregando os aspectos teóricos do conteúdo e suas possíveis aplicações práticas.

- Empregar um pensamento crítico, sabendo questionar determinado ponto de vista levantado pela doutrina e/ou jurisprudência.

Bibliografia Básica

DELMANTO, Celso. Código Penal Comentado. 8.ed. Rio de Janeiro. Saraiva, 2010.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2015
--

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal – Volume IV. 9ª. Ed. São Paulo. Saraiva, 2015

Bibliografia Complementar

ANDREUCCI, Ricardo Antônio. Legislação Penal Especial. 9ª. São Paulo. Saraiva, 2015

NUCCI, Guilherme de Souza. Leis Penais e Processuais Penais Comentadas vols. 1 e 2. São Paulo. Saraiva, 2013
--

DIREITO PROCESSUAL PENAL II

EMENTA

O procedimento ordinário no processo penal condenatório. Provas. Ementário libelli e Mutatio libelli.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina o aluno deve ser capaz de:

- Compreender as regras do procedimento ordinário.
- Aprender os princípios que informam a atividade probatória.
- Entender os sistemas de apreciação das provas.
- Conhecer as provas em espécie.
- Entender o Princípio da correlação e a diferença entre Emendatio libelli e Mutatio libelli..
- Desenvolver a capacidade de raciocínio jurídico sistemático, agregando os aspectos teóricos do conteúdo e suas possíveis aplicações práticas.
- Empregar um pensamento crítico, sabendo questionar determinado ponto de vista levantado pela doutrina e/ou jurisprudência;

Bibliografia Básica

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. São Paulo: RT; 2014

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 12ª Edição. São Paulo: 2009
--

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa; Manual de Processo Penal. 16ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2015

Bibliografia Complementar

BONFIM, Edilson Mougnot. Curso de Processo Penal. 8a Edição. São Paulo: Saraiva, 2011
REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito Processual Penal Esquematizado. 3ed. rev e atual. São Paulo: saraiva, 2014

DIREITO CIVIL VI – FAMILIA

EMENTA

Estudo do livro de família, no Código Civil brasileiro, além de legislações correlatas pertinentes à temática Direito de Família.

OBJETIVOS

Ao final desta Disciplina, o aluno deverá compreender o complexo de normas jurídicas disciplinadoras das relações pertinentes às relações familiares.

Bibliografia Básica

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Civil: Família e Sucessões. São Paulo: Saraiva
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito de Família. São Paulo: Saraiva.
VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: Direito de Família. São Paulo: Atlas, 2010.
GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil. V. 6 (Família). São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: volume VI. São Paulo: Saraiva.
NADER, Paulo. Curso de Direito Civil, volume 5, Rio de Janeiro: Forense
MONTEIRO, Washington de Barros e DA SILVA, Regina Beatriz Tavares. Curso de Direito Civil: Direito de Família. 42ª. ed. Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2010.
NERY Jr., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Instituições de Direito Civil. Vol. V. Família. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil. Volume 5. Rio de Janeiro: Forense.
FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil. V. 6 (Família). São Paulo: Atlas.

PRÁTICA SUPERVISIONADA I

EMENTA

Desenvolvimento das primeiras técnicas de redação jurídica. Redação das primeiras peças jurídicas de natureza extrajudicial, assim como as primeiras peças judiciais.

OBJETIVOS

Ao final desta Disciplina, o aluno deverá estar capacitado para transpor conhecimentos teóricos para a vivência prática do futuro profissional do Direito, nas suas múltiplas facetas.

Bibliografia Básica

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. v.1. 55 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. v. 1. São Paulo: Saraiva.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**.v. 1. 12 ed. São Paulo: Saraiva.

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil**. v. 1. 16 ed. São Paulo: Saraiva 2015.

Bibliografia Complementar

DELLORE, Luiz. MARIN, Marco Aurélio. TARTUCE, Fernanda. Manual de Prática Civil São Paulo: Método.
FREITAS, Jayme Walmer de. (Coord.) Coleção exame da OAB: segunda fase. SAO PAULO: Saraiva.
MESSA, Ana Flávia. Prática penal para exame da OAB: modelos com base no exame da OAB. São Paulo: Atlas.

FARIAS, Cristiano Chaves de. , ROSENVALD, Nelson. **Coleção curso de direito civil**. v. 1, v. 2, v. 3, v.4, v. 5, v.6, v.7. São Paulo: Atlas, 2015.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

DIREITO DO TRABALHO III

EMENTA

Jornada de trabalho, descanso e férias. Direito coletivo do trabalho.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina, o aluno deverá compreender a jornada diária de trabalho, o descanso semanal remunerado e os institutos do direito coletivo do trabalho.

Bibliografia Básica

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do trabalho**. 16. ed. São Paulo:Atlas.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo. Saraiva.

GIGLIO, Wagner D. **Direito processual do trabalho**. 13. ed. São Paulo: Sraiva.

Bibliografia Complementar

CARRION, Valentin. **Comentários à consolidação das leis do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2010.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo. Ed.Saraiva, 2010.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo. LTr, 2010.

PINTO, José Augusto Rodrigues. **Processo trabalhista de conhecimento**. 7. ed. São Paulo: LTR, 2005.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Comentários a CLT**. São Paulo: Atlas, 2008.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

DIREITO PROCESSUAL PENAL III

EMENTA

Nulidades. Recursos. Execução Penal.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina o aluno deve ser capaz de:

- Conhecer o conceito de nulidade e a diferença entre Nulidade Relativa e Nulidade Absoluta.
- Conhecer as nulidades em espécie.
- Entender a Teoria geral dos recursos.
- Conhecer os requisitos ou pressupostos de admissibilidade, juízo de admissibilidade, juízo de procedência e efeitos dos recursos e os recursos em espécie
- Conhecer as regras básicas atinentes à execução penal.

- Desenvolver a capacidade de raciocínio jurídico sistemático, agregando os aspectos teóricos do conteúdo e suas possíveis aplicações práticas.

- Empregar um pensamento crítico, sabendo questionar determinado ponto de vista levantado pela doutrina e/ou jurisprudência.

Bibliografia Básica

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal**. São Paulo: Revista dos tribunais, 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas**. 4.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2015.

Bibliografia Complementar

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de processo penal comentado**. São Paulo: RT, 2008.

NORONHA, E. Magalhães. **Curso de direito processual penal**. São Paulo: Saraiva, 2003.

JESUS, Damásio E. **Código de processual penal anotado**. São Paulo: Saraiva, 2003.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte geral**. v. 1. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRUNO, Aníbal. **Direito penal**. parte geral: Tomo I. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

PRÁTICA SUPERVISIONADA II

EMENTA

Continuidade do desenvolvimento das técnicas de redação forense. Redação das primeiras peças jurídicas de natureza judicial, tais como: petição inicial, contestação, exceções processuais, reconvenção, réplica e sentença.

OBJETIVOS

Ao final desta Disciplina, o aluno deverá estar capacitado para transpor conhecimentos teóricos para a vivência prática do futuro profissional do Direito, nas suas múltiplas facetas.

Bibliografia Básica

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2015.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa; Manual de Processo Penal. 16ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2013.
JESUS, Damásio E. de. Código de Processo Penal Anotado. Saraiva, 2008, 2015

Bibliografia Complementar

BONFIM, Edilson Mougnot. Curso de Processo Penal. 8ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2013.
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. 10ª Edição. São Paulo: RT, 2013.
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. São Paulo: Forense; 2014
NORONHA, E. Magalhães. Curso de Direito Processual Penal, Saraiva, 2002
REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito Processual Penal Esquematizado. 3ed. rev e atual. São Paulo: saraiva, 2015

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

DIREITO CIVIL -VII SUCESSÕES

EMENTA

Estudo do Direito de Sucessões, abordando a legítima e testamentária.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina, o aluno deverá compreender os institutos fundamentais do Direito das Sucessões.

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro:** direito das sucessões. v. 6. São Paulo: Saraiva, 2014.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil:** direito das sucessões. v. 7. São Paulo: Atlas, 2003.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro.** v. 6. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar

FARIAS, Cristiano Chaves de. , ROSENVALD, Nelson. **Coleção curso de direito civil.** v. 1, v. 2, v. 3, v.4, v. 5, v.6, v.7. São Paulo: Atlas, 2015.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL V

EMENTA

Do processo cautelar: introdução, conceito, objeto e tutela cautelar. Natureza jurídica e jurisdicional: a tutela cautelar no Código de Processo Civil. Características do processo cautelar. Pressupostos do processo cautelar. Ação cautelar. Medidas cautelares. O poder geral de cautela. Legitimidade, competência e procedimento cautelar. Arresto. Sequestro. Caução. Busca e apreensão. Produção antecipada de provas. Exibição. Alimentos provisionais. Justificação. Protesto judicial. Notificação e interpelação. Homologação de penhor legal. Posse em nome do nascituro. Atentado. Protesto e apreensão de títulos. Outras medidas cautelares.

OBJETIVOS

Compreender as diversas possibilidades de tomada de medidas cautelares no processo civil.

Bibliografia Básica

THEODORO Júnior, Humberto. **Curso de direito processual civil. v. 2.** Rio de Janeiro: Forense, 2013.

WAMBIER, Luiz Rodrigues et al. **Curso avançado de processo civil: processo de execução. V.2** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

ASSIS, Araken. **Manual do processo de execução.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

Bibliografia Complementar

GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro. v. 3.** 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MONTENEGRO Filho, Misael. **Curso de direito processual civil.** São Paulo: Atlas, 2013.

ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo de execução.** parte geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de direito processual civil**: teoria geral dos recursos em espécie e processo de execução. São Paulo: Atlas, 2011.

ALVIM, Arruda. **Direito processual civil**. v. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

DIREITO TRIBUTÁRIO I

EMENTA

Poder de tributar. Obrigação tributária. Crédito tributário.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina, o aluno deverá ter uma visão geral da atividade financeira do Estado, suas fontes, a legislação tributária com sua vigência no espaço e no tempo; a interpretação e integração da legislação tributária. Em seguida saberá o que são obrigações tributárias, com seus sujeitos ativo e passivo, suas responsabilidades, fato gerador, domicílio tributário, os tributos, suas espécies e a determinação da natureza jurídica do tributo.

Bibliografia Básica

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. São Paulo: Saraiva; 2012.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. São Paulo: Malheiros, 2015

SABBAG, Eduardo. Manual de direito tributário. São Paulo: Saraiva; 2015

SABBAG, Eduardo. Direito tributário. São Paulo: GEN; 2017

Bibliografia Complementar

MELO, José Eduardo Soares de. Curso de direito tributário. São Paulo: Dialética, 2008

AMARO, Luciano da Silva. Direito tributário brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2012
--

CARRAZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 30ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2015
--

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito financeiro e de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2005.

BALEEIRO, ALIOMAR. Direito Tributário Brasileiro. Forense, 2003

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2015

DIREITO EMPRESARIAL III

EMENTA

Estudo da teoria das diversas modalidades dos contratos mercantis.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina, o aluno deverá compreender o funcionamento dos contratos mercantis.

Bibliografia Básica

BERTOLDI, Marcelo. RIBEIRO, Márcia Clara. Curso Avançado de Direito Comercial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

NEGRÃO, Ricardo. Direito Empresarial. Estudo Unificado. São Paulo: Saraiva, 2015.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial: direito de empresa: contratos, recuperação de empresas: volume 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

Bibliografia Complementar

VIDO, Elisabete. Curso de Direito Empresarial. 4ª Edição. Revista dos Tribunais, 2015.

REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial: volume 2. Saraiva.2015.

MARTINS, Fran.
Contratos e Obrigações Comerciais. Rio de Janeiro. Forense

RIZZARDO, Arnaldo. Contratos. Rio de Janeiro. Forense.

RIZZARDO, Arnaldo. Contratos de Crédito Bancário. São Pulo, Revista dos Tribunais.

MELO, Claudineu de. Contrato de Distribuição. São Paulo. Saraiva.

RIZZARDO, Arnaldo. Leasing – Arrendamento Mercantil no Direito Brasileiro. São Paulo, Revista dos Tribunais.

DIREITO TRIBUTÁRIO II

EMENTA

Fiscalização. Tributos em Espécie. A importância do tributo na composição dos custos de bens e serviços. Taxas e contribuições de melhoria.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina, o aluno deverá compreender a importância do estudo da Administração Tributária e da Competência Tributária. Em seguida terá uma visão dos impostos, seu conceito, os elementos constitutivos e sua classificação quanto à competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, os efeitos econômicos da percepção deles. Dando continuidade ao programa, estudarão as contribuições sócias com seus conceitos e alcance, as taxas, com seus elementos constitutivos e os fundamentos de sua cobrança, bem como a distinção entre taxa e preço público. Por fim, será abordado a contribuição de melhoria com seu conceito, fundamento e requisito legal de sua cobrança.

Bibliografia Básica

SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. 1ª ed. São Paulo: Saraiva. 2017
--

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 36ª ed., São Paulo: Malheiros. 2015
--

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 22ª ed., São Paulo: Saraiva. 2010

Bibliografia Complementar

CARRAZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 30ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2002
--

MELO, José Eduardo Soares de. Curso de direito tributário. São Paulo: Dialética, 2012

CAPARROZ, Roberto. Direito Tributário Esquemático. 3ª ed. São Paulo: Saraiva. 2019
--

FABRETTI, Cláudio Camargo; RAMOS, Dilene. Direito Tributário para Cursos de Administração e Ciências Contábeis. 3ª ed., São Paulo: Atlas. 2007

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO I

EMENTA

Conceito. Evolução histórica. Princípios do Direito Processual do Trabalho. Fontes do Direito Processual do Trabalho. Organização da Justiça do Trabalho. Competência. Solução dos conflitos trabalhistas. Procedimentos do Dissídio Individual. Recursos no Processo do Trabalho. Execução Trabalhista.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina, o aluno deverá compreender os institutos pertinentes do processo trabalhista. Terá uma visão geral da Justiça do Trabalho e a aplicação subsidiária do Processo Civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIGLIO, Wagner D. **Direito processual do trabalho**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2015.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo. LT.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Comentários a CLT**. São Paulo: Atlas.

MARTINS, Adalberto. **Manual didático de direito do trabalho**. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

CARRION, Valentin. **Comentários à consolidação das leis do trabalho**. 35 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARTINS FILHO, Ives Gandra. **Processo coletivo do trabalho**. 4 ed. São Paulo: LTR.

PINTO, José Augusto Rodrigues. **Processo trabalhista de conhecimento**. 7 ed. São Paulo: LTR.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

DIREITO EMPRESARIAL IV

EMENTA

Estudo da teoria geral e das diversas modalidades de títulos de crédito.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina, o aluno deverá compreender o funcionamento dos títulos de crédito.

Bibliografia Básica

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial**. v. 2. São Paulo. Saraiva.

MAMEDE, Gladston. **Direito empresarial brasileiro**. São Paulo. Atlas.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito comercial**. v. 2. São Paulo. Saraiva.

Bibliografia Complementar

BULGARELLI, Waldomiro. **Títulos de crédito**. 15. ed. São Paulo: Atlas.

MENDONÇA, José Xavier C. **Tratado de direito comercial brasileiro**. v. 2. Campinas: Bookseller.

BULGARELLI, Waldirio. **Tratado de direito empresarial**. Atlas: São Paulo, 1997.

BULGARELLI, Waldirio. **Problemas de direito empresarial moderno**. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 1999.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL VI

EMENTA

Os procedimentos especiais e o CPC: Ação de consignação em pagamento, Ações possessórias; Ação de demarcação e divisão, Ação de usucapião, Ação de nunciação de obra nova; atentado; inventário e partilha; Procedimentos de jurisdição voluntária.

OBJETIVOS

Ao final desta Disciplina, o Aluno deverá compreender e conhecer o funcionamento dos procedimentos especiais.

Bibliografia Básica

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. v. 3. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso avançado de processo civil: processo cautelar e procedimentos especiais**. v. 3. São Paulo: RT, 2015.

MARCATO, Antonio Carlos. **Procedimentos especiais**. São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia Complementar

GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro**. v. 3. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SANTOS, Ernane Fidélis. **manual de direito processual civil: procedimentos especiais codificados e da legislação esparsa, jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária**. V. 3 . 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

ALVIM, Arruda. **Direito processual civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: parte geral**. v. 1. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. v. 3. 20 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

DIREITO CIVIL VIII – RESPONSABILIDADE CIVIL

EMENTA

Responsabilidade civil. Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Responsabilidade civil por ato próprio e por ato ou fato de outrem. Circunstâncias naturalmente, legalmente e convencionalmente escusativas do dever de indenizar o dano. O dano patrimonial e o dano moral. Responsabilidade civil em espécie.

OBJETIVOS

Ao final desta Disciplina, o aluno deverá compreender o instituto da responsabilidade civil, nas suas múltiplas facetas.

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral do Direito Civil. Saraiva
VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: Parte Geral. Atlas
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Parte Geral. Saraiva

Bibliografia Complementar

FARIAS, Cristiano Chaves de. , ROSENVALD, Nelson. **Coleção curso de direito civil**. v. 1, v. 2, v. 3, v.4, v. 5, v.6, v.7. São Paulo: Atlas, 2015.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

PRÁTICAS JURÍDICAS SUPERVISIONADAS III

EMENTA

Estudo de atividades de prática jurídica na área processual trabalhista.

OBJETIVOS

Ao final desta Disciplina, o aluno deverá estar capacitado para transpor conhecimentos teóricos para a vivência prática do futuro profissional do Direito, nas suas múltiplas facetas.

Bibliografia Básica

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do trabalho**. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo. Ed.Saraiva, 2010.

PEREIRA, Leone. **Manual de processo do trabalho**. 2. ed. São Paulo: 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo. LTr, 2015.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Comentários a CLT**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Adalberto. **Manual didático de direito do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

CARRION, Valentin. **Comentários à consolidação das leis do trabalho**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARTINS FILHO, Ives Gandra. **Processo coletivo do trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTR, 2009.

ÉTICA GERAL E JURÍDICA

EMENTA

O homem, a natureza, a linguagem e a cultura. A dimensão ética da ação humana. Ética e Direito. A Ordem dos Advogados do Brasil-OAB. Estatuto da OAB e Código de Ética do Advogado.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina o aluno deve ser capaz de compreender a ética em suas dimensões sociais e jurídicas.

Bibliografia Básica

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de Ética jurídica: ética geral e profissional**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

CARDELLA, Haroldo. **Ética profissional da advocacia**. São Paulo: 2009.

Bibliografia Complementar

SANCHES VASQUES, Adolfo. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

COSTA, Elcias Ferreira da. **Deontologia jurídica: ética das profissões jurídicas**. Rio: Forense, 2002.

SINGER, Peter. **Ética prática**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

HUMBERG, Mario Ernesto. **Ética na política e na empresa: 12 anos de reflexões**. São Paulo: Editora CLA, 2002.

TUGENDHAT, Ernest. **Lições sobre ética**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

LINGUA PORTUGUESA II

EMENTA

Estudos de aprimoramento do uso culto da língua, da comunicação e da análise semântica incorporadas à redação e à fala jurídica.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina o aluno deverá ser capaz de utilizar os recursos da língua culta nas práticas escritas e orais jurídicas. Através de experiências com as linguagens escrita e oral, estar apto a desenvolver a sua capacidade de comunicação com as palavras, escrevendo de modo mais livre, mais consciente e expressivo.

Bibliografia Básica

CUNHA, Celso Ferreira da; Cintra, Luís Filipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CITELLI, Adilson. Linguagem e persuasão. São Paulo, Ática, 2003.

GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna. 22. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

Bibliografia Complementar

INFANTE, Ulisses. Curso de gramática aplicada a textos. SP: Ed. Scipione, 2008.

ABREU, Antônio Suárez. Curso de redação. 11. ed. São Paulo: Ática, 2002.

COSTA, José Maria. Manual de redação profissional. 3 ed. Campinas: Millennium, 2007.

MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ANDRADE, Maria Margarida de.; HENRIQUES, Antonio. Língua portuguesa: noções básicas para cursos superiores. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

EMENTA

Estudo da parte geral do Direito Internacional Privado e discussão das regras específicas que regulamentam as relações privadas internacionais. O Território e o Direito Internacional. Litígios Internacionais. A guerra. Organizações Internacionais. Responsabilidade Internacional. Domínio Público Internacional. Conflitos Internacionais.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina o aluno deve ser capaz de compreender as fontes do Direito Internacional, seus princípios, a importância dos Tratados Internacionais, a personalidade internacional, a proteção internacional dos Direitos Humanos, a solução dos conflitos internacionais, o direito comunitário, o domínio público internacional, a responsabilidade internacional, e, finalmente, o Tribunal Penal Internacional. Relativamente ao Direito Privado, o aluno deverá ser capaz de compreender o Direito Internacional Privado Brasileiro, o processo internacional, os contratos internacionais, os métodos de solução alternativa de controvérsias e como acontece a prestação de alimentos no âmbito internacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SILVA, Geraldo Eulálio do. **Manual de direito internacional público**. São Paulo: Saraiva, 2015.

RANGEL, Vicente Marotta. **Direito e relações internacionais**. 7 ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2002.

JACSON, Robert., SORENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações internacionais: teoria e história**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMARAL Jr., Alberto do. **Introdução ao direito internacional público**. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Roberto Luiz.; MAZZUOLI, Valerio Oliveira de.(Coordenadores). **O Brasil e os acordos econômicos internacionais: perspectivas jurídicas e econômicas à luz dos acordos com o FMI**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

CASTRO, Amilcar de. **Direito internacional privado**. 5. ed. Rio de Janeiro:Forense, 2003.

LITRENTO, Oliveiros. **Cursos de direito internacional público**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

DOLINGER, Jacob. **Direito internacional privado: parte geral**. 7. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

EMENTA

A ordem social. Constituição da República. Lei 8.212/1991. Seguridade social: Previdência social. Assistência social. Saúde. Princípios. Organização. Financiamento. Contribuintes. Contribuição. Outras receitas. Salário de contribuição. Arrecadação e recolhimento. Débitos. Previdência social. Organização. Finalidade. Princípios. Lei 8.213/1991. Plano de benefícios. Regime geral. Beneficiários. Segurado. Dependentes. Inscrições. As prestações. Espécies. Carência. Valor dos benefícios. Salário de benefício. Renda mensal. Reajustamento. Aposentadorias: por invalidez, por idade, por tempo de serviço. Aposentadoria especial. Auxílio doença. Salário família. Salário

maternidade. Auxílio reclusão. Auxílio acidente. Processo previdenciário. Competência. Conflito. Justiça Federal. Peculiaridades. Implicações criminais. Art. 168-A do Código Penal. Punibilidade. Aplicação da pena. Acidente do trabalho. Evolução legislativa. Conceito. Caracterização. Peculiaridades. Competência. Seguro desempregado. Legislação. Conceito. Requisitos. Previdência complementar.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina, o aluno deverá compreender a importância do estudo desse ramo do Direito. Terá uma visão geral da origem, autonomia, princípios e fontes da Previdência Social. Em seguida conhecerá a situação da Previdência Social no Direito Brasileiro, como também o sistema de benefícios e custeio.

Bibliografia Básica

IBAHIN, Fábio Zambitte. Curso de direito previdenciário. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Curso de direito previdenciário. 2.ed. São Paulo : LTR, 2009.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Curso de direito previdenciário: previdência social. Tomo II. São Paulo: Ltr, 2003.

Bibliografia Complementar

VIANNA, João Ernesto Aragonés. Curso de direito previdenciário. São Paulo: LTR, 2010.

HORVATH JUNIOR, Miguel. Direito previdenciário. 8. ed. São Paulo: Quartier, 2010.

FERNANDES, Anníbal. Previdência social anotada. 7. ed. Bauru, Edipro, 2003.

GÓES, Hugo Medeiros. Manual de direito previdenciário. São Paulo: Saraiva, 2015.

NEVES, Gustavo Bregalda. Manual de direito previdenciário. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

DIREITO TRIBUTÁRIO III

EMENTA

Processo tributário administrativo e judicial.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina, o aluno deverá compreender como atuar em processo tributários.

Bibliografia Básica

AMARO, Luciano da Silva. Direito tributário brasileiro. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MELO, José Eduardo Soares de. Curso de direito tributário. São Paulo: Dialética, 2012.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. São Paulo: Malheiros, 2015.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BECKER, Alfredo Augusto. Teoria geral do direito tributário. 3. ed. São Paulo: Lejus, 2002.

MARTINS, Sérgio Pinto. Manual de direito tributário. 8. ed. São Paulo: Atlkas, 2009.

CASSONE, Vittorio. Direito tributário. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FABRETTI, Láudio Camargo. Código tributário nacional comentado. São Paulo: Atlas, 2003.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

DIREITO AMBIENTAL

EMENTA

A Proteção Constitucional ao meio Ambiente. Instrumentos da Política Nacional do meio ambiente. Responsabilidade civil em face do dano ecológico. Aspectos jurídicos da poluição. Áreas de preservação permanente. Tombamentos do patrimônio natural e cultural.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina, o aluno deverá compreender a importância do estudo desse ramo do direito, surgido na metade do século XX, para o futuro das gerações. Terá uma visão geral dos bens ambientais, da qualidade do meio ambiente, os elementos de suporte do equilíbrio ambiental e as sanções àquele que degrada o meio ambiente. Em seguida conhecerá a jurisdição civil coletiva, a aplicação das penas e as formas de poluição existentes. Entenderá o que é zoneamento ambiental e espaços especialmente protegidos; compreenderá o que é o licenciamento ambiental e o estudo prévio de impacto ambiental.

Bibliografia Básica

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2015.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2015.

MILARÉ, ÉDIS. **Direito do ambiente**. São Paulo: RT, 2015.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2004.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

ROCHA, Julio Cesar de Sá da. **Direito ambiental e meio ambiente do trabalho**. São Paulo: LTR, 1997.

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. **Gestão ambiental para o desenvolvimento sustentável**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Thex Almeida Cabral, 2014.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. 2 ed. São Paulo: Oficina de textos, 2013.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

PRÁTICAS JURÍICAS SUPERVISIONADAS IV

EMENTA

Estudo de atividades de prática jurídica na área processual tributário.

OBJETIVOS

Ao final desta Disciplina, o aluno deverá estar capacitado para transpor conhecimentos teóricos para a vivência prática do futuro profissional do Direito, nas suas múltiplas facetas.

Bibliografia Básica

BECKER, Alfredo Augusto. Teoria geral do direito tributário. 3. ed. São Paulo: Lejus, 2015.

AMARO, Luciano da Silva. Direito tributário brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2015.

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2010.

Bibliografia Complementar

HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário. São Paulo: Atlas, 2008.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito financeiro e de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 1999.

CHIMENTI, Ricardo Cunha. Teoria e prática do direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2005.

MELO, José Eduardo Soares de. Curso de direito tributário. São Paulo: Dialética, 2012.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. São Paulo: Malheiros, 2015.

ECONOMIA GERAL E JURÍDICA

EMENTA

Economia e Ciências Sociais, micro e macroeconomia. Teoria econômica e economia política. O mercado. Direito Econômico: princípios. Concentração econômica. Distribuição da renda. Produto Nacional. Economia monetária. Inflação. Política monetária. Economia Internacional e Desenvolvimento Econômico.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina o aluno deve ser capaz de:

Entender e diferenciar, no campo macroeconômico, o lado real e o lado monetário da economia, bem como analisar os principais indicadores e fenômenos que revelam seus comportamentos ao longo do tempo.

Utilizar o instrumental macroeconômico para a compreensão da conjuntura econômica de curto prazo, e de suas interfaces com a sociedade e com o ambiente de negócios.

Bibliografia Básica

LANZANA, A. E. T. Economia brasileira: fundamentos e atualidades. 3. ed. Atlas, 2006.

MANKIW, N. G. Introdução à Economia: princípios de micro e macroeconomia. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002. .

VIAN, C. E. F., PELLEGRINO, A. C. G. T., PAIVA, C. C. (Org.). Economia: fundamentos e práticas aplicados à realidade brasileira. Campinas: Alínea, 2015.

Bibliografia Complementar

GALBRAITH, John Kenneth. , SALINGER, Nicole. A economia ao alcance de quase todos. 5 ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: micro e macro. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PINDYCK, R. S., RUBINFELD, D. L. Microeconomia. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

KUPFER, D., HASENCLEVER, L. (Orgs.). Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. 1. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VARIAN, H. R. Microeconomia. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

NEGOCIAÇÃO MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

EMENTA

Estudo dos meios extrajudiciais de solução de conflitos.

OBJETIVOS

Ao final desta Disciplina o aluno deverá assimilar conceitos relacionados aos Métodos Extrajudiciais de Solução de Conflitos (MESC), de modo que tenha o conhecimento para avaliar quando e como utilizar a Negociação, a Mediação e a Arbitragem na solução de controvérsias.

Bibliografia Básica

CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e processo. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

TARTUCE, Fernanda. Mediação nos conflitos civis. São Paulo: Método, 2008. .

EDELMAN, Joel., CRAIN, Mary Beth. O tao da negociação. Rio de Janeiro: Record, 1996.

Bibliografia Complementar

SILVA, Eduardo. Arbitragem e direito da empresa. São Paulo: Revista dos Tribunais.2003.

MARTINS, José Celso. Arbitragem, mediação e conflitos coletivos do trabalho. São Paulo, 2005.

ALEM , Fábio Pedro; Bonfim, Edilson Mougenot. Arbitragem. São Paulo: Saraiva, 2009.

SAMPAIO, Lia R. C. O que é mediação de conflitos. São Paulo: Brasiliense, 2007.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Mediação e gerenciamento do processo. Atlas: São Paulo, 2008.

LEMES, Selma Ferreira; CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, José Celso. Arbitragem, mediação e conflitos coletivos do trabalho. São Paulo: Ed. Do autor, 2005.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

PSICOLOGIA GERAL E JURÍDICA

EMENTA Estudo de conceitos da psicologia aplicados às relações sociais e ao Direito.

OBJETIVOS Ao final desta disciplina o (a) aluno (a) deve ser capaz de: -

Compreender o comportamento humano como resultante de um processo de formação, contínuo, complexo e mutável.

Reconhecer a importância da singularidade neste processo, garantindo a construção das diferenças. –

Compreender a motivação como um processo psíquico fundamental, portanto também complexo e que necessariamente tem com referência as diferenças individuais e não apenas a primazia do coletivo;

-

Reconhecer a grande contribuição dos estudos do campo do Desejo Humano como fundamentais para o reconhecimento do ser humano enquanto ser de desejo e não apenas de condicionamentos. –

Compreender a proposta da abordagem comportamental, conhecendo seus conceitos e desenvolvendo uma postura crítica frente à sua utilização. Sensibilizar-se com os componentes físicos e psicológicos do sistema perceptual humano.

Bibliografia Básica

DAVIDOFF, L. Introdução à Psicologia. São Paulo: Editora Makron Books, 2001.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair, TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 2002.

FIGUEIREDO, Luís Claudio M., SANTI, Pedro Luiz de. Psicologia: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2004.

Bibliografia Complementar

SCHERMERHORN JR., J; HUNT, J.G; OSBORN, R. N. Fundamentos de comportamento organizacional. Porto Alegre: Bookman Editora, 1999. BERGAMINI, C.W. Motivação nas organizações. São Paulo: Editora Atlas,1997.

HENNEMAN, Richard H. O que é psicologia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

GOLEMAN, Daniel. Trabalhando com a inteligência emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 6 exs.

MORRIS, Charles G.; Maisto, Albert A.. Introdução à psicologia. 6.ed..ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

EMENTA

Metodologia científica aplicada ao direito monografia.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina o (a) aluno (a) deve ser capaz de elaborar a monografia, como trabalho de conclusão do curso.

Bibliografia Básica

BITTAR, Eduardo C.B. Metodologia da Pesquisa Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2009. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2000.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. Metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

Bibliografia Complementar

MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1999.

RUIDIO, Fraz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis, Vozes, 2003.

SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TACHIZAWA, Takesh., MENDES, Gildásio. Como fazer monografia na prática. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores disponíveis na biblioteca do campus como sugestão de leitura complementar

COMPETÊNCIAS EMPRESARIAIS

EMENTA

Análise e desenvolvimento de capacidades voltadas ao exercício das carreiras jurídicas.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina o (a) aluno (a) deve ser capaz de se posicionar na carreira e atuar profissionalmente.

Bibliografia Básica

ROBBINS, Stephen Pauli. Comportamento organizacional. 9.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

DUTRA, Joel. Gestão por Competências: um modelo avançado para o gerenciamento de pessoas. Gente. São Paulo.

MARRAS, Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico. São Paulo: Futura, 2007.

Bibliografia Complementar

FLEURY, Maria Tereza. Estratégias Empresariais e Formação de Competências. Campus. São Paulo. 2000.

LEME, Rogerio. Avaliação de desempenho com foco em competência. Rio de Janeiro: Qualimark, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. GRAMIGNA, Maria Rita. Modelo de competências e gestão dos talentos. São Paulo: Makron Books, 2002.

DEMO, Gisela. Políticas de gestão de pessoas nas organizações. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OBS: além da bibliografia indicada no plano de ensino, o professor da disciplina pode sugerir outros títulos e autores

PREPARAÇÃO PARA CARREIRAS JURÍDICAS E MERCADO – PCJM I,II,III,V,VI

EMENTA

Abordagem interdisciplinar dos conteúdos já ministrados no curso, com ênfase no raciocínio lógico jurídico.

OBJETIVOS

Ao final desta disciplina o aluno deve ser capaz de relacionar os conteúdos já ministrados; desenvolver capacidades e habilidades de solução de questões objetivas e dissertativas.

Bibliografia Básica

COELHO, Fábio Ulhoa. Roteiro de lógica jurídica. 7. ed. São Paulo Saraiva, 2012.

ESTEFAM, André., GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito penal esquematizado. Parte geral. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GAGLIANO, Pablo Stolze., PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil. Parte geral. São Paulo: Saraiva, 2014.

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Bibliografia Complementar

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal. Parte geral. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

DOUGLAS, William. Como passar em provas e concursos: resumo. 10. ed. São Paulo: Impetus, 2012.

CAMPOS, Sérgio; WEBER, Carvalho. Raciocínio lógico simplificado. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

SANTOS, Vauledir Ribeiro. Exame de ordem nacional: FGV 1ª fase: questões da OAB comentadas. 4. ed. São Paulo: Método, 2013.

BONFIM, Edilson Mougenot. Curso de processo penal. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DISCIPLINA OPTATIVA DE LIBRAS

Ementa

Utilização instrumental da Língua Brasileira de sinais (LIBRAS). Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais - fonologia, morfologia e sintaxe – possibilitando ao aluno o uso desta língua em contextos reais de comunicação.

Bibliografia básica:

CARVALHO, R E. A nova LDB e a educação especial. Rio de Janeiro: WVA, 2007.

PALANGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky. 2001.

LODI, Ana C B. et al. (orgs.). Letramento e minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002.

Bibliografia complementar:

BRANDÃO, Flávia. Dicionário Ilustrado de Libras: língua brasileira de sinais. GLOBAL, 2011.

MARCOLINO: Juliana. Perspectivas atuais em fonoaudiologia: refletindo sobre ações na comunidade. São José dos Campos: Editora Pulso, 2008.

CHEVRIE-MULLER, Claude. A linguagem da criança. Porto Alegre: Artmed, 2005. 111

GOLDFELD, M. (Org.); {et al}. Fundamentos em fonoaudiologia: linguagem. Rio de Janeiro: Guanabara, 2003

3. CORPO DOCENTE

DOCENTE	CPF	MAIOR TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Alina de Toledo Rossi	326.411.018-07	Mestre	Integral
Ana Paula Pescatori Bismara Gomes	215.365.128.00	Mestre	?
Anderson Fávero Rodrigues	334.929.538-08	Mestre	Parcial
Ariane Andréia Teixeira Toubia	301.175.978.21	Mestre	?
Carla Giuliani	031.594.918-03	Mestre	?
Carlos Roberto Sanches de Oliveira	020.705.468-10	Mestre	Integral
Cássio Vínicus Dal Castel Veronezzi Lazzari Prestes	106.031.468-13	Mestre	Parcial
Cláudia Marchetti da Silva	270.424.408-11	Especialista	Parcial
Daniela Amaral dos Reis	294.611.088-50	Mestre	Parcial
Daniele Cristina Pavin	160.183.268-09	Mestre	Integral

Denis Donoso	268.970.478-13	Mestre	?
Ederaldo Paulo da Silva	149.672.778-96	Mestre	Horista
Fabio Cenci Marines	106.628.268-41	Especialista	Parcial
Francisco Saccomano Neto	132.324.988-50	Mestre	Parcial
Janete Aparecida Almenara	021.203.848-60	Especialista	Horista
Juliana Vieira Saraiva de Medeiros	247.296.668-79	Mestre	Parcial
Karen Cristina Moron Betti Mendes	279.895.578-51	Mestre	Parcial
Maria Cristina Vieira Rodrigues	105.955.298-10	Especialista	Parcial
Marcio Roberto de Castilho Leme	283.171.508.26	Especialista	Horista
Rosangela Gamba de Angelis	063.664.758-73	Mestre	Integral
Rubens José Kirk de Sanctis Jr	314.731.928-89	Especialista	Horista
Sergio Nagib Sabbag	011.318.218-07	Doutor	?
Silvio Luiz Sant'Anna	063.383.758-00	Doutor	Integral
Taciana Cristina da Costa Cruz Smania	291.478.418-00	Mestre	Horista

4. Atendimento Discente

4.1. FORMAS DE ACESSO AO CURSO

As formas de ingresso na Instituição se dão através do:

I- Processo seletivo denominado Vestibular.

O vestibular da ESAMC compreende provas que deverão cobrir os conteúdos das disciplinas cursadas no ensino médio e uma prova de redação. Os alunos são convocados através de edital e os exames são realizados pela própria IES.

Matérias do Exame Vestibular:

Língua Portuguesa e Língua Materna/ Matemática/ Atualidades (Cultura Geral) / Inglês/ História/ Geografia/ Redação (um tema).

II- Portadores (as) de diploma de Ensino Superior, devidamente registrado desde que haja vagas abertas, após o encerramento das matrículas dos (as) selecionados (as) e após processo seletivo;

III - Através do processo seletivo do PROUNI;

IV- Vinculados (as) a outras Instituições, através do processo de transferência, desde que haja vaga do processo seletivo (vestibular).

4.2. Apoio psicopedagógico ao discente – (PAPO)

Com o objetivo de atender o discente que apresentar qualquer deficiência que atrapalhe o seu desempenho/aprendizagem, bem como dúvidas sobre a escolha vocacional, e outros problemas (drogas, moradia, família etc.), a Instituição coloca à disposição dos alunos, professores da área de psicologia para atendê-los. A Instituição administra este acompanhamento através da Secretaria Geral, onde o aluno deverá fazer o agendamento de horário.

4.3. MECANISMOS DE NIVELAMENTO

O Programa de Nivelamento da ESAMC tem como objetivo principal propiciar ao aluno ingresso à Instituição conhecimento básico em disciplinas de uso fundamental aos seus estudos universitários.

Esse programa é ofertado, gratuitamente, aos alunos dos cursos de graduação em atividade na ESAMC.

De acordo com levantamentos realizados, quando há necessidade de nivelamento, ocorre na resolução de problemas básicos de Português e Matemática durante o aprendizado nas áreas respectivas.

A partir da percepção dessa dificuldade, e de seu grau, pelos professores das disciplinas o Coordenador do Curso e o Diretor Acadêmico são acionados para a montagem de programas específicos de nivelamento, que são oferecidos em horários alternativos, em pré-aula ou aos sábados. Dependendo do grau de dificuldade, pode-se solicitar a inclusão de monitoria na turma.

4.4. Atendimento extraclasse

A ESAMC oferece a todos os seus alunos um programa individual de Coaching, onde o aluno pode ser orientado sobre o desenvolvimento de suas competências gerenciais e comportamentais.

Para o atendimento extraclasse está prevista 1 hora semestral por aluno, de acordo com a disponibilidade horária dos docentes para o atendimento dos alunos, sendo os professores remunerados por esta função.

No início de cada semestre a secretaria abre as inscrições para o programa e os alunos inscritos recebem esta orientação ao longo do semestre de um professor devidamente treinado em técnicas de coaching pela Academia de Professores ESAMC.

O docente elaborará a proposta referida, em função da sua disponibilidade, horário escolar e das características das disciplinas, a esse propósito.

O docente dará conhecimento do horário de atendimento aos alunos, nomeadamente através de comunicado formal pela Secretaria de Cursos.

Os horários e locais de atendimento aos alunos deverão ser divulgados pela Secretaria de cursos.

4.5. Participação discente em programas de intercâmbio

A ESAMC possui algumas parcerias internacionais. Um dos projetos desenvolvidos nessas parcerias é o Desafio de Inovação em Ambiente Internacional – Europa/Portugal/Lisboa. Trata-se de um programa com a duração de duas semanas, uma de preparação e outra de execução. É destinado aos alunos de graduação e pós-graduação da ESAMC e seu objetivo é trabalhar um case real que obriga ao desenvolvimento de um projeto de inovação para uma empresa Europeia, que só é conhecida pelo grupo na hora do embarque para o destino. Desde 2007, baseado numa pesquisa que mapeou as competências técnicas, gerenciais e comportamentais mais desejadas pelas cem maiores empresas em atuação no país, a ESAMC buscava uma prática que fugisse dos tradicionais convênios com instituições estrangeiras e, alinhado com o posicionamento da escola, possibilitasse ao nosso aluno uma vivência real e inovadora de mercado que exigisse o uso integrado, senão de todas, da maioria das competências que nos propomos a desenvolver. Assim surgiu essa experiência de aprendizado.

O Desafio de Inovação é realizado em parceria com a AyR/ Science of the Time - a maior companhia de Trends & Cool Hunting do mundo, que tem em sua rede mais de 500 Cool Hunter e 3.000 observadores de tendências em todo o mundo com apoio da ESCS - Escola Superior de Comunicação Social - do Instituto Politécnico de Lisboa.

4.6. Programa de Monitoria

Sob a orientação e responsabilidade do professor da disciplina, cabe ao Monitor: auxiliar o professor nas tarefas didáticas, incluindo na preparação de aulas; ajudar o professor na aplicação de exercícios; auxiliar alunos com mais dificuldade em conteúdo específicos da disciplina; facilitar o relacionamento entre os professores e os alunos na execução das atividades didáticas. É vedado ao Monitor realizar tarefas de responsabilidade do professor ou que venham a descaracterizar os objetivos da monitoria. A solicitação de Monitoria é feita pelo professor ao Coordenador do Curso, justificando a sua necessidade, a quantidade de monitores necessária e apresentando um plano de atividades de monitoria. O Coordenador avaliará as condições para sua concessão. Uma vez autorizada, a vaga será divulgada entre os alunos do curso incluindo: período e atividades a serem desenvolvidas no semestre. O processo de seleção será realizado pelo Coordenador ou pessoa designada por ele. O(s) Monitor(es) escolhidos podem exercer suas atividades até um total limite de 12 (doze) horas semanais, sem prejuízo de suas atividades didáticas.

As horas de monitoria serão atribuídas integralmente como créditos de atividade COMPLEMENTAR.

A monitoria, como atividade formativa de ensino, é voluntária e não gerará, em hipótese alguma, qualquer vínculo empregatício.

4.7. PROGRAMA DE BOLSAS À DISPOSIÇÃO NO CURSO

Prouni – Programa Universidade para Todos

FIES – Financiamento Estudantil

CRED ESAMC – Financiamento próprio

4.8. Apoio à promoção e Eventos

A ESAMC desenvolve diversos eventos internos. Destacam-se a “Maratona ESAMC”, desafio acadêmico anual que envolve os alunos de todos os cursos e semestres, e que conta com a participação ativa do corpo discente na organização, participação e apoio ao evento. A ESAMC Sorocaba dá total liberdade para que os alunos proponham eventos, que são apoiados de acordo com sua importância para a formação dos jovens. Também são divulgados com frequência eventos oferecidos por outras organizações, que sejam de interesse dos alunos. Os alunos, através da “Atlética ESAMC”, também recebem apoio para eventos culturais e esportivos.

5. INFRAESTRUTURA FÍSICA DO CURSO

6. PRÉDIO A – ARTUR GOMES	
TÉRREO	
Portaria	1,80
Circulação – Entrada	69,70
Circulação	41,58
Sanitário Feminino	10,64
Segurança	6,30
Escada	9,20
Hall	60,30
Enfermaria	15,75
Auditório	185,05
Lanchonete	82,45
Pátio Coberto	165,36
Pátio Descoberto	466,00
1º ANDAR	
Circulação	68,22
Hall	59,70
Sala de apoio	49,00
WC dos Professores	6,00
WC Feminino	5,49

ESAMC

WC Masculino	14,00
Sala de Apoio	21,45
2º ANDAR	
Circulação	78,50
Laboratório de Ciências	84,75
Escada	18,40
Hall	59,70
WC Feminino	5,49
WC Masculino	8,50
Sala de Apoio	21,45
3º ANDAR	
Sala de Apoio	8,40
Circulação	28,60
Escada	24,90
Hall	50,00
Laboratório de Informática – Boole	77,90
Laboratório de Informática - Pascal	155,80
WC Feminino	5,40
WC Masculino	5,40
PRÉDIO C – CENTRAL	
TÉRREO	
Secretaria	24,5
Secretaria MBA – anexo Setor de Estágio	28,5
Sala dos Professores	31,5
Diretoria	9,59
Hall Elevador	2,18
Elevador	4,25
Sanitários Professores	4,90
Sanitário Deficiente Físico	3,75
Arquivo Secretaria	15,00
Espaço Cultural	81,00
Sala de Atendimento ao Aluno	10,5
Secretaria Financeira	47,25
Atendimento Pronatec	26,05
Sanitário Masculino	11,25
Sanitário Feminino	13,76
Laboratório de Informática ENIAC	81,60
Laboratório Holerith	60,0
Laboratório de Redes	25,0
Sala de Apoio ao Aluno e Professores	81,32
Sanitário	4,50

1º ANDAR	
Acesso	
Escada	7,26
Corredor	10,72
Marketing Esamc	75,96
Biblioteca	261,15
Sanitário Deficiente Físico	4,50
Sanitário	4,91
2º ANDAR	
Sala de Orientação de Estágio	56,77
Sanitário	4,91
Sala de Coordenação Engenharias	23,18
Sala de Coordenação Engenharias	27,30
Sala de Atendimento Psicopedagógico - PAPO	27,85
Sala de Coordenação Direito	18,92
Gabinete de Trabalho de Professor - TI	33,0
Sala de NDE	60,88
Sanitário Deficiente Físico	4,79
Circulação	6,50
Financeiro	29,05
3º ANDAR	
Área de RH (Departamento Pessoal, Benefícios)	107,1
Contabilidade/Tesouraria	84,45
TI	42,77
PRÉDIO P – RUA DA PENHA	
TÉRREO	
Entrada	9,00
Hall	5,76
Escada	5,50
Corredor	13,44
Estúdio de Imagem	46,80
Laboratório de Edição de Imagem	7,26
Cabine de Locução	4,40
Laboratório de Som (Sonoplastia)	35,94
Laboratório de Fotografia (Estúdio Fotográfico)	54,00
Áreas de Luz	14,77
PRÉDIO E	
TÉRREO	
Laboratório de Engenharia Civil	102,05
Laboratório de Química	115,73
Laboratório de Hidráulica	106,32

ESAMC

Ateliê de Moda	111,45
W C Feminino	18,44
1º ANDAR	
Laboratório de Física	97,72
Laboratório de Eletro-Eletronica	95,85
Laboratório de Informática Fortran	97,11
Salas de Projetos	18,00
Sala de Práticas Jurídicas	101,54
W C Feminino	33,28
W C Masculino	24,48
2º ANDAR	
Laboratório de Informática Jobs	87,95
W C Masculino	16,50
3º ANDAR	
W C Feminino	27,38
ÁREA EXTERNA	
Oficina de Manutenção e Depósito	470,32
Gráfica e serviço de Cópias e Impressão	163,07
Quadras Cobertas	836,77
Estacionamento p/ Professores	40 VAGAS
Cozinha	127,35
Almoxarifado	86,24
Núcleo de Prática Jurídica	100,78
PRÉDIO G	
Laboratório de Construção	230,0

SALAS DE AULA	
PRÉDIO A – Rua Artur Gomes	
1º ANDAR	
Sala de Aula A1.3	50,41
Sala de Aula A1.4	50,41
Sala de Aula A1.5	50,41
Sala de Aula A1.8	50,41
Sala de Aula A1.9	50,41
Sala de Aula A1.10	50,41
Sala de Aula A1.11	50,41
Sala de Aula A1.12	50,41
Sala de Aula A1.13	50,41
Sala de Aula B1.1	125,00
Sala de Aula B1.2	125,00
2º ANDAR	

ESAMC

Sala de Aula A2.1	45,00
Sala de Aula A2.2	50,41
Sala de Aula A2.3	50,41
Sala de Aula A2.4	50,41
Sala de Aula A2.5	50,41
Sala de Aula A2.8	50,41
Sala de Aula A2.9	50,41
Sala de Aula A2.10	50,41
Sala de Aula A2.11	50,41
Sala de Aula A2.12	50,41
Sala de Aula A2.13	50,41
Sala de Aula A2.14	76,00
Sala de Aula B2.1	125,00
3º ANDAR	
Sala de Aula A3.1	98,00
Sala de Aula A3.2	98,00
Sala de Aula A3.3	52,00
Sala de Aula A3.4	52,00
Sala de Aula A3.7	29,00
Sala de Aula A3.8	107,00
Sala de Aula A3.9	60,00
Sala de Aula A.10	107,00
Sala de Aula A3.11	60,00
Sala de Aula A3.12	60,00
PRÉDIO C – Central	
1º. ANDAR	
Sala de Aula C1.1	82,75
2º. ANDAR	
Sala de Aula C2.1	82,75
Sala de Aula C2.2	32,19
Sala de Aula C2.3	50,00
Sala de Aula C2.4	24,01
Sala de Aula C2.5	23,05
3º. ANDAR	
Sala de Aula C3.1	82,75
Salda de aula C3.4	31,39
Sala de aulas C3.5	49,25
PRÉDIO P – Rua da Penha	
1º. ANDAR	
Sala de Aula P1.1	55,04

Sala de Aula P1.2	43,43
Sala de Aula P1.3	28,60
Sala de Aula P1.4	34,80
2º. ANDAR	
Sala de Aula P2.1	55,04
Sala de Aula P2.2	43,43
Sala de Aula P2.3	28,92
Sala de Aula P2.4	34,5
PRÉDIO E	
1º ANDAR	
Sala de Aula E1.4	54,53
Sala de Aula E1.6	122,90
2º ANDAR	
Sala de Aula E2.2	62,31
Sala de Aula E2.3	87,79
Sala de Aula E2.4	62,31
Sala de Aula E2.5	87,79
Sala de Aula E2.6	62,22
Sala de Aula E2.7	90,43
Sala de Aula E2.8	61,80
Sala de Aula E2.9	58,18
3º ANDAR	
Sala de Aula E3.1	88,00
Sala de Aula E3.2	140,00
Sala de Aula E3.3	87,79
Sala de Aula E3.4	121,00
Sala de Aula E3.5	87,79
Sala de Aula E3.6	96,46

5.1. As salas de aula

Todas as salas de aula oferecem o conforto necessário e estão preparadas para atender as turmas de alunos. Nas salas de aula estão disponíveis: projetor multimídia e computador com acesso a internet, quadro quadriculado ou Branco, quadro de avisos, mesa do professor, tela retrátil e amplas janelas que proporcionam ventilação e luz natural. A iluminação é complementada com luz artificial fluorescente e iluminação de segurança e dois aparelhos condicionador de ar. Na Instituição estão reservadas 10% de carteiras para estudantes canhotos.

Quantidade	Equipamento	Sendo:
80	Projetor Multimídia Sony	77 fixos e 3 Por Agendamento

80	Totens (Computadores do Professor, Caixas de Som, ligados nos Projetores Multimídia, e com acesso à Internet)	77 fixos e 3 Por Agendamento
3	Televisores 29"	Para agendamento
2	DVDs	Para agendamento
2	Retroprojetores	Para agendamento
78	Telas de Projeção	01 em cada sala de aula e 1 móvel

5.2. Instalações administrativas

As Instalações Administrativas estão totalmente informatizadas e comportam todo o corpo administrativo e estão equipadas conforme descrição abaixo:

-17 Servidores > Core 2 Duo / Core 2 Quad / Xeon / Pentium D

-41 Máquinas > Core 2 Duo / Dual Core / Celeron / Pentium IV / Pentium III

-16 Impressoras > Brother / Konica / HP / Bematech / OKI

Softwares: Windows XP, 2003 Server Standard Edition, 2003 Server Enterprise Edition, 2008 Server Enterprise Edition, Linux, Microsoft Office 2003, Microsoft Office 2007, Adobe Photoshop, Nod32 .

5.3. Instalações para docentes

A sala dos professores é localizada em uma área de 31,5m² proporcionando aos docentes um ambiente para a realização de trabalhos e interação com a tecnologia. Neste espaço estão à disposição dos professores o Gabinete de Trabalho com 8 (oito) computadores e 1 (uma) impressora, além de pontos avulsos para a utilização de notebooks mesa para reunião, ar condicionado, iluminação adequada ao ambiente. Conta também com escaninhos, armários, com ar condicionado, iluminação adequada ao ambiente, banheiro feminino e masculino anexo a sala, acessibilidade, manutenção diária de limpeza e com duas colaboradoras da secretaria para assessorar nos materiais didáticos de apoio e com um site centro de apoio ao professor e rede sem fio para acesso a internet. Além da sala de professores, todos os docentes têm livre acesso aos computadores dos laboratórios, biblioteca, sala de coordenação e gabinete dos professores de NDE com 5 (cinco) computadores e gabinete de trabalho para professor em Regime de trabalho Integral com 4 (quatro) computadores e uma impressora compartilhada e também a rede *Wireless* que está disponível em vários pontos da IES. O acesso é ilimitado e está disponível das 7h às 23h de segunda a sexta-feira e das 7h30 às 16h30 aos sábados. O Gabinete de Trabalho para os professores é localizado em uma área de 23,05m², proporcionando aos docentes um ambiente para a realização de trabalhos.

5.4. Auditório / Sala de conferência

ESAMC

.....

A ESAMC possui 01 auditório no campus, com área total de 185,05m². É utilizado para fins acadêmicos. Segue abaixo descrição do mesmo:

Auditório ESAMC (185,05m²) – comporta 198 pessoas e é equipado de:

01 TV Philips 20 polegadas

01 Toca CD JVC

01 Vídeo Philips (Super VHS)

01 DVD Pionner/

01 Projetor Multimídia Sony

01 mesa de som (8 canais)

02 Computadores Pentium IV, RAM 2Gb, Gravador de CD/DVD

04 Retroprojetor 3M

01 Mesa de Iluminação MDM 10/3.3

01 Tela de projeção

02 Microfones Shure

01 Microfone Staner

5.5. Áreas de convivência e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades esportivas, de recreação e culturais.

A ESAMC Sorocaba possui no Prédio uma área coberta e descoberta. Na área externa possui uma Quadra coberta que totaliza 836,77 m2 e uma outra . A quadra é cercada para garantir a segurança daqueles que assistem aos jogos e possuem iluminação adequada para aqueles alunos que solicitam o uso no período noturno.

Nestes espaços também são exibidas apresentações teatrais, musicais, vídeos e exposições de fotografias e outros trabalhos e também a Maratona Esamc.

5.6. Condições de acesso para portadores com necessidades especiais

A IES dispõe de acessibilidade para pessoas portadoras de deficiências, conforme segue abaixo:

- Elevador;
- Rampa;
- Portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas; e barras de apoio nas paredes dos banheiros.
- Telefone público.
- Piso Tátil.

5.7. Infraestrutura de segurança

ESAMC

A ESAMC Sorocaba conta com sistema próprio de segurança, com vigilantes posicionados em pontos estratégicos do campus. Também dispõe de sistema de câmeras que monitora áreas de maior circulação. O acesso ao interior do campus é limitado, com catracas eletrônicas.

5.8. Infraestrutura de alimentação e outros serviços

A ESAMC Sorocaba está localizada no Centro de Sorocaba próxima de Bancos, Farmácias, Livrarias, Serviços de Cópia e Shoppings Centers. A localização da ESAMC Sorocaba também é conveniente para os alunos que utilizam o Transporte Público Circular, estando a dois minutos de Pontos de Ônibus que levam até os dois Terminais de Ônibus Circular da Cidade de Sorocaba.

A Cantina está localizada no Prédio com 82,45 m² que permanece em funcionamento em todos os períodos: manhã, tarde e noite. Possui área para alimentação com mesas e cadeiras no Pátio Coberto. A localização da ESAMC Sorocaba permite também que o aluno opte pelas várias opções de Lanchonetes e Restaurantes nas proximidades.

A Instituição possui serviços de fotocópia e reprodução de arquivos digitais em suas dependências de forma a atender toda a comunidade acadêmica. Além de toda a infraestrutura acadêmica necessária, outros serviços são oferecidos a menos de 100 metros da Instituição, como o acesso de ônibus e estacionamento. O comércio ao lado da Instituição possibilita a aquisição de materiais didáticos e de necessidades pessoais e de saúde (farmácias).

6. ANEXOS

6.1 ANEXO I – Matriz Curricular – Direito

DIREITO MANHÃ E NOITE																					
EIXOS DE CONHECIMENTO	1º Semestre	C/H	2º Semestre	C/H	3º Semestre	C/H	4º Semestre	C/H	5º Semestre	C/H	6º Semestre	C/H	7º Semestre	C/H	8º Semestre	C/H	9º Semestre	C/H	10º Semestre	C/H	
Base Jurídica	Teoria Geral do Direito	80	Filosofia do Direito	40											Ética Geral e Jurídica	40			Negociação, Mediação e Arbitragem	40	
	História do Direito	40																			
Interesses Difusos e Direito Internacional																			Direito Internacional Público e Privado	40	
																			Direito Previdenciário	40	
																			Direito Ambiental	40	
Direito Civil	Direito Civil I - Teoria Geral	80	Direito Civil II - Teoria Geral Teoria Geral do Processo	80	Direito Civil III - Obrigações Direito Processual Civil I	80	Direito Civil IV - Contratos Direito Processual Civil II	80	Direito Civil V - Direito das Coisas Direito Processual Civil III	80	Direito Civil VI - Direito de Família Direito Processual Civil IV	80	Direito Civil VII - Direito das Sucessões Direito Processual Civil V	80	Direito Civil VIII - Resp. Civil	40					
Direito do Trabalho							Direito do Trabalho I	40	Direito do Trabalho II	40	Direito do Trabalho III	40			Direito Processual Trabalhista I	80					
Criminologia	Direito Penal I	80	Direito Penal II	80	Direito Penal III	80	Direito Penal IV	80	Direito Penal V Direito Processual Penal I	80	Direito Penal VI Direito Processual Penal II	40									
Direito Público			Direito Constitucional I	80	Direito Constitucional II Direito Administrativo I	80	Direito Constitucional III Direito Administrativo II	80					Direito Tributário I	40	Direito Tributário II	80	Direito Tributário III	40			
Direito Empresarial									Direito Empresarial I	80	Direito Empresarial II	40	Direito Empresarial III	40	Direito Empresarial IV	40					
Racínio Qualitativo	Ciência Política - Teoria Geral do Estado Sociologia Geral e Jurídica	40	Antropologia Jurídica	40																Psicologia Jurídica	
	Língua Portuguesa I	40																	Língua Portuguesa II: Redação Jurídica	40	
Ambiente de Negócios																				Economia Geral e Jurídica	
																				Competências Empresarias	
																				Relações Étnico, Raciais e Indígenas	
																				Direitos Humanos e Cidadania	
Aplicação e Projeto						Direitos Difusos e Coletivos	40			PCJM I	40	PCJM II	80	PCJM III	80	TCC I PCJM IV	80	TCC II PCJM V	80	80	
Estágio Supervisionado											Práticas Jurídicas Supervisionadas I Estágio Curricular I	40	Práticas Jurídicas Supervisionadas II Estágio Curricular II	140	Práticas Jurídicas Supervisionadas III Estágio Curricular III	140	Práticas Jurídicas Supervisionadas IV Estágio Curricular IV	140		40	
Subtotal		400		400		400		400		400		540		540		540		540		360	

	Carga horária (hora-aula)	Carga horária (hora-relógio)
TOTAL DISCIPLINAS	3800	3167
TRABALHO DE CONC. CURSO	160	133
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	560	467
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	60	50
TOTAL GERAL	4580	3817
(Disciplina optativa (Libras))	40	33

CARGA HORÁRIA MÍNIMA - MEC
D.F.

3700
117

6.2 ANEXO II – Projetos Interdisciplinares

CURSO DE DIREITO	
Disciplinas envolvidas: <ul style="list-style-type: none">• História do Direito• Ciência Política (TGE)• Direito Civil I• Direito Penal I• Teoria Geral do Direito• Sociologia• Língua Portuguesa I	Primeiro Semestre Turno: Matutino e Noturno Professor âncora: Direito Penal I.
	Semana Interdisciplinar e data de apresentação dos trabalhos: Ver calendário da sua unidade. Data para entrega do trabalho escrito aos professores: Até 1 semana antes da data de apresentação.

TRABALHO INTERDISCIPLINAR

Definição de Interdisciplinaridade:

Prática pedagógica atual que promove a visualidade das múltiplas interfaces de um objeto, assunto ou problema. Contraria a departamentalização do conhecimento, busca a permeabilidade presente em cada disciplina para promover o aprendizado consequente da vivência de trabalho em parceria. A consequência dessa abordagem gera o princípio da diversidade e da criatividade desejadas para o profissional de hoje.

TEMA DO TRABALHO: *CRIME DE HOMICÍDIO*

OBJETIVO DO TRABALHO:

Ao final do estudo o aluno deverá compreender o conceito, a extensão, o conteúdo e a aplicação prática dos princípios do direito penal e dos direitos da personalidade, notadamente o princípio da dignidade da pessoa humana e o direito à vida, bem como a natureza argumentativa do raciocínio jurídico e a evolução histórica do direito.

Cada grupo, segundo sua ótica (defesa ou acusação) fará a sustentação oral no júri simulado, apresentando sua tese para convencimento do corpo de jurados.

METODOLOGIA GERAL:

O Projeto interdisciplinar será conduzido de forma integrada por todos os professores das disciplinas envolvidas. Entretanto, a condução será coordenada pelo professor âncora de Direito Penal I.

As funções do PROFESSOR ÂNCORA serão:

- Apresentar a estrutura do projeto;
- Marcar o dia da entrega do projeto escrito e o dia da apresentação.
- Abrir e conduzir os trabalhos no dia da apresentação;
- Repassar cópias das fichas de inscrição para os demais professores, respeitando o limite máximo de 2 semanas para a montagem dos grupos.

Aos demais professores do projeto caberão:

- Indicação de um ponto específico de suas disciplinas, com abordagem obrigatória;
- Discussão do tema com os alunos em suas aulas, através de exposições conceituais e consultorias aos grupos;
- Avaliação do projeto final, juntamente com todos os professores da classe.

Durante o semestre, a construção do projeto terá:

1. Apresentação do tema a partir da ótica de cada professor envolvido no projeto de modo a reforçar os aspectos interdisciplinares possíveis de serem explorados pelos alunos.
2. Apresentação e discussão do roteiro do projeto aos alunos por meio de assessorias distribuídas pelo semestre.
3. Apresentação oral do trabalho na semana de apresentações para a banca de professores.

AVALIAÇÃO:

- O trabalho terá peso de **30%** na nota final de cada uma das disciplinas envolvidas ou conforme descrito no plano de ensino de cada disciplina.
- A nota do trabalho será dividida da seguinte forma:

a) Projeto escrito:

- Primeira entrega: 20% (nota para o grupo);
- Trabalho final: 20% (nota para o grupo);
- Cada professor deverá receber uma cópia do trabalho e avaliará o trabalho como um todo, atribuindo uma nota à sua disciplina.

b) Apresentação:

- Atribuição de 40% da nota para o grupo;
- Cada grupo receberá a mesma nota em todas as disciplinas e esta será a média entre as notas individuais de cada professor;
- Caso um professor não compareça à apresentação, por qualquer motivo, acatará a média dos demais e aplicará esta nota em sua disciplina.
- Atributos avaliados na apresentação: Técnica, oratória e persuasão.
- Tempo de apresentação (**SÓ HAVERÁ APRESENTAÇÃO ORAL PARA A PARTE**

PENAL):

- 20 minutos para a acusação;
- 20 minutos para a defesa;
- 10 minutos de réplica para a acusação;

- 10 minutos de tréplica para a defesa;

c) **Processo:**

- 20% (Nota individual): cada professor utilizará seus critérios e processos para atribuição desta nota e divulgará em seu contrato pedagógico.
- Será avaliada a frequência e participação nas aulas de consultoria, entregas e apresentações parciais solicitadas.

REGRAS GERAIS:

- **A classe deverá ser dividida em dois grupos**, e através de sorteio será decidido qual deles representará a **ACUSAÇÃO E a DEFESA** no Júri Simulado.
- **Os grupos devem ser formados até o final da segunda semana de aula**, devendo entregar a cada professor uma cópia da ficha de inscrição (ver no final deste documento) devidamente assinada pelos integrantes do grupo.
- Todos os professores das disciplinas envolvidas assistirão ao **PLENÁRIO DO JÚRI SIMULADO** atentos para as especificidades de sua disciplina. Portanto, ao final, as notas poderão ser diferentes por disciplina, nas dimensões “projeto escrito” e “processo”.
- Em uma semana pré-determinada no calendário da unidade, será marcada a apresentação dos projetos interdisciplinares a ser feita na “Sala do Júri”. Caso haja necessidade, **as apresentações poderão ocorrer fora da semana interdisciplinar**. No entanto, repise-se, **as apresentações devem correr, preferencialmente, durante a semana interdisciplinar**.
- O aluno que só estiver cursando parte das disciplinas do projeto deve participar integralmente do trabalho e terá a sua nota válida para a (s) disciplina (s) que cursa.
- Não é permitida a montagem de grupo cujos alunos só cursam parte das disciplinas (ex: alunos com dependência). O aluno que não estiver cursando todas as disciplinas deve entrar em um grupo onde tenha pelo menos um aluno cursando todas as disciplinas. **O trabalho deverá ser feito de forma completa e cada aluno terá a nota correspondente à sua (s) disciplina (s)**.
- As notas de trabalho escrito e da apresentação oral sofrem penalidades quando ocorrer:
 - i. Falta de algum membro no dia da apresentação oral (redução de 40% da nota para o aluno faltoso);

- ii. Atraso na entrega do trabalho (até o dia marcado, porém além do horário determinado, redução de 20% para o grupo; mais que 1 dia, redução de 40% para o grupo; mais que 1 semana, nota zero para o grupo).

SEMANA INTERDISCIPLINAR

- A semana interdisciplinar, determinada no calendário semestral, deverá ser dedicada ao tema do projeto interdisciplinar, quando os alunos farão a preparação para a apresentação. As demais disciplinas do semestre não sofrem nenhuma alteração, ou seja, terão aula normalmente.

ENTREGA DO TRABALHO

- A **primeira parte escrita**, compreendendo a Introdução e os capítulos II, III, IV, V, deverá ser entregue em data definida pelo professor âncora;
- A **parte escrita completa** deve ser entregue impreterivelmente até 1 (uma) semana antes da data da respectiva apresentação oral. Deverão ser entregues **5 cópias** do trabalho encadernadas em espiral (**uma cópia para cada professor**).
- A **parte oral (Júri Simulado)** do trabalho será apresentada na semana estipulada no plano de ensino da disciplina âncora. Neste dia, os professores da banca farão suas considerações.

ROTEIRO DE TRABALHO

- **O projeto todo contempla na parte escrita:**

Capa;

Agradecimentos (opcional);

Introdução;

Corpo do trabalho, distribuído em capítulos (veja a estrutura dos capítulos, no final);

Conclusão do trabalho;

Resumo dos principais aprendizados do grupo;

Bibliografia utilizada;

Anexos;

Apêndices.

Compõe a parte oral desse trabalho:

- Apresentação do Júri Simulado, em que um grupo, representando o Ministério Público, buscará convencer os jurados a condenarem a ré e o outro grupo buscará convence-los a absolverem-na.
- Vestimentas (traje forense e Becas);
- Oratória;
- Postura;
- Persuasão;
- Sinergia do grupo;

ROTEIRO

DO DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

- Na presença do Professor âncora de Direito Penal I, os grupos serão formados.
- Dentro de cada um dos grupos, os alunos decidirão a forma de elaboração do trabalho escrito e da apresentação oral, cientes de que:
- Cada capítulo do trabalho escrito será referente à relação de cada disciplina envolvida com o tema do trabalho interdisciplinar
- O trabalho deve, obrigatoriamente, conter introdução e um capítulo relacionado à conclusão.

- Além da parte escrita, que deverá ter o conteúdo mínimo abaixo escrito, cada grupo deverá elaborar a tese de defesa e de acusação, sustentando suas alegações no Júri Simulado, com o propósito de convencer o corpo de jurados.

CONTEÚDO MÍNIMO DOS TRABALHOS:

O trabalho escrito deverá ser estruturado com as seguintes abordagens:

I – Introdução:

1. Apresentação da proposta elaborada.
2. O objetivo do trabalho escrito do grupo que sustentará a tese de acusação no Júri Simulado, consistirá na defesa da manutenção da criminalização do homicídio como está no ordenamento jurídico.
3. O objetivo do trabalho escrito do grupo que sustentará a tese de defesa no Júri Simulado, consistirá na argumentação sobre a não criminalização da conduta.

II - Análise conceitual, teórica e prática. Disciplina envolvida: História do Direito

1. Nesta parte, a equipe deverá apresentar eventuais aspectos históricos relacionados ao tema, assim como, a evolução da legislação e jurisprudência pertinente.
2. A equipe deve elaborar um levantamento histórico da proposta desenvolvida, buscando desvendar se há aspectos relevantes no passado.

III - Análise conceitual, teórica e prática. Disciplina envolvida: Sociologia Geral e Jurídica

1. Nesta parte, o grupo deverá apresentar uma análise crítica das repercussões sociais da proposta desenvolvida, analisando pormenorizadamente as consequências benéficas ou não para a sociedade, sopesando-as.

IV - Análise conceitual, teórica e prática. Disciplina envolvida: Teoria Geral do Estado (Ciência Política).

1. Nesta parte, a equipe deverá apresentar uma análise fundamentada da relação do tema com a intervenção do Estado na Sociedade, com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, as implicações das políticas públicas e sociais sobre o homicídio, entre outros temas que forem pertinentes.

V – Análise conceitual, teórica e prática. Disciplina envolvida: Teoria Geral do Direito

1. Nesta parte, o grupo deverá desenvolver uma análise crítica das relações da proposta elaborada com os princípios gerais do direito, avaliando as repercussões de sua tese tanto no campo jurídico como na seara moral e ética.

VI - Análise conceitual, teórica e prática. Disciplina envolvida: Direito Civil.

Nesta parte, a equipe deverá apresentar uma análise fundamentada dos institutos civis relevantes e relacionados ao tema como, por exemplo, sobre a aplicação das normas jurídicas, sobre o conceito pessoa, início da vida humana, direitos da personalidade e eventual direito à indenização.

Os alunos podem buscar nos sites dos tribunais brasileiros decisões que embasem suas posições.

VII - Análise conceitual, teórica e prática. Disciplina envolvida: Direito Penal.

2. Nesta parte, a equipe deverá apresentar uma análise fundamentada dos princípios fundamentais do direito penal e de quaisquer outros aspectos jurídico-penais relevantes e pertinentes ao caso.
3. Os alunos deverão analisar o caso proposto e desenvolver a tese jurídica (acusação ou defesa) que embasará a sustentação oral no Júri Simulado.
4. Os alunos podem buscar na doutrina e nos sites dos tribunais brasileiros decisões que embasem suas posições.

VIII – Conclusão

Análise textual. Disciplina envolvida: Língua Portuguesa I.

1. Nesta disciplina será realizada a análise da estrutura do texto, bem como a correção da ortografia e da gramática textual.

DA APRESENTAÇÃO ORAL

A apresentação oral consistirá num júri simulado, tendo a duração aproximada de até 30 minutos por grupo, observando-se as seguintes regras:

1. O grupo definirá qual de seus integrantes representará o advogado de defesa, o promotor de justiça, o assistente da acusação, o juiz, o escrevente, o réu, e as testemunhas.
2. Os jurados deverão ser escolhidos entre os integrantes da plateia, através de sorteio prévio.
3. Nos debates orais, havendo a réplica e a tréplica, diferentes integrantes deverão fazer a sustentação oral.
4. É permitido o uso de recursos áudio visuais (maquetes, *banners*, cartazes, etc.) para divulgação do júri simulado.
5. Ao final da apresentação são permitidos questionamentos dos professores e alunos presentes, mas com tempo máximo total de 5 minutos.

TRIBUNAL DO JURI

Carmen é uma ópera em quatro atos do compositor francês Georges Bizet, que estreou em 1875 em Paris. É um clássico drama de amor e ódio vivido na Sevilha do século XIX.

SINOPSE

Ato I:

Em Sevilha, numa praça onde se situam o quartel, dos dragões de Alcalá e uma fábrica de tabaco, em 1830. Um grupo de soldados conversa em frente ao quartel. Micaela se aproxima deles e pergunta pelo cabo Don José que, nesse momento, não está. A jovem, que é natural da mesma aldeia que o soldado. Os soldados procuram retê-la, mas a tímida jovem vai-se embora dizendo que voltará. Precedidos por um grupo de crianças, chegam os soldados para a troca da guarda e, entre eles, vem Don José. Nesse momento saem às operárias da fábrica de cigarros, que tratam de cortejar os homens presentes. Estes perguntam por Carmen e ela logo aparece, cantando uma canção de elogio ao amor livre. Acigana presta especial atenção a Don José e lança-lhe uma flor como prova de admiração. Don José fica sozinho e recebe a visita de Micaela, que lhe traz uma carta da sua mãe, a quem o soldado recorda com nostalgia. Micaela retira-se e Don José dispõe-se a ler a carta, mas a leitura é interrompida por uma disputa entre as cigareiras. O capitão Zúniga ordena a Don José que investigue a razão do alvoroço. Carmen feriu uma companheira, por isso é detida pelo cabo. Em atitude de desafio, a cigana troça a todos, e quando Don José se dispõe a conduzi-la à prisão resolve seduzi-lo, convidando-a a divertir-se com ela na taberna, ainda que deva pagar com pena de prisão essa falta ao seu dever.

Ato II:

A taberna de Lillas Pastia, nos arredores de Sevilha. Carmen e as suas amigas Frasquita e Mercedes cantam e dançam uma canção cigana. Entra em cena o toureiro Escamillo, acompanhado por um grupo de admiradores aos quais relata seus triunfos nas touradas. O matador repara na beleza de Carmen e trata logo de corteja-la, mas a cigana não responde a seus galanteios. Chegam também os contrabandistas, Remendado e Dancairo, que pedem a Carmen e às amigas que os acompanhem na sua próxima empresa. Carmen se recusa a partir, alegando que espera uma visita. Nesse momento ouve-se chegar Don José, que saiu da prisão. Carmen afasta os amigos, assegurando-lhes que tratará de convencer o soldado a juntar-se a eles. A cigana mostra-se feliz por ver Don José e dança para ele. Ao longe soa o toque militar de recolher e o soldado deve regressar ao quartel. Carmen enfurece-se, mas Don José confessa-lhe seu amor e mostra-lhe a flor que ela lhe lançou e que desde então traz sempre consigo. Mas Carmen que lhe responde que a única prova do seu verdadeiro amor seria unir-se a ela e aos amigos numa expedição nas montanhas. Neste momento irrompe o capitão Zúniga, que veio também à procura de Carmen. Don José e o seu superior enfrentam-se e os ciganos conseguem desarmar, obrigando Don José a fugir com eles.

Ato III:

Num lugar remoto nas montanhas, contrabandistas e ciganos fazendo um acompanhamento na rota que costuma usar. Carmen começa a se aborrecer com Don José, que não consegue se

ESAMC

.....

adaptar a essa vida errada. Aproxima-se da Mercedes e de Frasquita, que então lendo o futuro nas cartas, e decide tentar sua sorte. As cartas têm para ela sempre as mesmas respostas: a morte. O grupo prossegue a marcha, e Don José fica de vigia na retaguarda. Sem ser vista Micaela chegou a este lugar distante em busca de Don José. Ao ouvir um suspiro, a jovem se esconde. O disparo aponta para um estranho que se revela ser Escamillo. Sem conhecer a identidade de Don José o desafia para um duelo, mas Carmen e os ciganos aparecem para separa-los. Antes de se despedir, Escamillo convida os presentes para sua próxima corrida de touros em Sevilha. Remendando descobre Micaela escondida e leva a moça até o grupo. A jovem conta a Don José que sua mãe agoniza no leito de morte e insiste para que ele parta com ela, o que provoca em Carmen uma reação de alívio. Don José parte, não sem ameaçar Carmen dizendo-lhe que em breve regressará.

Ato IV:

Diante da praça de touros de Sevilha, a multidão se aglomera para assistir aos preparativos da corrida que está prestes a começar. Entre aclamações para assistir aos preparativos da corrida que está prestes a começar. Entre aclamações e vivas aparece Escamillo junto com Carmen. Elegantemente vestida, que se tornou sua amante. Depois de lhe reiterar seu amor, Escamillo despede-se de Carmen e entra para a arena. Mercedes e Frasquita recomendam a Carmen que se afaste daquele lugar, pois viram Don José no meio da multidão. Mas ela decide enfrenta-lo. Todas as súplicas e ameaças de Don José são em vão, e a cigana lança aos pés o anel que lhe dera de presente. Ouve-se a multidão exclamar Escamillo. Don José insiste para que Carmen venha com ele, mas ela não cede aos apelos, mesmo sabendo que ele não aceitará ser rejeitado e poderá matá-la. Don José não suporta as negativas e apunhala Carmen. De imediato, a chorar, confessa seu crime e deixa-se prender.

Fonte:

http://www.academia.edu/4191785/An%C3%A1lise_comparativa_das_%C3%B3peras_Carmen_de_G._Bizet_e_Salom%C3%A9_de_R._Strauss

TERMO DE INSCRIÇÃO DO GRUPO NO PROJETO

Os alunos abaixo relacionados declaram conhecer as regras apresentadas no PROJETO INTERDISCIPLINAR e no contrato pedagógico de cada disciplina.

_____, _____ de _____ de 2014.

NOME	ASSINATURA
1-	
2-	
3-	
4-	
5-	
6-	

ESAMC

.....
Dados cadastrais:

NOME	E-MAIL	TELEFONE
1-		
2 -		
3 -		
4 -		
5 -		
6 -		

AVALIAÇÃO DO TRABALHO FINAL INTERDISCIPLINAR		
Direito / Peso: 30%		
Equipe:		
Parte do trabalho Escrito - 30%		
Recursos utilizados no trabalho escrito (seqüência dos assuntos, redação, bibliografia, etc).	(de 0 a 1,0)	
Apresentação visual do trabalho, aprofundamento do texto escrito; boa análise dos materiais pesquisados.	(de 0 a 1,0)	
Apresentação das questões correspondentes à minha disciplina	(de 0 a 1,0)	
Parte Oral - 50%		
Desempenho dos integrantes (vestimentas, falas, postura corporal, participação efetiva, entrosamento)	(de 0 a 1,0)	
Equipamentos e meios utilizados para passar a mensagem, grau de originalidade empregado	(de 0 a 1,0)	
Seqüência dos tópicos (relevância x aprofundamento, indicação das fontes)	(de 0 a 1,0)	
Apresentação (capacidade de reter a atenção, clareza e domínio sobre o tema, domínio do tempo)	(de 0 a 2,0)	
Nota individual de processo - 20%		NOTA FINAL:
Participação efetiva do aluno ao longo do processo das aulas, assessorias e demais etapas do projeto.	(de 0 a 2,0)	
01		
02		
03		
04		
05		

ESAMC

Observações: